

**MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL**

Volume 27 1995

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Museu Histórico Nacional

ANAIS DO
MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

VOLUME 27

Rio de Janeiro

1995

An. Museu Hist. Nac.	Rio de Janeiro	v. 27	p. 1 - 158	1995
----------------------	----------------	-------	------------	------

Ministério da Cultura
Francisco Weffort

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Glauco de Oliveira Campello

Departamento de Promoção
Jurema Kopke Eis Arnaut

Museu Histórico Nacional
Vera Lúcia Bottrel Tostes

Agradecimentos: Coordenação de Integração das Ações Museológicas
Cícero Antonio Fonseca de Almeida

Coordenação de Editoração
Sebastião Uchoa Leite

Associação dos Amigos do Museu Histórico
Nacional

Equipe Técnica: Digitação e edição
Maurício Ennes de Souza

Projeto gráfico e editoração

J. Di Giorgio & Cia Ltda
Capa

Campos Gerais/Washington Dias Lessa

Museu Histórico Nacional (Brasil)

M986 Anais do Museu Histórico Nacional. - V. 1 (1940)- . -- Rio de Janeiro:
O Museu, 1941-
v. ; il.; 23 cm

Anual.

Suspensa a partir do volume 26 (1975). Reiniciado em 1995 com o volume 27.

ISSN

1. Museu Histórico Nacional (Brasil). 2. Museu Histórico Nacional (Brasil) - Política de aquisição. 3. Museu Histórico Nacional (Brasil) - Acervo arquivístico - Histórico. 4. Numismática - Brasil. 5. Filatelia - Brasil. 6. Museu Histórico Nacional (Brasil) - Acervo museológico - Marfim. I. Título

CDD 069.0981

1986

BIBLIOTECA

018/1986

APRESENTAÇÃO

O Museu Histórico Nacional, criado em 1922, dentro das comemorações do Centenário da Independência, surgiu com o objetivo de preservar e divulgar a memória nacional. Neste primeiro momento não fugia à concepção dos museus da época que comumente nasciam após a realização das grandes feiras e exposições internacionais.

A idéia de criar um museu de história nacional não era nova. Outras instituições já existiam voltadas para este tema e embora fossem consideradas como elementos representativos da modernidade, o modelo existente no Brasil ainda era o do museu enciclopédico.

No entanto, o MHN constitui um marco não só na museologia como modelo de museu público, construído em torno da instrução pública, através de objetos e documentos representativos da "glória dos grandes personagens", como também é berço de iniciativas pioneiras. A criação da Inspeção de Monumentos Nacionais, em 1934 e do Curso de Museus, em 1932 marcaram significativamente o desenvolvimento do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional e do Curso de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro que até hoje mantem as características dos primeiros anos de existência no MHN.

Ao longo dos seus 72 anos o cuidado com a atualização tem sido uma marca do Museu, que periodicamente revê suas ações, adequando-as ao desenvolvimento da museologia e da historiografia. A revisão de seus conceitos e de seu campo de ação vem através de suas exposições expressando a preocupação de inserir o indivíduo e o acontecimento que o cerca dentro do seu meio cultural, sem enfatizar os grandes vultos e os fatos heróicos.

Esta abordagem vai se refletir na política de aquisição adotada, com a inserção de itens que passam a integrar as coleções, de objetos de uso cotidiano que independem de segmentos sociais.

O desempenho do MHN no campo do saber museológico, histórico e técnico e o seu papel de disseminador do conhecimento vem sendo reconhecido em âmbito nacional e internacional. Como agente voltado para a democratização do conhecimento o Museu retoma a publicação dos *Anais*, após 20 anos de interrupção.

Em 1940 surgiu o primeiro volume desta publicação que reflete nos seus artigos os assuntos relacionados com a história do Brasil com ênfase em estudos baseados no seu próprio acervo.

A interrupção da publicação provocou uma lacuna, que agora se preenche com o volume 27. Os artigos deste número devolvem ao leitor pesquisas produzidas por museólogos, antropólogos e historiadores do Museu e de outras instituições, iniciando uma nova etapa para este periódico, que terá nos próximos volumes trabalhos sobre temas variados dos diversos campos das ciências humanas.

A possibilidade de viabilizar neste momento a retomada dos *Anais* com a produção do volume 27, é motivo de satisfação, mas sobretudo de afirmação e orgulho para toda a equipe do Museu Histórico Nacional.

Vera Lúcia Bottrel Tostes
Diretora

Anais do Museu Histórico Nacional

Volume 27

Sumário

O paradigma evolucionista e o Museu Histórico Nacional	7
Museu/Memória/História.....	19
Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional	31
Examinando a política de aquisição do Museu Histórico Nacional	61
O Arquivo histórico do Museu Histórico Nacional	79
Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional	91
Fontes para a história do correio no Brasil entre 1798 e 1843, as correspondências pré-filatélicas do Museu Histórico Nacional	113
Coleções no Museu Histórico Nacional, a coleção Souza Lima.....	135
Autores/colaboradores, v. 27	147
Autores e artigos dos Anais do v. 1 ao 26.....	149

O Paradigma Evolucionista e o
Museu Histórico Nacional

Regina de Abreu

Ainda era tempo de uma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu histórico no qual se pudessem reunir para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que ele representa.

Os que se preocupam com essas coisas, sabem que no arquivo nacional há a cadeira ou o trono em que o imperador se sentava no senado, um capacete da imperial guarda de honra de D. Pedro I e outras relíquias; que na igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios; que no Museu Naval estão os canhões do forte do Príncipe da Beira; que nas estrebarias do Ministério da Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas (..)

(Gustavo Barroso apud Dumans, 1947:10)

Em artigo, escrito em 1911 para os jornais, Gustavo Barroso enumerava item por item os objetos que desejava incluir num museu histórico que pretendia criar. Inicialmente, seu objetivo era um museu militar e argumentava a seu favor que “todas as nações têm seus museus militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas”. Citava o exemplo da França e da Espanha, associando a categoria “nação” à idéia de civilização. Esta tese de um museu militar era uma decorrência do papel por ele atribuído ao Exército num projeto da nação civilizada e moderna. Segundo Barroso, “num país como o nosso de origem e formação tumultuárias”, o Exército seria como uma “Ordem Permanente”, representando “uma muralha de sustentamento e uma garantia dos princípios vitais que asseguram a continuidade da vida nacional”. (Barroso, 1942:415)

Contida na afirmação “nossa origem e formação tumultuárias” vinculava-se uma ideologia muito difundida no final do século XIX e presente ainda no século XX, de que a mistura de três raças (negra, indígena e branca) estaria na base da identidade nacional no caso brasileiro. Essa mistura teria gerado um tipo racial híbrido com dificuldades inatas para atingir a civilização. As fontes teóricas desta ideologia podem ser encontradas nos evolucionistas, principalmente em suas vertentes racistas, expressas por autores europeus como o Conde de Gobineau que serviu no

Brasil como embaixador no segundo império, Buckle e Couty, e também por teóricos norte-americanos como Louis Agassiz da Universidade Harvard. Todos eles fizeram referências expressas ao Brasil e foram bastante influentes entre as elites intelectuais metropolitanas.

O antropólogo Roberto da Matta procurou desvendar alguns dos pressupostos desta ideologia. Segundo ele, as raízes “eruditas” nasceram na Europa do século XVIII, na crise da Revolução Francesa. Inicialmente, formavam “uma doutrina que trabalhava uma história heróica do povo francês, uma concepção segundo a qual os nobres compunham uma parcela alienígena e forte, e assim, destinada pelo nascimento e origem ao poder”. No século XIX, estas idéias foram formuladas a nível de “teorias cientificamente respeitadas” e apareceram como um instrumento de imperialismo e como uma justificativa “natural” para a supremacia dos povos da Europa Ocidental sobre o resto do mundo”. (Da Matta, 1983:58-85)

O evolucionismo fundava-se em dois conceitos chaves: “progresso” e “civilização”. Partia-se da idéia de que haveria uma história única para toda a humanidade que implicava numa evolução permanente. Alguns autores mencionavam os estágios relativos a essa história: selvageria, barbárie, civilização. Tecendo comparações, procuravam demonstrar que o estágio mais civilizado havia sido atingido pelas elites metropolitanas da Europa e que muitos povos estavam ainda nos estágios antecedentes. Atribuía-se como função para as elites civilizadas, fazer progredir o resto da humanidade. Assim, a Europa, através de suas elites, assumia um papel de “vanguarda do progresso e da civilização” difundindo amplamente esses ideais.

As vertentes racistas do evolucionismo tomavam as raças, definidas por fatores biológicos, como espécies altamente diferenciadas. A cada uma correspondiam tendências específicas, irreversíveis já que determinadas por características naturais. Assim, para brancos, negros e índios correspondiam estágios possíveis na história da humanidade. Esses teóricos atribuía-se à raça branca uma superioridade natural que jamais poderia ser ultrapassada. Enunciavam uma teoria determinista, onde os componentes biológicos estariam na base do progresso social. O Conde de Gobineau estabeleceu, por exemplo, em seu livro **A Diversidade Moral e Intelectual das Raças**, uma equação de equivalência entre as noções “raça”, “cultura”, “nação” e “tribo”. O esquema estabelecia caracteres inatos para as “raças humanas” classificadas de “negra”, “amarela” e “branca”, a partir de descrições referentes às categorias “intelecto”, “propensões animais” e “manifestações morais”. Segundo este esquema, a “raça negra” caracterizava-se por “intelecto débil”, “pro-

pensões animais muito fortes" e "manifestações morais parcialmente latentes". Já a "raça amarela" compunha-se de "intelecto medíocre", "propensões animais moderadas" e "manifestações morais comparativamente desenvolvidas". Por outro lado, a "raça branca" detinha um "intelecto vigoroso", "propensões animais fortes" e "manifestações morais altamente cultivadas". (Gobineau, 1856: 95-96)

A problemática central destes autores relacionava-se a mistura das raças. Segundo este modelo, misturas raciais infelizes numa sociedade ou nação poderiam inviabilizar o acesso a estágios mais elevados de civilização. Esta visão levou a que os referidos autores refletissem sobre o Brasil, expressando pessimismo diante do futuro de um país onde a mistura de raças conduziria fatalmente a um tipo indefinido e, portanto, incapaz para o progresso e a civilização.

"Que qualquer um que duvida dos males desta mistura de raças, e se inclina, por mal entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama das raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro, e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido deficiente em energia física e mental".

(Agassiz apud Skidmore, 1976:47-48)

A absorção destas teorias no Brasil gerou por um lado, teses, que se difundiram bastante no senso comum, defendendo a inviabilidade no caso brasileiro de um projeto de nação nos moldes das modernas nações européias e norte-americanas. Até hoje é comum ouvir dizer que "no Brasil nada dá certo", de que "o brasileiro é preguiçoso", "não quer nada com o trabalho", enquanto que em países como a Alemanha e o Japão onde teria prevalecido uma pureza racial de maneira acentuada, as nações teriam alcançado o "progresso" e a "civilização".

Por outro lado, também no Brasil, estas teorias fomentaram algumas vertentes do pensamento conservador, que apregoavam a viabilidade da moderna e civilizada nação brasileira, desde que capitaneada por uma elite coesa e um exército forte.

Gustavo Barroso esteve à frente do Museu Histórico Nacional de 1922, ano de sua fundação, até 1959, com um intervalo de 1930 a 1932. Intelectual bastante ativo chegou a publicar quase uma centena de livros o que lhe valeu a nomeação para a Academia Brasileira

de Letras. No Museu Histórico Nacional, Barroso pode ser considerado o principal ideólogo da Instituição, reunindo em torno de si vários colaboradores que por ingressarem no Museu através de sua rede pessoal de relações facilitaram uma homogeneidade de pensamento. Gustavo Barroso e seus colaboradores iniciaram a publicação de uma revista especializada em temas museológicos, que circulou de 1940 a 1975: os *Anais* do Museu Histórico Nacional. Com regularidade anual, e contendo uma média de 15 artigos assinados por cada número, esta revista constitui excelente fonte do ideário da instituição, notadamente para o período de gestão de Gustavo Barroso, quando o acervo foi constituído, consolidando-se grande parte do projeto do Museu pleiteado pelo próprio Barroso nos jornais em 1911.

Uma análise detalhada dos artigos contidos nos *Anais* sinalizou para a presença de importantes pressupostos evolucionistas. No curto espaço deste artigo selecionei para análise algumas passagens em que os autores focalizaram o papel das elites e do exército num projeto de nação moderna e civilizada que configurava a própria razão de ser do Museu.

Os conservadores do MHN, responsáveis pelos referidos artigos, operavam com conceitos da área de história. Associado à identidade de museu histórico, o MHN estabelecia uma continuidade com a história nacional formulada por agências oficiais. O MHN não era propriamente um lugar de produção da história nacional, mas uma agência oficial destinada à conservação, à legitimação e à veiculação de uma noção de história elaborada em outras instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por exemplo. Guimarães, em recentes análises sobre o IHGB, chamou atenção para a postura iluminista que presidiu uma reflexão sobre a nação no contexto brasileiro. Segundo o autor, o projeto do IHGB visava produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. Isto devia-se à crença na necessidade de esclarecimento das elites, que deveriam ser responsáveis pelo esclarecimentos do resto da sociedade (Guimarães, 1988:6). Através do teor dos artigos dos *Anais* é possível perceber uma tendência em repetir o refrão que atribuía às elites um papel de “vanguardas” no processo civilizatório. O MHN neste sentido fazia eco ao IHGB inscrevendo a gênese da nação brasileira numa tradição de civilização e progresso, onde o retrato da nação surgia como o desdobramento nos trópicos de uma civilização branca européia. Esta representação de nação associada à idéia de civilização retomava o tema das raças, restringindo-se eminentemente aos brancos. Os “outros” desta nação eram, no plano interno, índios e negros, excluídos do processo por não serem portadores da civilização e, no plano

externo, as repúblicas latino-americanas que, durante o segundo reinado, representaram a “barbárie”, legitimando a política externa de guerras e lutas políticas internacionais empreendidas sob a administração de D. Pedro II.

Em termos genéricos, esta representação de nação parece ter se constituído numa espécie de matriz que embasava os artigos dos *Anais*. Havia forte preocupação em frisar o papel de ponta de lança das elites brancas, classificando como menores as contribuições dos índios e dos negros à construção de identidade nacional. Os objetos eram enunciados como testemunho ou provas documentais do ideário. Assim, alguns artigos procuravam associar a “distinção” e o “requinte” de alguns objetos com a “distinção” e o “requinte” das elites metropolitanas nacionais. Procuravam com isso indicar o elevado estágio de civilização que emanava deste grupo social.

“Há uma separação de séculos entre a Europa e nós. Séculos que poliram nomes de família. No entanto, nenhum príncipe ou jovem fidalgo, vindo ao Brasil durante o período imperial saiu daqui constrangido por falta de civilidade ou de ambiente duma verdadeira Corte. Bem pelo contrário! É de surpreender que dentro das condições locais, milhares de léguas marítimas da velha Europa, aqui tivesse brotado e se desenvolvido uma distinção que pouco distava daquela terra de origem do insigne visitante. (...) As carruagens utilizadas pelos nossos Imperantes atestam o que vimos afirmando. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coevos (..)”

(Rusins, 1941:220-290)

Numa visão que adotava os preceitos de uma ciência positiva, os objetos recolhidos ao Museu seriam documentos, provas de teses que orientavam a política de aquisição dos objetos. Assim, os conservadores recolhiam objetos associados as elites metropolitanas nacionais, compartilhando a visão de que estas elites configuravam o grupo social legítimo para conduzir a nação ao progresso que o ideal de civilização exigia. O “verdadeiro Museu Histórico Nacional” propugnado por Barroso detinha uma função importante no processo civilizatório. Divulgando uma cultura própria das elites como o modelo adequado de civilização para o conjunto da sociedade, o Museu deveria servir como uma instância de educação e disciplinarização das massas rudes e barulhentas que, em última instância, deveriam ser atraídas para aquela casa da “civilização” e do “bom gosto”. O Museu em si mesmo era visto como o produto do processo civilizatório da história geral da humanidade. Associado à idéia de “civilização”, “congregava objetos preciosos”, pro-

dutos do “desenvolvimento”, das “artes” e da “técnica”, enfim, era sinônimo de “cultura refinada”.

“Um dos principais objetivos dos museus é reconstruir a História do homem sobre a terra. Mostrar como progrediu seu conhecimento do meio em que viveu, como organizou sua vida familiar, como desenvolveu sua arte, suas técnicas, a cultura, enfim - sua civilização. (...) Com a formação das civilizações mais complexas, as ocasiões se multiplicaram de ajuntar objetos preciosos: armas, tecidos, etc. (...) E com o refinamento da cultura chegou finalmente, a fase das coleções (...). As coleções crescendo, traziam o problema de sua localização. Alguns possuidores depois de conservá-las consigo por algum tempo, transferiram-nas às Sociedades Culturais que as divulgavam, em trabalhos de pesquisa criteriosa.”

(Barros, 1952:217-218).

A premissa de uma evolução linear de toda a humanidade tinha implicações sobre o conceito de cultura, entendido como um todo que progredia através dos tempos. O M

O Museu enquanto locus da “cultura refinada” das elites brancas, expressão do progresso nacional com vistas à civilização, abrigava também algumas contribuições menores dos negros e dos índios. Estas inspiravam artigos de conservadores como Menezes Oliva que escreveu “Tentativa de classificação de balangandãs”, onde qualificava os balangandãs como penduricalhos, ou “coleção de ornamentos de prata que as crioulas trazem pendentes a cintura nos dias de festa, principalmente na do Senhor do Bonfim”, ou ainda “artes menores ou artes aplicativas, que mais sobressaíam, entre nós, pela originalidade”. (Oliva, 1941). Com referência aos grupos indígenas, a tendência era uma representação romantizada, visando enfatizar a idéia de harmonia nas relações inter-raciais como garantia para o projeto nacional.

“Sobre um pedestal de sucupira, um grupo de bronze: Anchieta, evangelizando o indígena, como representação simbólica da Catequese, do Evangelho das Selvas (..) contado por Fagundes Varela. Em frente, (...) dois grupos de bronze: Caramurú e Ijuca-Pirama, o primeiro significando o contato do homem branco com a virgem terra brasileira, o segundo, o indígena do país descoberto pelos portugueses. Ambos relembrando (...) Santa Rita Durão e Gonçalves Dias”.

(Gustavo Barroso descrevendo a exposição histórica do Brasil em Portugal, em Barros, 1940)

A representação da nação no discurso dos *Anais* oscilava entre a idéia

de harmonia e a de conflito, ambas decorrentes do amálgama das raças. Tanto num caso quanto no outro, sublinhava-se a superioridade da raça branca e, especialmente, das elites. A metáfora da escrava negra no leito do senhor branco expressava a visão harmoniosa, produzindo uma leitura particular de certos objetos fabricados pelos negros:

“Ali estava a documentação veraz do fastígio da riqueza de outras eras, quando o ouro, após ter invadido as camadas da elite, transbordava para as negras e mulatas, alforriadas ou não, muitas das quais, compartilhando o leito do senhor branco, viviam regaladamente vida de granfina!”

(Oliva, 1941)

Por sua vez, o conflito era encarado como uma ameaça permanente, devido a sua relação direta com o tipo indefinido e híbrido produzido pelas misturas raciais no Brasil. As elites em sua marcha obstinada em direção ao progresso e à civilização deveriam estar preparadas para enfrentar continuamente “índios hostis”, “fanáticos desordeiros”, “quilombolas”:

“As guerras internas precederam no Brasil às externas. Há bastante que aprender nas investidas para penetrar o território e vencer o índio e o meio hostil, guerras de curso e guerras de morte (..) tropas movimentam-se em duas épocas distanciadíssimas para destruir focos de fanatismo e desordem na vastidão dos sertões (..). Bandeiras e terços marcharam contra os quilombos dos Palmares. Divisões e brigadas marcharam contra o arraial de Antônio Conselheiro”.

(Barroso, 1942: 425-426)

Harmonia e conflito significavam os dois lados de uma mesma moeda: a instabilidade da formação nacional brasileira, que Barroso denominava “nossa origem e formação tumultuárias”. A esta instabilidade, Barroso opunha a categoria “tradição” que estaria vinculada à idéia de “estabilidade” e “permanência”. Desse modo, iniciou no Museu Histórico Nacional um trabalho de valorização da nobreza brasileira e do império, enquanto período histórico, retomando a tese de que as elites tradicionais e aristocráticas formariam um grupo coeso e forte, destinado “naturalmente” ao topo da pirâmide social e à condução do processo “civilizatório”. A “tradição” para Barroso devia “ser sagrada”, porque era “a alma duma Pátria”, não podendo “haver pátria sem tradição” (Barroso, 1939:26). Neste contexto, “tradição” equivalia a manutenção de uma ordem estabelecida, onde tudo deveria permanecer imutável.

A fim de garantir esta ordem, o exército emergia como uma “Ordem Permanente”, “uma garantia dos princípios vitais que asseguram a continui-

dade da vida nacional": Baluarte das instituições nacionais, o exército brasileiro no entender de Barroso identificava-se com "a tradição de corpo e de espírito". Tinha para coroá-lo "um verdadeiro herói epônimo do Brasil - Duque de Caxias - (...) grande profissional que (usava) a profissão e o prestígio decorrentes do seu exército vitorioso para realizar a última etapa de uma obra que vinha do bandeirantismo desrespeitador do meridiano: a Unidade Nacional"

(Barroso, 1942:401).

O museu militar idealizado por Barroso acabou não acontecendo. A criação do Museu Histórico Nacional, por decreto presidencial, ao final da exposição internacional de 1922, durante as comemorações do centenário da independência, contribuiu para a ênfase no sentido histórico e nacional da instituição. As exposições universais, que vinham realizando-se desde meados do século XIX, notadamente na Europa e nos Estados Unidos, configuravam um espaço destinado à pregação da paz entre as nações. Além disso, os ecos da 1ª Guerra Mundial haviam arrefecido os ânimos bélicos. Acreditava-se que sob o compasso da indústria e do maquinismo, as nações poderiam relacionar-se numa nova era de paz. Curiosamente o Museu Histórico Nacional foi instalado justamente na área que, durante os festejos da Exposição, havia abrigado o Pavilhão das Grandes Indústrias. Por todos esses motivos, no Museu Histórico Nacional organizado por Barroso, a coleção de Armaria tornou-se uma grande coleção sem contudo ter se constituído na razão de ser do Museu. As reivindicações de Barroso, que geraram extensas listas de objetos que desejava incluir no Museu, foram atendidas pelo próprio Presidente da República Epitácio Pessoa que assinou o decreto de fundação da instituição, por outros presidentes como Getúlio Vargas e por "doadores" particulares, representantes das elites metropolitanas nacionais. Na verdade, todos estes objetos, aparentemente diversos entre si, formavam um conjunto destinado a representar visualmente algumas idéias relativas à história nacional. Idéias que foram cuidadosamente elaboradas por um homem de uma produção intelectual espantosa e que, um dia, assim escreveu:

"Todos nós passamos,
O Brasil fica.
Todos nós desaparecemos,
O Brasil fica.
O Brasil é eterno.
E o Exército deve ser o guarda vigilante
da Eternidade do Brasil."

(Barroso, 1942:431)

Referências:

- BARROS, Sigrid Porto. A mensagem cultural do Museu. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol. XIII*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1952.
- BARROSO, Gustavo. Esquematização da História Militar no Brasil. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol III*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1942.
- _____, A exposição histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol. I*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1940.
- _____, **Coração de menino**, Rio de Janeiro: Ed. Getúlio M. Costa, 1939.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1983.
- DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. Em: Publicações do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.
- GOBINEAU, Conde de. **The moral and intellectual diversity of races**. Philadelphia: J.B. Lippincot and Co., 1856.
- OLIVA, Menezes de. Tentativa de Classificação dos Balangandás. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol. II*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1941.
- RUSINS, Alfredo Teodoro. As Carruagens Imperiais do Brasil. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol. II*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1941.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto e branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Museu - Memória - História

Margarida de Souza Neves

Considerar um museu, e em particular um museu *nacional e histórico* como um lugar de memória não chega a ser propriamente original: o exercício de busca de uma certa topografia da memória deve-se, sobretudo, a Pierre Nora, que dirigiu um seminário sobre o tema na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris entre 1978 e 1981. As atividades acadêmicas realizadas em torno a este seminário deram origem à elaboração dos volumes da coleção publicada pela Editora Gallimard com o título *Les Lieux de La Mémoire*. Na trilha aberta pelo trabalho inovador da equipe coordenada pelo historiador francês, multiplicaram-se, nas mais variadas latitudes acadêmicas, as iniciativas no sentido de aprofundar e problematizar questões relativas aos lugares da memória, especialmente aqueles referidos à memória coletiva, quase sempre associada à uma suposta memória nacional.

“Falamos tanto de memória porque já não existe a memória”, afirma Nora no artigo que abre o volume sobre *A República*, para precisar logo em seguida:

“A curiosidade em relação aos lugares onde se cristaliza e se refugia a memória está ligada a este momento particular de nossa história. Momento de articulação, em que a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória despedaçada, mas momento no qual este desgarramento desperta ainda a memória para que possa formular o problema de sua encarnação. O sentimento da continuidade torna-se residual em relação a alguns lugares. Existem lugares da memória porque já não existem meios de memória.”¹

Entre esses lugares da memória, onde “pela vontade dos homens ou o trabalho dos séculos” a memória coletiva parece tomar corpo e cujo inventário e análise apresentam-se como uma urgência, Pierre Nora cita como símbolos eloqüentes as festas, os emblemas, os monumentos e as comemorações, mas também os discursos encomiásticos, os dicionários e os museus.²

O MHN, reúne e encerra essas múltiplas dimensões, não apenas por ser um museu histórico e nacional, mas também porque sua história o destaca como lugar privilegiado de construção de memória.

O objetivo deste texto, forçosamente inicial e sem nenhuma pretensão acadêmica, uma vez que não o sustenta uma pesquisa consistente, é duplo: por um lado procura sublinhar a relevância de um aspecto da história do MHN - sua origem - como elemento significativo para uma análise de sua função social. Por outro lado, pretende tecer algumas considerações sobre este Museu como instituição-documento das múltiplas

significações possíveis dos conceitos de museu, de memória e de história e das relações entre esses três conceitos.

1. ARQUEOLOGIA DE UMA FUNDAÇÃO:

Criado em 1922, no âmbito dos eventos celebrativos do então chamado “centenário do Brasil” e que se consubstanciaram na fantástica comemoração da “Exposição do centenário”, o MHN não apenas constituiu-se num dos “suportes materiais da memória” coletiva em construção, mas também num “apoio”³, pleno de significativos, para repensar essa mesma memória. “No centenário da Independência, o Rio de Janeiro modernizado apresentava-se às nações modernas como “vitrine do progresso”⁴ mundial, e, simultaneamente, “inventava uma tradição”⁵ que ganhava contornos de história e de nação então significativamente chamada Casa do Brasil⁶.

A criação do Museu no marco das festas do centenário permite considerações relevantes para que o repensemos em nossa historicidade, e isso porque a instituição parece ter nascido com uma clara intencionalidade pedagógica e, por que não reconhecê-lo, política.

A exposição do centenário, apresentava-se como a apoteose celebrativa de processo que marca a passagem do século XIX ao século XX na capital da república. Nas festas do centenário da independência a cidade não se apresentava apenas como capital política e administrativa, como a capital financeira e o principal porto comercial do país, mas como a capital de um projeto de futuro que o estado e as forças sociais por ele representadas impunham sobre uma sociedade que estes mesmos agentes viam como ainda adormecida na morrinha colonial. O Rio de Janeiro festejava no “centenário do Brasil” sua elevação a capital do progresso do país.

No discurso oficial, admiravelmente sintetizado na alocução proferida por Epitácio Pessoa na abertura da exposição⁷, este projeto de futuro se articulava em torno às múltiplas associações entre “progresso”, “civilização”, “ordem”, “trabalho”, “saneamento”, “racionalidade”, e “cidadania”, conceitos esses que teriam o entendimento de que a Ordem na república, era o Progresso pela superação, no plano da institucionalidade, dos conceitos opostos de “atraso colonial”, “barbárie”, “desordem”, “ociosidade”, “doença”, “irracionalidade” e “anarquia”.

Outro discurso, o da grande mostra internacional, daria visualidade a este mesmo conteúdo. Dentro dele, um terceiro discurso, também visu-

al, se encarregaria de refazer a lógica que permite restaurar os nexos entre passado e futuro, redimensionando assim o presente: o MHN.

O Rio de Janeiro que "civilizava-se" - para usar uma conhecida expressão da época - e passava por profundas transformações para que pudesse apresentar-se ao mundo como cartão postal e capital de progresso, de certa forma teatralizava o movimento de construção de uma nova ordem que, no entanto, sob uma roupagem inovadora mantinha e aprofundava - modernizando-a - a lógica excludente e hierarquizadora do conjunto dos agentes sociais. Nele, a nova Casa do Brasil parece desempenhar a função de reconciliar uma sociedade que deve aprender a ser moderna com um passado que em suas coleções apresentava, não como "atraso" mas como memória de tradições. Tradições e progresso, vistos como referência comuns a todos os agentes sociais, conformavam assim a nação.

As forças que imprimem direção ao estado reconstroem - física e ideologicamente - o Rio de Janeiro como síntese de um progresso sinônimo de civilização e que, no dizer de um dos cronistas da cidade, não era senão a projeção do desejo de "ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris"⁸. No mesmo processo em que a vitória do novo, consubstanciada na reforma urbana que traduz as formas modernas impostas a uma sociedade tradicional, inaugura-se um Museu Histórico Nacional, vale dizer um espaço cuja função é a de um momento que permita a concreta identificação das relíquias de uma suposta nação, função esta que não deixa de ser a de dar visualidade a uma re-escritura da história que deve ser aprendida como a história de todos.

A Casa do Brasil se apresenta assim, em sua origem, como uma exposição dentro da Exposição. Se essa impõe aos que a percorrem um discurso persuasivo a primeira apresentará o cenário e o roteiro de uma tradição comum, de uma história nacional, assumindo assim o pleno sentido de lugar de memória porque lugar no tríplice sentido da palavra: "material, simbólico e funcional"⁹.

Obviamente não é minha pretensão concluir do que fica dito qualquer tipo de intencionalidade maligna a guiar maquiavelicamente os que fundaram a instituição cuja análise nos ocupa. Não fosse senão por dever de ofício, seria um elementar anacronismo imaginar que agentes sociais situados num dado momento escapem as determinações de seu tempo. Ninguém, quer me parecer, atribuiria aos construtores da república velha, intenções democráticas no sentido que hoje conferimos ao termo.

O que pretendo é assinalar o caráter moderno das preocupações dos fundadores da Casa do Brasil, e isso porque a própria noção da História

como um elemento articulador na construção de uma identidade coletiva, vale dizer, de uma memória nacional, é um dado da modernidade. Hobsbawm, ao trabalhar com a invenção das tradições,¹⁰ localiza na segunda metade do século dezanove e nas primeiras décadas do século XX uma multiplicidade de iniciativas por parte dos estados europeus modernos no sentido de construir o consenso pela via da memória coletiva.

Pretendo igualmente retomar uma idéia cara aos que comigo entendem que educar em história é sempre educar para a cidadania.¹¹

Se admitimos que o modelo de cidadania que postulamos enquanto agentes políticos se expressa também através de nossa prática enquanto professores, no caso dos professores de história, pelo conteúdo selecionado tanto quanto pela metodologia desenvolvida, então é possível admitir que essa particular “aula” que é uma visita ao MHN pode assumir uma dimensão política. Não tenciono aqui entrar no debate sobre quais seriam as agências competentes para a formação de cidadãos, mas sim problematizar os conceitos de *história* e de memória coletiva, necessariamente presentes numa instituição como o Museu, da mesma forma que na atividade pedagógica dos historiadores. Sublinhar o nexo dos dois conceitos com a concepção de cidadania e portanto de sociedade política, pode ser um dos elementos que nos permitem destacar uma perspectiva de atualidade para esse trabalho.

Uma vez estabelecidas, pela via do resgate do sentido da origem do MHN, as premissas de nossa análise, resta-nos, refletir sobre a educação em história possibilitada pelo Museu.

2. MUSEU: MEMÓRIA(S) E HISTÓRIA(S)

Já ficou observado anteriormente que nenhuma pesquisa mais substantiva sustenta esse trabalho. Cabe agora assinalar que não conto com uma formulação de objetivos comuns aos chamados Museus Nacionais que possibilite uma avaliação do Museu. Da mesma forma, não recebi qualquer instrumento aplicado a um universo significativo de visitantes do MHN que permita esboçar observações conclusivas. O que aqui vai dito expressa apenas um feixe de impressões de visitante/ usuário do Museu, que tem sobre os demais o privilégio de ter conhecido as entranhas dessa instituição em razão do Seminário.

O corpus que me serve de base para esse texto, reconhecidamente impressionista, é a memória que faço de minhas muitas visitas ao MHN. É portanto pela mão da minha própria memória pessoal, “fiel e móvel

como toda memória”, como ensina Jacques Le Goff¹², que pretendo alinhavar algumas considerações.

Essas observações preliminares implicam no reconhecimento de que não sou objetiva e neutra em relação ao MHN, uma vez que, por múltiplas razões, essa Instituição faz parte de minha história pessoal. Talvez por isso mesmo tenha alguma qualificação para falar sobre ela.

Minha primeira lembrança do Museu é a de uma menina que nas tardes de domingo era levada por um tio querido a passear pela cidade de automóvel, com toda a criançada da família.

Num desses passeios, familiarmente chamados - não sei porque insondáveis razões - de “volta do índio”, perguntei um dia de quem era aquele casarão enorme e que ainda parecia ser maior aos meus olhos infantis. A resposta foi surpreendente: era “a casa do trem”. E diante do enorme assombro daquela menina que era eu e que, ainda não treinada em ocultar suas ignorâncias por trás de silêncios estratégicos, afirmava encantada que “não sabia que os trens tinham casas”, veio nova resposta e nova surpresa: aquela casa era de um tempo em que não existiam trens como os nossos, de um tempo em que a palavra “trem” queria dizer o conjunto de armas guardado para defender a cidade.

Imprecisões à parte, meu primeiro encontro com o MHN me proporcionou um ensinamento histórico que hoje avalio como precioso: o de que o “tempo de antigamente” não era apenas um “tempo que vinha antes”, mas era um tempo diferente. A noção de diferença associada a noção de tempo histórico ficava assim, ainda que não tematizada, claramente apontada para o raciocínio concreto daquela menina que descobriu numa tarde de domingo que em outros tempos “as palavras queriam dizer outras coisas” e não existiam trens como os que conhecia!

Mais tarde, já como aluna de um colégio de meninas do Rio, *visitei* o interior do Museu pela primeira vez. O grifo no verbo pretende sublinhar o caráter de peregrinação cívica inerente a tais práticas escolares. Minha memória pessoal dessa visita, provavelmente feita no final da década de 50., é apenas a de uma sucessão infinita de salas com paredes recobertas por pratos de porcelana e a visão imponente de gigantescos quadros com cenas de guerra.

Ao passar agora da memória à história não é difícil perceber que meu novo contacto com o Museu me ensinou um determinado conceito de museu e uma dada compreensão de história.

O que dali se depreendia era, por um lado, o entendimento do museu como coleção, tal como foi concebido no século XVI, e que atribui a essas instituições a função de guardar, preservar e expor seus acervos. É

com base nesse conceito que David Lowenthal observa que “os museus necessariamente suprimem a vida do passado” uma vez que “as relíquias” neles conservadas “extraídas de seu contexto funcional, podem embolorar-se isoladas, numa exposição”¹³. Ao levar a crítica à concepção do museu *museion* ao limite da perversidade Bernard Marrey afirma que “a beleza e a cultura (permanecem) mumificadas num museu”¹⁴. Por outro lado, subjazia àquela experiência um entendimento da história como um panteon de grandes homens que, individualmente, faziam a pátria na razão direta de sua gesta heróica. Aos futuros cidadãos que visitavam o MHN em seus uniformes escolares restava soldar sua memória individual àquela história, entendendo-a como memória nacional. Felizmente a lembrança conservou apenas os pratos de porcelana nas paredes...

Em 1967 voltei ao MHN para trabalhar em seus arquivos - então mais ou menos ordenados em mapotecas no terceiro andar - com o objetivo de produzir um primeiro trabalho de pesquisa: a monografia de bacharelado. Sem saber, trocava minha identidade museológica de “visitante” pela de “usuário”.

Lembro-me dos funcionários que me atenderam, e de sua disponibilidade para secundar as buscas da pesquisadora estreante, que para ser sincera, teria que reconhecer que não sabia bem o que buscava. Lembro-me de um restaurante que havia no pátio interno. Lembro-me sobretudo da sensação de encantamento que experimentei ao garimpar, na gaveta de uma das mapotecas, o relatório manuscrito do chefe de polícia da capital em 1889, narrando os episódios do 15 de novembro: para os parâmetros do meu entendimento de história naquele momento, o documento manuscrito representava algo assim como ícone da cientificidade de meu primeiro trabalho de historiador que a universidade me ensinara a esboçar nos moldes eminentemente factuais de que então dispunha. Era o museu enquanto instituição de pesquisa o que me era apresentado.

Na sucessão de salas do Museu que eu de quando em vez percorria, para descansar do que então me parecia um árduo trabalho de investigação científica, eu reforçava as lições de história aprendidas dentro das salas da universidade: a de outra sucessão tão uniforme e linear como a da exposição, também pautada pela evolução do tempo cronológico, onde se ordenavam os acontecimentos, no Museu metaforizados por objetos emblemáticos. Nas ruas do centro da cidade naquele ano de 67, e nos pilotis da PUC onde estudei, aprendi outras dimensões da história vivida como memória coletiva.

A partir de 1985 voltei diversas vezes ao MHN. Nas visitas às exposições temporárias, na participação como conferencista em alguns

dos cursos promovidos pela instituição, na inauguração do módulo “Colonização e Dependência”, e nos encontros com os colegas que ali trabalham, alguns deles meus ex-alunos, sempre a impressão de uma instituição que passou a caracterizar-se pela reflexão e pela ação sobre si mesma e sobre a sociedade e a cultura.

Minha última visita ao MHN antes da redação deste texto foi feita na qualidade de “especialista convidada” pela direção da Fundação Nacional Pró-Memória para participar do Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas, como membro do grupo de estudos encarregado da análise da instituição.

Esta visita teve lugar no dia 07 de junho, mais precisamente entre as 9 e as 19:30 horas, e possibilitou, além do privilégio de conhecer de um ângulo muito particular a vida e a dinâmica interna do Museu e de interagir com a equipe responsável pelos seus vários setores, tematizar algumas “impressões” que ficaram de minhas visitas da década de 80.

Uma primeira ordem de observações diz respeito ao fato de que esta visita tornou possível a percepção de um novo conceito de museu, que, se não interpreto mal o que constitui o cerne das discussões com a equipe, se apoia no entendimento da história, da memória e da nação como construções e se expressa na maneira pela qual a instituição entende e realiza a integração de sua dupla dimensão de, por um lado, conservar e expor um acervo, e, por outro, produzir uma leitura e uma reflexão a partir deste mesmo acervo, tendo como referência a memória coletiva.

Neste sentido, os nexos entre os vários setores do Museu parecem indicadores de que o reconhecimento da necessária autonomia dos setores especializados (cujo público alvo é prioritariamente o usuário que procura o arquivo, a biblioteca, a reserva técnica ou a magnífica coleção de numismática) não implica na ausência de uma política comum ao Museu como um todo, entendido como uma instituição aberta ao debate intelectual, assim como às demandas das diversas agências da sociedade, no âmbito de sua competência específica.

Para a efetiva implementação do novo tipo de museu proposto, a reformulação do circuito, já parcialmente realizada, no módulo “Colonização e Dependência”, enfrenta os elementos dados pelo acervo existente e pelo espaço físico disponível como condicionantes de uma seleção eminentemente temática. Os projetos que foram apresentados para os quatro módulos ainda não concluídos, pelo cuidado museográfico e museológico que revelam, como pela constante referência às categorias de temporalidade (cronológica e social), de regionalidade (espacial e cultural) e de grupos sociais, fazem supor que os novos circuitos, sem abrir mão de uma certa

leitura da história e da memória coletiva ao assumir e explicitar a seleção feita, não deixarão de permitir outras tantas leituras diferenciadas.

Uma segunda observação tem por objetivo sublinhar alguns aspectos já anteriormente anunciados, sobretudo aquele que apontávamos ao indicar como um dos objetivos desse trabalho a possibilidade de considerar o MHN como uma instituição-documento. Se o exercício de uma "memória individual" sobre o Museu - no caso, a minha - permite vê-lo como expressão da polissemia dos conceitos de museu, de memória coletiva e finalmente de história, não é apenas neste sentido que o Museu é documento para os que dêle se aproximam, tampouco seu caráter de documento se restringe ao fato de sua origem testemunhar a função pedagógica, que mesmo com objetivos e conteúdos diferenciados, um museu sempre oferece.

O caráter de museu-documento, no caso do MHN se expressa na atual política da instituição, na medida em que nela se articulam as três dimensões do tempo histórico apontadas pelo historiador português Luis Filipe Barreto ¹⁵: o museu conserva e expõe o *tempo passado* em sua reserva e em suas exposições; dialoga com o *tempo presente* pois a ele se dirige e procura se adequar e constitui, ele próprio, a terceira dimensão do tempo histórico que é a do *tempo passado-presente* pela explicitação de uma dada interpretação de memória coletiva. Também neste sentido é, portanto, documento.

Uma terceira e última observação: durante a visita realizada dia 07 de junho, minha avaliação subjetiva é de que a grande preocupação imediata da equipe de especialistas encarregada da gestão do MHN se refere aos meios técnicos e financeiros que tornem factíveis os projetos em curso. Um cotidiano dedicado a administrar a escassez parece exercer uma pressão perversa sobre os que dedicam o melhor de seus esforços à viabilização dos novos programas e projetos do Museu. Interpela a evasão de funcionários valiosos e cuja formação se fez na e pela instituição. Também no MHN as questões orçamentárias e financeiras parecem ameaçar as atividades fim de qualquer instituição cultural, em lugar de possibilitá-las.

A captação de recursos oriundos do setor privado vem sendo buscada, tanto no que diz respeito à ampliação e restauração do acervo quanto no que se refere ao financiamento de eventos, de publicações e de atividades sistemáticas. Um cuidadoso dossier foi preparado com o objetivo de sensibilizar empresas e público em geral e angariar para o Museu os benefícios da chamada Lei Sarney. Da mesma forma desenvolvem-se esfor-

ços no sentido de implementar uma política cultural de intercâmbio com outros países.

O que parece fora de dúvida é que a busca de recursos privados, ainda que imprescindível, será sempre subsidiária num país em que a política fiscal e as práticas culturais não parece apontar, ao menos de imediato, para a viabilidade de um modelo nos moldes do que preside, por exemplo, as instituições congêneres nos Estados Unidos. O caráter essencialmente ocasional de recursos originários de outros países não carece de justificativa.

Um seminário do porte do que agora se organiza é indubitavelmente um eloquente sinal de uma *vontade política* que faz dos museus nacionais uma prioridade no âmbito da política cultural. Certamente a questão das condições materiais e financeiras, e sua tradução numa política orçamentária que vá além do curto prazo e viabilize os projetos mais avançados dos vários museus será um dos seus resultados.

Parecer apresentado no Seminário Perfil e Perspectiva no Rio de Janeiro, 1988.

Notas:

1. NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. Em: Les Lieux de la Mémoire. I. La République. Paris: Gallimard, p.17.1984.
2. NORA, Pierre. Présentation. Em: IDEM. p. 7.
3. CHAUI, Marilena. Os trabalhos da memória. Em: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos.** São Paulo: T. A. Queiroz, p.19.1979.
4. NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do Progresso.** Rio de Janeiro: PUC/RJ - Departamento de História / FINEP, (mimeo).1986.
5. HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
6. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Relatório.** Rio de Janeiro: MINC/SPHAN/ *pró*MEMÓRIA, 1988. (mimeo).
7. PESSOA, Epitácio. Discurso do Presidente da República em 08/09/1922". APUD: *Nosso Século - 1910 -1930.* São Paulo: Abril Cultural, p.210.1981.
8. RIO, João do. O velho mercado. Em, **Cinematographo.** Porto, Chardon,p.114. 1909.
9. NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. *Op. cit.* p. 25.
10. HOBSBAWM, Eric: *Op. cit.*
11. MATTOS, Ilmar R. de et al. Educar em História. Em: *Boletim da História* nº 2. Rio de Janeiro: PUC/RJ - Departamento de História, 1982.

12. LE GOFF, Jacques. Memória. Em: **Memória - História**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. Enciclopédia Einaudi - vol.1. p. 46.
13. LOWENTHAL, Davidi. **The past is a foreign country**. London, New York: Cambridge University Press, p. 256. 1986.
14. MARREY, Bernard. **Les grands magasins des origines à 1939**. Paris: Picard, p. 246. 1979.
15. BARRETO, Luis Filipe. **Caminhos do saber no renascimento português**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional

Mário de Souza Chagas
Solange de Sampaio Godoy

“A palavra Museu vem do termo grego Museion, templo das Musas. Os latinos denominavam Museum ao gabinete ou sala de trabalho dos homens de letras e ciências.”

Gustavo Barroso (1945:5)

“Cada geração se viu forçada a interpretar esse termo impreciso - Museu - de acordo com as exigências sociais de época.”

Francis Taylor (apud Mendonça [1946:12])

INTRODUÇÃO

Da união de Zeus e Mnemósine nascem as musas celebradas desde a antigüidade clássica até a atualidade por artistas e cientistas de diversos saberes e ofícios. O templo de culto às musas conhecido entre os gregos como *museion* deu origem, como sabemos, ao termo museu, de uso corrente no mundo ocidental.

Não há originalidade alguma na identificação da procedência grega do termo museu. Os manuais de museologia frequentemente apresentam essa referência. Avançando um pouco podemos, no entanto, reconhecer ao lado de Pierre Nora que os museus vinculados às musas por via materna são “lugares de memória” (Mnemósine é a mãe das musas); mas, por outro lado, pela via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder.

Assim, os museus são a um tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em todo e qualquer museu, independentemente de sua classificação tipológica. No caso dos museus de história esta relação é ainda mais evidente.

Este texto dividido em três partes pretende estudar o processo de construção do Museu Histórico Nacional (MHN) e as relações entre a memória e o poder aí existentes. Criado em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil, o MHN surgiu celebrando a memória de determinados atores e acontecimentos e estabelecendo de forma mais ou menos explícita um discurso sobre o poder.

A análise aqui desenvolvida toma como ponto de partida quatro momentos decisivos na trajetória dessa Instituição:

- 1º - CONSTRUÇÃO DO MUSEU E REINVENÇÃO DO PASSADO NACIONAL (1922- 1940)
- 2º - CRISTALIZANDO IDÉIAS: A CASA DO BRASIL (1940 - 1967)
- 3º - ESGOTAMENTO DO MODELO: BUSCANDO MUDAR DE ALMA (1967 - 1984)
- 4º - REVITALIZAÇÃO: REPENSANDO ENFRENTANDO NOVOS DESAFIOS (1985 - 1995)

Com esta periodização estamos estabelecendo apenas critérios que norteiem e facilitem a análise e a interpretação da trajetória do Museu e não marcos definitivos, até porque outros balizamentos seriam possíveis a partir de outros conceitos e outros olhares. Nestes quatro momentos buscaremos compreender o Museu como processo, e haverá espaço para perceber não apenas a continuidade e a tradição mas também a descontinuidade e a ruptura.

1 - MUSEUS EM MOVIMENTO

Peter Van MENSCH em seu artigo "Museus em Movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre a interrelação museologia-museus", afirma: "O Museu não é mais o que costumava ser." (1989:49) Mesmo aceitando a afirmação do autor, não podemos deixar de dizer - e nisto estamos certos que ele concordaria - que esta frase retirada do seu contexto original diz muito pouco.

A simples observação dos museus criados na década de 50 em comparação com aqueles que são constituídos na década de 20; ou ainda a comparação entre os museus criados na década de 30 e aqueles surgidos na segunda metade do século XIX, nos leva a perceber que esta assertiva se aplica a diversos momentos da trajetória dos museus no Brasil.

Muito mais importante do que reconhecer que os museus não são mais o que eram antes é perceber que as mudanças e permanências ocorridas nestas instituições não são fenômenos isolados e particulares.

O jogo de permanências e mudanças a que as mesmas estão submetidas não se origina e não se esgota exclusivamente em seu interior. Ao contrário, ele está relacionado e em correspondência com as transformações por que passa a sociedade. Os museus, com segurança, são equipamentos culturais partícipes do jogo de forças sociais. Eles refletem de um modo mais ou menos evidente os interesses e as interpretações de deter-

minados grupos, capazes num dado momento histórico de fazer valer as suas concepções de mundo. Eles (os museus) não estão imunes ao contágio das forças sociais e, por outro lado, não são neutros e assépticos ao ponto de não interferir e não contagiar. De modo claro, os museus são instrumentos de conformação ou de transformação social. O reconhecimento de J. Le Goff (1984:11-47) de que “o conceito de memória é crucial” e pode ser utilizado “para a libertação” ou “para a servidão dos homens”, aplica-se em justa medida aos museus - enquanto *locus* privilegiados de memória, enquanto espaços de relação, enquanto territórios por onde as linhas de força do poder passam e se rearticulam.

Em síntese: todo e qualquer museu, em qualquer tempo e sociedade, não é mais que uma visão possível e datada da realidade.

Como sustenta Gerd A. Bornheim:

“Se há uma lei histórica, ela está justamente em reconhecer que tudo é histórico, ou seja, tudo é datado, irrepetível, original, único: o assassinato de César não pode acontecer duas vezes e a necessidade da lei termina se refugiando no campo formal.

Cabe mesmo acrescentar que certos períodos são como que arrastados por uma espécie de equivocidade fundamental, acarretando movimentações já bem mais intensas nas suas coordenadas gerais.” (1987:15-16)

Assim, interessa pensar o Museu Histórico Nacional em movimento; o museu e suas articulações e contradições; o Museu e a produção intelectual gerada à época em que seu discurso foi construído, sistematizado, revisto, reformulado e reinventado.

2 - OS MUSEUS NACIONAIS

O conceito de nação, ainda que esteja relacionado a local de nascimento, não é natural e também não é de fácil compreensão. Walter Bagehot citado por Eric J. Hobsbawm (1990:11) é preciso ao dizer: “sabemos o que é [nação] quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la”.

O fato é que o conceito nação é um problema moderno e tem ocupado há pelo menos dois séculos historiadores, políticos, antropólogos, filósofos, economistas e cientistas sociais sem que se tenha encontrado para ele uma resposta única e definitiva. As lutas de independência travadas no atual século pelas antigas colônias africanas, bem como pelos tchecos, pelos irlandeses e pelos catalães, indicam com clareza: a instabilidade do conceito e das nações constituídas, a não aceitação de determinados mode-

los nacionais e a busca de uma redefinição de território e relações políticas.

Hobsbawn em seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780*, ao analisar a trajetória destes conceitos controversos, esclarece que mesmo tendo se destacado no final do século XIX e alcançado o apogeu na primeira metade do século XX, o problema do nacionalismo ainda hoje é proeminente. No entanto, argumenta o autor: “hoje (...), apesar de sua evidente proeminência, o nacionalismo é, historicamente, menos importante (...). Não é implausível apresentar a história do mundo eurocêntrico do século XIX como aquela da construção das nações (...)”. O mesmo não se poderia dizer, no entanto, sobre a história do final do século XX e início do século XXI.

A Europa, “lar tradicional do princípio de nacionalidade” (Hobsbawn [1990:210]), serviu de inspiração e modelo para construção de movimentos nacionalistas e de nações que se desenvolveram à margem do eixo europeu.

A construção das nações desde o século XIX até o início do século XX baseava-se num “princípio de nacionalidade” e num processo de expansão e unificação nacional. Essa construção político-social, geográfica e econômica articulava-se à construção ritual e simbólica da nação para a qual intelectuais, artistas e produtores culturais foram cooptados. Essa construção simbólica passava, por exemplo, através da criação de bandeiras, hinos, selos e outros signos.

Através da arquitetura, da pintura, da escultura, da música, da medalhística e da literatura, a nação vai sendo construída simbolicamente. Construída e celebrada através de monumentos nacionais, carregados de intencionalidade. Esses monumentos/documentos elevados à categoria de patrimônio nacional encontram-se nas praças, nas ruas, nos largos, nas escolas e nas instituições públicas.

Os esforços desempenhados por determinados setores da sociedade para o soerguimento de marcos referenciais do nacional passam freqüentemente pela construção de museus. Esses museus reúnem e preservam signos do nacional mas são em si mesmos signos, estabelecendo uma espécie de metalinguagem.

Os museus nacionais têm origem na segunda metade do século XVIII com a criação do British Museum (1753) e do Museu do Louvre (1793). No século XIX os museus se multiplicam com nomes e modelos bastante diversificados. Entre outros podemos citar os seguintes: Museu Nacional (Brasil - 1818), Museu Nacional da Colômbia (1823), Galeria Nacional de Londres (1824), Museu Nacional do México (1825). Em alguns o

termo nacional é substituído pelo nome do país (Deutsches Museum); em outros o nacional se revela pelo tipo de acervo, pela representatividade e objetivos institucionais (Smithsonian Institution).

O Smithsonian Institution, criado em 1829, a partir do legado de James Smithson reúne “um complexo cultural multifacetado devotado à pesquisa e à educação, independente, mas estreitamente ligado às aspirações da nação”. (1977:15)

O Museu Nacional de Antropologia do México é um caso exemplar. Segundo Arturo Romano a sua formação “foi resultado de um processo secular de evolução social, econômica e cultural do povo mexicano (...). A idéia do Museu nasceu da necessidade de exibir de forma clara e objetiva os fundamentos da civilização mexicana”. (1970:9)

É interessante observar nesses dois exemplos que tanto no caso da instituição privada (Smithsonian), quanto no caso do órgão público (Museu Nacional de Antropologia do México) o que está posto é a ideologia do nacional.

Duas orientações básicas podem ser percebidas, como indica K. Pomian (1990), no conjunto dos museus nacionais:

1º - Os museus que valorizam a civilização e buscam sublinhar a participação da nação no concerto universal e para isso privilegiam as obras de arte de valor consagrado e ao seu lado colocam os elementos da natureza e os artefatos de povos primitivos.

2º - Os museus que indicam a especificidade e a excepcionalidade da nação e a sua trajetória no tempo, sublinhando os traços da história nacional.

O Museu Histórico Nacional está claramente sintonizado, como veremos mais adiante, com a segunda orientação.

3 - O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Segundo E. Hobsbawn: “Se houve um momento em que o princípio da nacionalidade do século XIX triunfou, esse foi o final da Primeira Guerra Mundial, mesmo que isso não fosse previsível nem intencional por parte dos futuros vencedores.” (1990:159)

Foi exatamente nesse momento, quando se comemoravam os cem anos da Independência do Brasil, que o MHN foi criado, no âmbito de uma Exposição Internacional e no último ano de governo do Presidente Epitácio Pessoa.

Como anteriormente foi esclarecido, o presente estudo identifica na trajetória do Museu quatro períodos bem definidos. Vamos agora, para além da identificação, buscar estudá-los de uma forma mais detida.

3.1- Construção do Museu e reinvenção do passado nacional (1922- 1940)

A idéia da criação do Museu Histórico Nacional é gestada na década de 10. Já em 1911, sublinhando a necessidade de um museu militar, Barroso afirmava:

“O Brasil precisa de um museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis(...).”
(apud Dumans [1943:4])

Esse Museu Histórico deveria celebrar o “culto da saudade”, documentar feitos e “fatos gloriosos” e realizar uma “ação salvadora”, capaz de “ensinar o povo a amar o passado” através dos objetos que deveriam ser reunidos em um lugar apropriado para a celebração da memória e contemplação nostálgica do poder das elites aristocráticas.

“Os que se preocupam com essas coisas sabem que no Arquivo Nacional há a cadeira ou o trono em que o Imperador se sentava no Senado, um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e outras relíquias; que na igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios; que no Museu Naval estão os canhões do Forte Príncipe da Beira; que nas estrebarias do Ministério de Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas.”

(Barroso, apud Dumans [1947:10])

A determinação de Barroso aliada a uma conjuntura política que lhe é favorável permite que seu plano museológico seja cumprido. O decreto nº 15596, de 02 de agosto de 1922 cria o Museu Histórico que no dia 11 de outubro daquele mesmo ano estaria sendo inaugurado. No entanto, mesmo antes da sua inauguração, em entrevista concedida ao periódico “A Pátria”, de 24 de agosto de 1922, Barroso afirmava:

“Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo passado. Coube ao Exmº Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o culto da saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na Pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade dirigiu seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico, que custodiará as lembranças mais importantes de nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a

obra fazendo renascer a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional, do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis.”

Esses textos deixam claro que Barroso está empenhado na construção de um passado histórico. Ele não se preocupa com descontinuidades. Ele quer evidenciar o papel do Estado enquanto sujeito ordenador da sociedade. Ele deseja grifar a continuidade, a tradição, a memória nacional, ainda que esta memória ao se pretender nacional deixe de fora, por uma operação de subtração, expressivos segmentos sociais.

Nos anos 20 e 30 - anos de formação da coleção - a exposição de longa duração do MHN, apresentava o acervo, recolhido através de buscas e de estímulos à doação, organizado em coleções ou galerias dedicadas a vultos históricos.

O discurso articulado por Barroso, ainda que não valorizasse os textos e as legendas, nem seguisse um critério cronológico, era claramente nacionalista. Tratava-se de recolher por toda a parte e apresentar para o público um acervo que se referia aos heróis, aos valores permanentes e tradicionais, pertencente às elites e testemunho da civilização (brasileira).

A política de aquisição trazia para dentro do Museu insígnias (militares, religiosas e nobiliárquicas) que reunidas davam conta do objetivo a ser alcançado: o culto da saudade, a glória do passado, a nobreza do povo brasileiro, a celebração das forças emergentes da nação.

A exposição devolvia ao público bens culturais que se encontravam dispersos e pouco valorizados: em órgãos públicos, ou mesmo retidos nas mãos de colecionadores particulares.

Barroso trabalhou, como diria Hobsbawn, como um inventor de tradições:

“Por tradição inventada, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. Tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” (Hobsbawn [1984:9])

Se por um lado a proposta museológica do MHN avança na linha da invenção das tradições, por outro é preciso reconhecer a sua inserção nos quadros da modernidade.

O MHN surge como um museu nacional moderno, pioneiro no campo da prática museográfica. A tradição precisava ser recuperada, resgatada, para que fosse então colocada ao serviço da moderna nação brasi-

leira, que rumava assim em direção ao progresso e à civilização tendo por bússola o modelo europeu.

É interessante observar, no entanto, que as respostas de Barroso para as questões do seu tempo são inteiramente distintas daquela apresentada pelo grupo modernista de São Paulo, encabeçado por Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Se Barroso enfatiza a tradição e o culto da saudade dos heróis e por essa via alça-se à modernidade, os Andrade enfatizam a ruptura, a descontinuidade mas ainda assim, no segundo tempo do modernismo, no período posterior a 1924, vão buscar descobrir o Brasil e com isso serão também descobridores (ou inventores) de tradição de orientação política e ideológica inteiramente diversa. Mário de Andrade, sobretudo, estará procurando identificar o nacional no folclore, no etnográfico, no arqueológico, no geográfico, na arte colonial, na arte popular e erudita, em bens tangíveis e não-tangíveis. Para Mário, o nacional é um problema.

Fato, no entanto, digno de referência é que tanto Barroso quanto Mário de Andrade se envolveram, ainda na década de 20, com a defesa e a proteção da cidade de Ouro Preto (MG), elevada à categoria de monumento nacional em 1933.

Barroso, avalizado pelo governo de Minas Gerais, move verdadeira campanha para a defesa das "reliquias tradicionais dispersas pelo país". O apoio à sua campanha resulta na criação em 1934 da Inspeção de Monumentos Nacionais, vinculada estruturalmente ao MHN, e que será um dos antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936.

Qual o estado da arte no campo da museologia e das ciências sociais no Brasil, nesse primeiro momento decisivo da trajetória no MHN?

Na década de 20 a museologia engatinhava. As áreas de exposição, conservação e educação em museus não tinham ainda adquirido um lastro significativo de experiências. Os textos sobre a teoria e a prática museológica, publicados e circulando no Brasil, eram extremamente rarefeitos. Para citar um exemplo: o primeiro setor de educação em museus no Brasil é o do Museu Nacional (MN) da Quinta da Boa Vista e data de 1926. As técnicas museológicas e museográficas estavam sendo reinventadas, não havia um conhecimento organizado e sistematizado que se pudesse criticar ou tomar como ponto de partida. O modelo museológico em vigor datava do século XIX. O museu era concebido como espaço consagrado ao saber iluminado dos homens de letras e ciências. Este era também o modelo de Barroso, que, percebendo a necessidade de formar especialistas para o trabalho do MHN, criou em 1932 o Curso de Museus.

Em termos de concepção histórica o MHN estava ligado à corrente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à historiografia tradicional representada por autores como: Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro.

A produção intelectual de Caio Prado Jr. - *Evolução política do Brasil* (1933); de Gilberto Freyre - *Casa grande & senzala* (1933); de Sérgio Buarque de Holanda - *Raízes do Brasil* (1936) e de Roberto Simonsen - *História econômica do Brasil* (1937) não vai encontrar espaço nas exposições e nas publicações do Museu. Na verdade o MHN estava vinculado à "historiografia da dita oligarquia, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca". (Mota [1990:28])

3.2 - **Cristalizando idéias: A Casa do Brasil¹ (1940 a 1967)**

Depois de ter estabelecido o MHN em bases seguras, depois de ter colhido os primeiros frutos do Curso de Museus, Barroso buscará sistematizar algumas de suas idéias no campo da museologia e da história.

O segundo momento decisivo da trajetória do MHN se inicia em 1940. O Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas, apoiará consideravelmente as suas ações:

"No governo do Dr. Getúlio Vargas a situação muda por completo. Sua Ex^a tornou-se o grande protetor do Museu Histórico prestigiando-o e dando-lhe meio para atingir o alto ponto de desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como administrador, S. Ex^a contribuiu pessoalmente para o enriquecimento das coleções com seguidas e preciosas dádivas. Pode, sem favor, ser considerado um benemérito do Museu Histórico, que deve ao Sr. Epitácio Pessoa a sua fundação e ao Dr. Getúlio Vargas o seu grande enriquecimento." (Dumans [1947:15])

Esse período é marcado pela publicação de um grande número de textos. Em 1940 é lançado o primeiro volume dos *Anais* do MHN, periódico que será publicado até 1975. O próprio Barroso cuidará de sistematizar suas idéias sobre museus através do livro *Introdução à técnica de museus*, volume I e II (1945) e Adolfo Dumans publicará a *Idéia da criação do Museu Histórico Nacional* (1947).

O fato é que neste período se observa uma tentativa de estabilização das conquistas museológicas, mas esta busca de estabilização leva o MHN a se cristalizar em torno das idéias do período anterior.

Apesar da incorporação de novos acervos, incluindo peças adquiridas em Portugal; apesar do aumento de influência no âmbito da cultura, o Museu já apresenta dificuldades para acompanhar os problemas museológicos e museográficos do seu tempo.

Após a Segunda Guerra Mundial a teoria e a prática museológica sofrem mudanças. No âmbito da UNESCO é criado em 1946 o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e a sua representação no Brasil ficará a cargo de Oswaldo Teixeira (Museu Nacional de Belas Artes - MNBA), Rodrigo Melo Franco de Andrade (SPHAN) e Heloísa Alberto Torres (MN). Em 1949 será criado o primeiro Museu de Arte Moderna do Brasil em São Paulo, logo depois irão surgir os do Rio de Janeiro (RJ), Resende (RJ) e Cataguases (MG).

Há neste período uma produção bibliográfica no campo da museologia gerada fora do âmbito do MHN. Alguns exemplos: Edgard Sussekind de Mendonça - **A extensão cultural dos museus** (1946); F. Dos Santos Trigueiros - **O museu, órgão de documentação** (1946) e **Museu e educação** (1958); Guy de Holanda - **Recursos educativos dos museus brasileiros** (1958); Regina M. Real - **O museu ideal** (1958); Solon Leontsinis - **Da utilização dos mostruários de empréstimo no ensino de ciências naturais** (1959).

Claramente, após a década de 50 o MHN deixa de ser o eixo de questões museológicas e se cristaliza em idéias antigas.

A morte de Barroso em dezembro de 1959 não implica ruptura na trajetória da Instituição. Josué Montello, seu novo diretor, indicado ainda em 1959, dirigirá o Museu (1960 - 1967) sem modificações substanciais.

O grande acontecimento será a transformação do Palácio do Catete em Museu após a transferência da capital para Brasília. Pelo decreto nº 47883, de 8 de março de 1960 o presidente Juscelino Kubistschek cria o Museu da República (MR) incluindo-o na estrutura organizacional do MHN.

Após as obras de restauração do prédio, boa parte do acervo do período republicano é transferida para o novo Museu. Outras coleções são incorporadas por compra ou doação (coleções Epiácio Pessoa e Nilo Peçanha, por exemplo). As propostas museológica e museográfica porém não são inovadoras. Uma firma "G. F. Gunther executa o equipamento técnico do museu segundo instruções da Diretoria" (relatório de 1960) e uma comissão de museólogos da equipe do MHN faz a "arrumação" do novo Museu que será reorganizado menos de um ano depois de sua abertura, em 15 de novembro de 1960:

"Devido ao prazo exíguo para a inauguração do Museu, não foi possível apresentar uma exposição dentro da estrita cronologia, razão porque no mês de agosto a chefe do Museu (da República), auxiliada pela Conservadora Gilda Marina Lopes, deu início à reorganização das mostras dentro da cronologia histórica, trazendo benefício sobretudo para as visitas escolares." (Relatório de 1960)

Na prática, a preocupação aqui revelada não envolve a conceituação, a reflexão e exposição da história da República, e sim a apresentação cronológica das coleções presidenciais.

O sucesso do Museu da República (enquanto Divisão do MHN) é imediato. Em apenas 20 dias após a sua inauguração recebeu 15.649 visitantes em contraste com os 29.137 da visitação anual do MHN. A imprensa cobre a inauguração que contou, inclusive, com a presença do Presidente da República.

O MHN (matriz museal) é, nessa altura, um contraponto sombrio. Dois terços de suas salas estão fechadas por falta de guardas e necessitam de obras.

O descompasso entre os dois Museus, submetidos a uma mesma administração e orientação museológica, prolonga-se por toda a década de 60 e mais, como se pode perceber através de uma comparação simples dos índices anuais de visitação².

	1961	1962	1963	1964	1965	1966
MR	156.751	141.580	144.565	106.310	102.305	125.200
MHN	23.260	19.584	27.668	33.850	25.882	38.000

A abertura do Museu da República força uma reacomodação da área de exposição do MHN:

“Salas da República - em virtude da transferência do acervo republicano para o antigo Palácio do Catete e do retorno de alguns objetos da coleção, foi feita uma revisão nas vitrines destas salas, verificação e conferência do fichário das mesmas, desinfecção dos objetos, uma vez que as mesmas se transformaram em depósitos. Posteriormente foi feita uma arrumação maior, sendo transportados todos os objetos das vitrines e os quadros da Sala Deodoro para a Sala da República, afim de que lá pudessem ser acomodados os quadros que nos foram enviados do Palácio do Catete.

Estes, embora não obedecendo a cronologia nem escola, serão pendurados à parede, etiquetados e conservados limpos.” (Relatório de 1961)

O MHN vivia um acelerado processo de cristalização. Apesar de terem sido feitas diversas obras emergenciais, não foi possível evitar a situação de crise:

“O ano de 1966 foi particularmente desastroso para o Museu no que se refere ao prédio e às coleções, grandemente afetadas pelas chuvas de janeiro. O telhado colonial, por não ter recebido restauração que vem

necessitando há tantos anos, não suportou a violência das chuvas e as infiltrações causaram grandes danos, desabando grande parte do reboco do teto da Sala Deodoro no 3º andar. Vidros e vitrines foram quebradas. O volume da água foi tal que, penetrando pelo piso, atravessou a Sala Pedro I no 2º andar e passou para a Sala dos Vice-Reis no andar térreo." (Relatório de 1966)

Tal como ocorreu no Museu da República, também o MHN foi vítima de roubos. No dia 21 de junho de 1966, aproximadamente às 21 horas, o quadro de alarme instalado na portaria acusou um começo de incêndio no gabinete da Chefe da Seção de História, no 3º pavimento. Uma vistoria da instalação elétrica de todo Museu registrou situação crítica.

Em 1967 o Museu dava provas de esgotamento, perda de vitalidade e não acompanhamento das questões museológicas contemporâneas.

No campo das ciências sociais, durante o período aqui tratado, a autores como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda irão juntar-se: Alice Canabrava, Odilon Nogueira de Mattos, Celso Furtado e Raymundo Faoro.

A partir dos anos 60 haverá uma renovação nos estudos brasileiros com a produção da escola de Florestan Fernandes, notadamente com os trabalhos de seus discípulos Octávio Ianni - **Metamorfose dos escravos** (1962) e Fernando Henrique Cardoso - **Capitalismo e escravidão** (1962).

Destacam-se ainda na historiografia do período as obras de: José Honório Rodrigues - **Aspirações nacionais, interpretação histórico-política** (1963) e **Conciliação e reforma** (1965); Emília Viotti da Costa - **Da senzala à colônia** (1966) e Maria Sylvia de Carvalho Franco - **Homens livres na ordem escravocrata** (1964).

Ainda que "a temática central dessas produções" esteja "ligada ao estudo das mudanças sociais e políticas no Brasil, em perspectiva histórica" (Mota[1990:41]), não há nenhuma repercussão desses trabalhos no âmbito do MHN.

3.3 - Esgotamento do Modelo - Buscando mudar de alma (1967 - 1984)

Em meados de 67 assume a direção do MHN Léo Fonseca e Silva, capitão de fragata e museólogo formado em 1962. Indicado pelo professor de História do Brasil do Curso de Museus, General Umberto Peregrino, Fonseca e Silva correspondia ao perfil desejado para a direção da Casa num momento em que a ideologia do Estado Autoritário buscava reforçar os feitos heróicos, o papel do exército e a educação moral e cívica.

O Museu precisava de uma intervenção imediata. A situação descrita nos relatórios de 1966 e 1967 era grave.

O novo diretor tem pressa. Ele quer restabelecer o prestígio da Instituição. Ele recebe o cargo como uma "missão" e ao deixá-lo afirma:

"(...) temos consciência de que cumprimos nossa missão até onde nos foi possível avançar. Temos certeza de que a base de partida para futuros empreendimentos no Museu Histórico Nacional e no campo museológico em geral ficou muito mais fácil a frente do que encontramos." (Relatório de 1970)

A nova direção caminha em vários sentidos: a) reorganização administrativa - buscando maior flexibilidade e autonomia; b) reorganização técnica - incluindo planejamento, tombamento e catalogação do acervo com vistas à futura informatização; c) nova montagem do circuito de exposição de longa duração - doze galerias são abertas e tratam da história do Brasil de forma cronológica (da descoberta ao ocaso da monarquia); d) programação anual - numerosas exposições temporárias e extra-muros (43 em 3 anos); e) criação do Serviço de Relações Públicas e da Sociedade de Desenvolvimento do Museu Histórico Nacional (precursora da atual Associação de Amigos do MHN); f) apoio à criação de outros museus (Museu do Folclore, Museu do Automóvel, Museu Rodoviário etc.); g) projeto para a criação da Fundação Museu Histórico Nacional; h) desenvolvimento de esforço concentrado para conquistar espaços físicos ocupados por outras repartições públicas em ambos os Museus (Histórico e da República); i) reformulação do Curso de Museus - há um empenho em vinculá-lo à universidade ampliando o seu currículo com novas disciplinas e oferecendo novas especializações.

No entanto, a análise da produção veiculada pelos Anais, o conceito das exposições e o teor da programação indicam claramente a idéia de continuidade com o passado.

A imagem de um capacete da Imperial Guarda de Honra utilizada no convite da reabertura das exposições (11 de outubro de 1969) e as réplicas dos uniformes antigos utilizados por parte da segurança no dia da reinauguração são signos claros de um militarismo e da tentativa de recuperar a tradição.

A ruptura sugerida na proposta modernizadora: "O Museu que trocou de alma" (revista *Visão*, 7/11/69) não alcança o nível das estruturas conceituais e não é capaz de provocar mudanças de mentalidades. A direção do Museu se isola num discurso modernizante, ainda que com forte acento conservador, e encontra resistência nos setores técnicos do Museu.

Resistência e oposição não ao acento conservador, mas ao discurso modernizante.

“Infelizmente, anos e anos de desapontamento e de carência crônica de recursos estiolaram o espírito de iniciativa e o trabalho de equipe. Trabalhando quase sozinhos, no silêncio de seus gabinetes, muitos conservadores perderam o contato com o público e não estavam psicologicamente preparados para uma mudança de mentalidade, qual seja, a de que um museu existe para o grande público e só tem razão de ser na medida que cumpre sua missão educativa.” (Relatório de 1970)

O esforço e o afã de busca de uma “nova alma” para o Museu esbarravam na excessiva centralização, na burocratização e na reduzida dotação orçamentária. As reivindicações de Léo Fonseca e Silva contavam a princípio com o apoio do Secretário Geral do MEC, Edson Franco:

“Louvo, reiteradamente, seu relatório, sobretudo a impetuosidade de que se reveste e a maneira como distingue e conceitua. Dia haverá em que ação de administradores da estirpe de V.S.^a a administração pública os receberá como titulares de um vanguardeirismo que tanto acalenta o governo do Marechal Artur da Costa e Silva.” (Ofício 858/67)

Três anos depois o Comandante Léo é levado à demissão, após um processo de desgaste profissional e sem contar com apoio interno ou externo.

Em 1971 assume a Direção do Museu Gerardo B. Raposo da Câmara. A crise da Instituição se aprofunda.

A equipe está desarticulada e pouco coesa. O estado de conservação dos bens culturais vai gradualmente piorando. A documentação museográfica do acervo é setorial, utiliza fichas múltiplas, com múltiplas cores e números e inviabiliza a recuperação de informações.

As modificações do Museu ficam por conta: a) das intermináveis obras de reforma das fachadas do antigo Arsenal de Guerra e da Casa do Trem; b) das exposições itinerantes com temas genéricos (ex.: Memória da Independência e D. Pedro II e sua época) que circulam por muitas cidades do país com o apoio do MEC, de universidades, de prefeituras, de outros museus e do exército; c) do programa de cursos de extensão e estágios para estudantes de graduação; e d) do Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural em Museus, criado no início dos anos 80, a partir de um convênio entre o Museu e a UNIRIO.

O programa de cursos foi enfatizado após a transferência do Curso de Museus para a UNIRIO em 1979, o que aliviou e deixou de gerar incômodos para o MHN. É importante não esquecer que no final dos anos

60 o movimento estudantil também inscreveu suas marcas de luta na história do MHN.

No entanto, nem os cursos de extensão nem as exposições itinerantes são capazes de provocar uma reflexão sobre o papel social do Museu, de gerar revisões conceituais profundas, de gerar exposições de longa duração ou de estabelecer linhas de pesquisa e de ação articuladas com as discussões em curso na sociedade brasileira.

O Museu responde aos interesses do Estado ditatorial articulando um discurso discreto e conservador, assumindo ares de Instituição neutra e apolítica. No entanto, o seu papel de órgão executivo da Política Nacional de Cultura (1975:25) definida pelo Estado através do Ministério da Educação e Cultura era muito evidente.

Por intermédio de seu Diretor o MHN participa do Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em Pernambuco (1975) e do Encontro Nacional de Cultura, realizado em Salvador, Bahia (1976). Neste último, Gerardo Câmara manifesta-se a favor da implantação de um Sistema Museológico Brasileiro, idéia recorrente em vários encontros dessa natureza. Josué Montello, por seu turno, relata a proposta de criação de um Sistema Nacional de Museus Históricos, com sede no MHN.

O museu está visivelmente sintonizado com a Política Cultural defendida pelo Estado.

“Queremos (...) pautar-nos por diretrizes que possam salvaguardar o nosso acervo cultural próprio e caracteristicamente brasileiro, sem, contudo, descuidar da aproximação com a cultura de outros povos e nações, consoante a própria vocação universalista do nosso povo (...).

Procurando ser fiel às raízes de nossa personalidade nacional e ambicionando contribuir para o engrandecimento do homem brasileiro, a Política Nacional de Cultura quer concorrer para o humanismo brasileiro, dentro da definição maior do que é o próprio humanismo: a concentração do mundo no homem e a expansão do homem no mundo.” [Braga (1975:5-6)]

Ao lado do “espírito humanista”, do incentivo à produção e à criatividade colocava-se um quadro de radicalização política e cultural pintado com as cores fortes da censura e da castração das liberdades. Os textos sobre Política Nacional de Cultura estavam mais ao nível do papel do que da prática, mais ao nível do discurso do que da ação.

O MHN, mesmo com uma atuação tímida e discreta, busca firmar uma imagem positiva em âmbito nacional. O seu Programa de Ação Cultural nos anos de 1974, 1975 e 1976 recebe dotações orçamentárias supe-

riores às despesas que realiza (Mapas do Relatório Trienal - 5/11/1976). Nada disso impede, no entanto, algumas críticas e questionamentos.

Fora a participação oficial nos encontros sobre política cultural, o MHN estará em dissonância com os esforços realizados para a renovação dos museus e da museologia.

Na aurora dos anos 70 inicia-se ampla discussão em torno dos ecomuseus, museus de comunidade e museus integrados (ou integrais). A Mesa Redonda de Santiago do Chile (maio de 1972) inaugura uma nova fase para a museologia, sugere práticas inovadoras e afirma a função social do museu.

Na segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80 despontam no panorama museológico brasileiro autores como: Fernanda de Camargo e Almeida-Moro, Lourdes M. Martins do Rego Novaes, Waldisa Russio e Maria Célia Teixeira M. Santos com produção sistemática, ainda que muitas vezes dispersa em periódicos e coletâneas.

A museologia brasileira em termos teóricos e práticos passava por uma fase de renovação. Critérios mais adequados de preservação, conservação e segurança de acervos estavam sendo discutidos e divulgados. Paulo Freire que tanto inspirou Hugues de Varine (formulador do conceito de ecomuseu ao lado de George Henri Rivière) passou gradualmente a ser utilizado como referência para ações educativas em museus.

Em 1984, em Quebec (Canadá) é lançado o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM). Neste mesmo ano W. Russio publica texto fundamental sobre cultura, patrimônio e preservação (1984:59-78) onde defende uma nova conceituação de museologia e museu.

No entanto, o MHN distanciava-se cada vez mais da produção de estudos históricos, museológicos e pedagógicos. O curso de pós-graduação ao nível de especialização em Ação educativa e cultural em museus não chegou a gerar benefícios efetivos para o MHN.

Desde a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), em 1979, por Aloísio Magalhães o descompasso entre o MHN e o MR vinha se acentuando. Na virada da década de 70 respirava-se já um clima de abertura política que ao nível do patrimônio se traduzia pela idéia de revitalização. O artigo 1º da Lei nº 6757 de 17/12/79 que cria a Pró-Memória estabelece como um dos seus objetivos "a restauração e revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país".

Nessa esteira é criado em 1984 o Programa Nacional de Museus, vinculado à FNPM que irá capitanear a separação administrativa entre o MR e o MHN e a revitalização de ambos.

3.4- Revitalização: Repensando e Enfrentando Novos desafios (1985-1995)

O quarto momento decisivo na trajetória do MHN inicia-se em 1985 e compreende as seguintes gestões:

Direção do Museu	Período
1º - Solange Godoy	1985 a 1989
2º - Heloísa Duncan	1989 a 1990
3º - Ecylla C. Brandão	1990 a 1994
4º - Vera L. B. Tostes	1994 até os dias atuais

Apesar de não ter sido eleito pelo voto direto como reivindicava o povo nas ruas em 1984, o governo do Presidente José Sarney assumiu a condução do país num clima de renovação, abertura e redemocratização. É dentro desse espírito que é criado em 1985 o Ministério da Cultura (MinC), cujas bases vinham gradualmente sendo firmadas por Aloísio Magalhães, falecido em 1982.

A criação do MinC resultou do somatório de diversos órgãos culturais preexistentes na esfera federal, tais como: Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAM), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Conselho Federal de Cultura (CFC) e outros.

Não houve a rigor uma estruturação orgânica do novo Ministério. Em consequência não se buscou evitar a duplicidade de funções, ou equilibrar o gigantismo de algumas unidades com o raquitismo de outras, ou mesmo harmonizar a presença local (ou regional) de umas com a presença nacional de outras.

O MHN vinculado à Fundação Nacional Pró-Memória desde 1979, da mesma forma que diversos outros órgãos, beneficiou-se de - qualquer modo - com os ventos de renovação soprados na direção das instituições culturais. Em janeiro de 1985 assumiu interinamente a Direção do MHN a museóloga Solange Godoy:

“Durante os primeiros oito meses exerci as funções de forma interina. O Diretor Geral Gerardo Britto Raposo da Câmara estava licenciado e o Professor Rui Mourão ocupou esse cargo acumulando com outras funções de Coordenação dentro da Fundação Nacional Pró-Memória (Gerência do Programa Nacional de Museus).” (Relatório de Gestão - 1985/1989)

O primeiro ano de existência do MinC foi marcado por dúvidas, crises, instabilidade e indefinição de propósitos.

Em agosto de 1985, após a primeira mudança de ministro no MinC - o que viria a se tornar rotina (10 ministros em 10 anos)³ - manifestou-se a primeira crise desse período.

Depois de ter sido nomeada efetivamente para a Direção Geral do Museu articulou-se no Planalto a demissão de Godoy com a indicação para o cargo do homem de letras, Dr. Leandro Tocantins.

A mobilização da equipe do Museu e a sua articulação com outras equipes culturais impediu a mudança de rumos.

A turbulência do primeiro ano de gestão não impediu, no entanto, que se traçasse um diagnóstico da situação do MHN e um plano de metas para os próximos anos.

“Urgia também ser elaborado, dado o momento de transição política, um projeto global que contemplasse obras, ocupação da casa e tratamento técnico do acervo.” (Relatório de Gestão - 1985/1989)

Os primeiros resultados da nova administração não tardam. Em setembro de 1985 foi inaugurada com apoio de M. Chandon e Sul América Seguros a exposição temporária Re-Tratos:

“Nesse momento de mudanças, o Museu Histórico Nacional apresenta o trabalho de Clécio Penedo, Re-Tratos que traz uma questão nova sobre a representação de personagens oficiais de nossa História. O artista não procura vê-los como mitos construídos com o tempo, mas se pergunta sobre a condição humana de cada um deles.”

(Porto e Albuquerque [1985:1])

Em novembro, com o apoio da Xerox do Brasil S.A., foi a vez da exposição "A carreira das Índias e o gosto do Oriente", apresentando a coleção de arte do Extremo-Oriente preservada no MHN. No ano seguinte, a Diretoria do MHN publicava com o apoio da Ipiranga o relatório de um ano de revitalização e divulgava o Plano de Diretrizes e Metas Trienais para o período de 1986 a 1988. Neste plano foram privilegiadas cinco diretrizes:

- 1 - Democratização da Informação
- 2 - Formação de Público para o MHN
- 3 - Dinamização do Espaço Cultural do Museu
- 4 - Instrumentalização Científico-Tecnológica
- 5 - Desenvolvimento da Instituição Museu

“Para a concepção de diretrizes e metas estratégicas, buscou-se fundamentação nas áreas de ação propostas pelo Ministério de Cultura, no parecer GEOR/nº 10/86 de 20/03/86, e nos princípios básicos de

museologia ativa, apresentados em Quebec, em 12/10/84" (Plano Trienal 1986/1987/1988)

Na conclusão do relatório se afirmava a mudança de orientação política do Museu:

"No contexto de redemocratização em que hoje vive o Brasil, o desenvolvimento cultural da sociedade não se separa do seu processo de desenvolvimento econômico e social. O Museu Histórico Nacional não pode deixar de participar deste projeto de reconstrução nacional (...)."

(Relatório de 1985)

A segunda metade dos anos 80 traz para o MHN efetivamente uma nova vida. São anos agitados e polêmicos. Anos de muita experimentação, de ruptura e quebra de paradigmas estabelecidos e ao mesmo tempo de esforço para a recuperação, ainda que em outro patamar e com outra orientação política e ideológica, do "passado de excelência e de pioneirismo" do Museu.

De modo acelerado, o MHN resgata o seu papel de produtor de conhecimento, o diálogo com o público e com o meio universitário. Alguns exemplos: Helena Ferrez e Maria Helena S. Bianchini, técnicos do MHN, publicam o **Thesaurus para acervos museológicos** (1987), obra clássica e de referência para museus e escolas de museologia; Regina Abreu, antropóloga do MHN elabora o roteiro para o vídeo "Histórias do cotidiano" (1988); é inaugurada a exposição de longa duração "Colonização e dependência" (1987); é implantado o Setor de Informática no Museu (1987).

O Seminário dos Museus Nacionais (1988) promovido pela FNPM submeteu o MHN à avaliação crítica de intelectuais como Berta Ribeiro, Ulpiano B. Menezes, Margarida Souza Neves e Ana Arruda Callado; Vera Alencar, técnica do MHN defende no Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro a tese de mestrado *Museu-Educação: se faz caminho ao andar* (1987); Mirian Sepúlveda dos Santos defende no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro a tese de mestrado *História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus, a partir de observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional* (1989).

As obras devolvem ao público o Pátio da Minerva e o seu entorno, a Biblioteca, o Arquivo Histórico e diversas salas de exposição. A Casa do Trem recebe substancial ajuda do governo alemão através do Consulado Geral da Alemanha Ocidental - Rio e grande parte da obra de infraestrutura é realizada.

A década de 80 termina com a segunda grande crise desse período. Um problema técnico de aceitação ou não de uma coleção de títeres é transformada num problema político e resulta na demissão da Diretora do MHN. Este é um caso típico do poder que busca perpetuar-se e não encontra acolhida do seio de Mnemósine. Sem poder gerar as Musas, o poder se desorganiza, mas também causa estrago.

A continuidade do processo é garantida através da nomeação da museóloga Heloísa Duncan - Diretora Adjunta na gestão de Godoy - para a Direção Geral do Museu.

Eleições diretas. Fernando Collor, candidato à presidência pelo PRN (Partido de Renovação Nacional), é eleito. A área da cultura é sucateada: órgãos são extintos, outros são fundidos, funcionários são demitidos e a Lei de Incentivo à Cultura é revogada. O MHN resiste como pode a este período de inventário e extinção da Pró-Memória.

Ainda em 1990 é nomeada para a Direção do Museu a museóloga Ecylla C. Brandão que convida Godoy para a coordenação da área técnico-científica. A exemplar trajetória profissional de Brandão associada à sua experiência museológica favorecem a superação de obstáculos internos e externos. A equipe técnica é gradualmente reconstruída. O Plano de Diretrizes e Metas traçado para o triênio de 1986 / 1988 é retomado, já agora em novas bases. O MHN está em movimento.

São realizadas diversas exposições de curta duração intra e extra-muros. O Museu vai ao shopping, às escolas e às universidades. O teatro, a música e a dança vão ao Museu.

Abre-se um novo momento de alianças e parcerias com as áreas pública e privada. São firmados convênios, termos de cooperação, protocolos e cartas de intenção com diversas entidades: Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME / RJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa (ULHT), Universidade Gama Filho (UGF), Petrobrás S.A., Fundação VITAE, Serviço Social do Comércio (SESC), Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS / RJ), Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SNE / RJ) e outros.

Técnicos do MHN passam a ministrar e participar com sistemática de cursos e seminários, encontros e congressos realizados no Brasil e no exterior. As áreas de conservação e restauração de bens culturais são inteiramente reformuladas. O governo do Canadá patrocina a reforma do Auditório, do Pátio dos Canhões e do sistema de iluminação de duas grandes galerias de exposição. Obras de grande porte são restauradas:

Combate Naval do Riachuelo e Passagem do Humaitá, de Vítor Meireles, além de um conjunto de carruagens.

Em 1994 a museóloga Vera Lúcia B. Tostes assume a Direção do Museu apoiada por Brandão⁴ e Godoy e dá continuidade ao plano de revitalização.

A Reserva Técnica é ampliada, o prédio repintado e os jardins recebem proteção externa. É interessante observar que no período de 1992 a 1994 quatro áreas de exposição de longa duração foram devolvidas ao público:

Memória do Estado Imperial I (1992)

Memória do Estado Imperial II (1993)

No Tempo das Carruagens (1994)

Expansão, Ordem e Defesa (1994)

Este último módulo contou com a consultoria dos historiadores Ilmar R. Mattos, na ocasião chefe do Departamento de História da PUC/RJ, Luís Affonso Seigneur de Albuquerque e Marcia de Almeida Gonçalves.

A criação do Conselho de História em 1995 celebra a aliança efetiva do MHN com os centros produtores de conhecimento no campo da história e da educação.

A análise do último decênio indica claramente que o MHN continua sendo um espaço onde estão em jogo a memória e o poder, ainda que as regras do jogo e os jogadores não sejam mais os mesmos.

Durante o quarto momento decisivo aqui analisado o MHN rompeu com as estruturas museológicas estabelecidas, articulou novos discursos, provocou debates e inseriu-se nas questões museológicas e historiográficas do período.

O módulo Expansão, Ordem e Defesa utiliza objetos coletados por Barroso, articulando-os com novas aquisições (a coleção de peças indígenas e de mineração, por exemplo) e constrói uma outra narrativa. Não se trata mais do "culto da saudade" e sim de uma interpretação possível da história que busca não operar com subtrações e exclusões, mas, ao contrário, compreender e trazer para o foco de análise os índios bravios, os índios missioneiros, os negros aquilombados, os inconfidentes, os subversivos, os sem-terra, os cangaceiros, os revoltosos de Canudos e do Contestado, os cabanos e os farrapos, colocando-os em diálogo com os senhores da terra, com os coronéis que implantam e defendem a Ordem, com os Senhores da Fé! Provocando este diálogo, o MHN pretende contribuir para uma melhor compreensão da formação da sociedade brasileira.

No entanto, a museologia Barroseana parece ser resistente. O "culto da saudade" sobrevive, por exemplo, na exposição "No tempo das carruagens". O título é nostálgico, a exposição é cronológica e contemplativa. Ela lida com o imaginário popular habitado por príncipes, princesas, belas encantadas, jerimuns que se transformam em carruagens, ratos que se transformam em cavalos. A contradição está posta.

É possível a convivência de duas tendências tão distintas, museológica e historiograficamente falando, num mesmo Museu?

CONCLUSÃO

Maria Célia T. M. SANTOS em sua tese de doutoramento - *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-universitário no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior em Itapuã* - sustenta que: "O discurso da modernidade é uma falácia para a maioria dos museus brasileiros que, nos moldes do antigo Museu Histórico Nacional, de Gustavo Barroso, preserva o acervo de uma elite, apresenta um nacional sem conflito, cumpre seu papel como suporte necessário à preservação de uma identidade nacional desempenhando, assim, a função anestésica de preservação do patrimônio, da qual nos fala tão bem Ulpiano Bezerra de Menezes. (1984)"

Esse é com precisão o desafio ainda hoje enfrentado pelo MHN. No entanto, o fato inegável dele ter surgido a partir dos sonhos e práticas de Barroso, ideólogo do patrimônio e do integralismo no Brasil, não constitui, ao nosso ver, um pecado de origem, impeditivo de qualquer possibilidade de transformação.

Se por um lado é importante não mascarar as contradições da Instituição, presentes ainda na atualidade, por outro é igualmente importante compreendê-la em movimento, participando de um complexo jogo de permanências e mudanças.

O museu é processo.

Da mesma forma como o nacional, o museu e o histórico não são dados prontos e acabados. A perspectiva Barroseana talvez recusasse essa afirmação. A ideologia nacionalista, como indica Chauí, não aceita que a nação "se faz e se desfaz" (1989:1/4), que ela está em processo.

O MHN é um exemplo excelente para a análise das relações entre o Estado e áreas de significação cultural, entre as linhas de força do poder e as representações da memória.

No entanto, é preciso levar em conta que o discurso construído nos museus resulta da experiência e dos enfrentamentos concretos de indivíduos e grupos que vivem em sociedade, contaminados pelo tempo histórico e que,

de uma forma ou de outra, inscrevem nessas instituições de memória as suas concepções de mundo. E é por aí que passa a linha tênue que distingue os processos museológicos comprometidos com a vida ou com a morte, com a história ou com o culto da saudade.

Com o presente texto pretendemos compreender a conformação da trajetória de uma Instituição que tendo nascido como um documento/monumento nacional, continua (por meio dos profissionais e da sociedade civil que nela interfere) em movimento e interessada em problematizar (e não apenas apresentar) o histórico e o nacional.

O cardápio de desafios colocados para o MHN nesse final de década e de século é farto:

- 1) a sua imagem junto àqueles que não o conhecem por dentro é a de um espaço solene, fechado e em obras
- 2) o acesso à mídia é deficiente
- 3) um estudo criterioso sobre o público ainda não foi feito
- 4) os serviços de infra-estrutura oferecidos ao público ainda são deficientes
- 5) as publicações são assistemáticas
- 6) o programa de cursos e seminários necessita de maior regularidade
- 7) a sua localização é problemática, (área externa degradada)

No entanto, para além desses desafios que estão sendo enfrentados pela equipe atual e em alguns casos com resultados promissores, dois outros problemas de fundo se colocam, e a resposta a eles determinará, com segurança, o próximo decênio da Instituição:

1) Como o MHN se posicionará em relação à sociedade e ao Estado? Ele assumirá ou não como diretriz os enfoques desenvolvidos pela denominada nova museologia ou museologia social que considera o território, a comunidade e o patrimônio como elementos muito mais expressivos do que o edifício, o público e a coleção, ou ele se quedará para a museologia da tradição?

2) Como o MHN tratará o nacional nesse final do século XX? Como sugere Hobsbawn: "*Nação e nacionalismo* não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras" (1990:2/5)

As linhas das mãos que podem descrever o futuro do Museu Histórico Nacional não estão fixadas, elas estão rodando numa dança muda. Quem irá fixar o volátil? Não é preciso dizer que a quadratura do círculo é o enigma do Brasil.

Notas:

1. A designação Casa do Brasil vinha sendo reivindicada por Barroso desde 1935 (Relatório). No período de julho a dezembro de 1940 o MHN representou o Brasil na exposição internacional realizada em Lisboa, comemorando os centenários de Portugal.
2. Esse quadro estimula a formulação de muitas questões: Que razões levam dois museus submetidos à uma mesma orientação museológica e administrativa a apresentarem índices de visitação tão diferentes? O quarto onde suicidou-se Getúlio Vargas seria um grande estimulador de visitação? O elemento determinante da visitação seria a localização dos museus e a presença ou ausência de área verde? O fato do MR estar localizado num antigo Palácio Presidencial (sede do Poder Executivo) é determinante?
3. A Fundação Nacional Pró-Memória que em 1990 foi fundida à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando origem ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que em 1994 voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - no período de 1985 a 1995 teve doze presidentes. A duração média de cada presidente no cargo é inferior a nove meses.
4. A saída de BRANDÃO teve um motivo: aposentadoria

Referências:

- ALENCAR, V. Museu - Educação: se faz caminho ao andar. Em: *Cadernos museológicos nº 1*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. p. 55-64. 1989.
- ALMEIDA-MORO, F. C. e NOVAES, L. M. **Introdução ao ensino dirigido de Museologia**. Exercícios I. AMICON - Associação de Membros do ICOM/ Comitê Brasileiro do International Council of Museums / MUSEION - Centro de Estudos Museológicos e de Ciências do Homem. 141 p. 1977.
- ANAIS da Associação de Membros do ICOM/BR ano I. Teresina, 123 p. 1975.
- BARROSO, G. **Introdução à técnica de museus**, Volume 1. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde. 342 p. 1945.
- BORNHEIM, G. A. O conceito de tradição. Em: **Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/FUNARTE. 152 p. 1987.
- BRAGA, N. Apresentação. Em: **Política nacional de cultura**. Brasília, Ministério de Educação e Cultura. p. 5-6. 1975.
- CHAGAS, M. **A ótica museológica de Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. p. 99-113. 1991.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 199 p. 1989.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Editora Atlas S. A. 255 p. 1981.
- DUMANS, A. **A idéia de criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica. 103 p. 1947.

- FERREZ, H. e BIANCHINI, M. H. S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria de Acervos Museológicos. 2 v. 1987.
- GRANMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 244 p. 1989.
- HOBBSAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 230 p. 1990.
- HOBBSAWN, E. e RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 316 p. 1984.
- HOLANDA, G. **Recursos Educativos dos Museus Brasileiros**. Rio de Janeiro: Organização Nacional do ICOM/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. 271 p. 1958.
- KOSSOY, B. A Fotografia como fonte histórica: Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. Em: *Coleção Museus & Técnicos nº 4*. São Paulo: Museu de Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo - SICCT. 1980.
- LE GOFF, J. Memória. Em: **Enciclopédia Einaudi: Memória-História nº1**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. p. 11-50. 1984.
- MENDONÇA, E. S. **A extensão cultural nos museus**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946.
- MENESES, U. B. de. Identidade Cultural e Arqueologia. Em: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 20*. 1984.
- MENSCH, P. V. Museus em movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre a inter-relação museologia-museus. Em: *Cadernos museológicos nº 1*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. p. 49-54. 1989.
- MICELI, S. (Org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL Corpo e Alma do Brasil. 240 p. 1984.
- _____, **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920 - 1945)**. São Paulo: DIFEL Corpo e Alma do Brasil. 201 p. 1979.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **A carreira das Índias e o gosto do Oriente**. Rio de Janeiro: IPHAM/Pró-Memória/MI IN/XEROX do Brasil S. A. 1985.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória. 196 p. 1980.
- MOTA, C. G. (org.) **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL Corpo e Alma do Brasil. 367 p. 1974.
- _____, **Ideologia da cultura brasileira (1933 - 1974)**. São Paulo: Editora Ática. 303 p. 1990.
- MOURÃO, R. **A nova realidade do museu**. Belo Horizonte: MinC/IPHAM/Museu da Inconfidência. 105 p. 1994.
- MOUTINHO, M. C. A construção do objecto museológico. Em: *Cadernos de Museologia nº 4*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Centro de Estudos de Sócio-Museologia. 175 p. 1994.

- NAMER, G. **Mémoire et Société**. Paris: Meridiens ... (Collection Sociétés). 242 p. 1987.
- NORA, P. **Mémoire et Histoire - La problématique des Lieux**. *Les Lieux de Mémoire*. Vol I. *La République*. Paris: Gallimard. p. XIX. 1984.
- OLIVEIRA, V. de. *O Museu Histórico Nacional: reflexos da política cultural em dois momentos*. Rio de Janeiro: Inédito (fotocópia). 28 p. 1993.
- POMIAN, K. Coleção. Em: **Enciclopédia Einaudi: Memória-História** nº 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. p. 51-86. 1984.
- _____, *Musée, Nation, Musée National le Débat*: Em: *Musée Archeologique: art, nature, histoire* nº 49 (fotocópia sem referência completa)..1990.
- PORTO E ALBUQUERQUE, A. L. Apresentação In: **Clécio Penedo: desenhos da série Re-Tratos**. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/Pró-Memória/MHN 1985.
- PREVENÇÃO e Segurança nos Museus*. Rio de Janeiro: Direção dos Museus/Ministério da Cultura e Meio Ambiente da França/ Associação de Membros do ICOM/ Comitê Nacional Brasileiro/ Comitê Técnico Consultivo de Segurança. 216 p. 1978.
- REAL, R. **O Museu Ideal**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais/ Centro Regional de Pesquisas Educacionais. 67 p. 1958.
- ROMANO, Arturo. Introdução. Em: **Museu Nacional de Antropologia**. Em: São Paulo: Mirador Enciclopédia dos Museus. 168 p. 1970.
- RUSSIO, W. Texto III - Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. (org.): *Produzindo o passado: estratégias de construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense. p. 59-78. 1984.
- SANTOS, M. C. T. M. *Repensando a ação cultural e educativa dos Museus*. Salvador: UFBA (Centro Editorial e Didático). 134 p. 1990.
- _____, *Processo Museológico e Educação - construindo o Museu didático-comunitário, em Itapuã* (tese de doutoramento em Educação/UFBA). Salvador: UFBA. 1995.
- SANTOS, M. S. *História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional* (tese de mestrado IUPERJ). Rio de Janeiro: IUPERJ. 179 p. 1989.
- SMITHSONIAN INSTITUTION - **The Smithsonian Experience - science - history - the arts ... the treasures of the Nation**. Washington. p. 255. 1977.
- SUANO, M. **O que é Museu**. São Paulo: Brasiliense. 101 p. 1986.
- TRIGUEIROS, F. dos S. **O Museu como órgão de documentação**. Rio de Janeiro: Associação Atlética Banco do Brasil. 60 p. (1958)

Fontes Consultadas:

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Relatórios anuais de 1934, 1960, 1966, 1967, 1970, 1974, 1975, 1976, 1985, 1986, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995. Texto datilografado.

Relatórios de gestão 1967-70 e 1985-89. Texto datilografado.

Plano de Diretrizes e Metas Trienais, 1986-88

Proposta conceitual dos Módulos da Exposição de longa duração - 1987

"O Museu que trocou de alma" revista *Visão*, 07/11/1969. p.36-38. xerox

Ofício 858/67 - do Secretário Geral do MEC para o Diretor do MHN.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

Relatório de avaliação de 1988 (Seminário de Museus Nacionais: Perfil e Perspectivas. Autores: Ana Arruda Callado, Berta Ribeiro, Margarida Souza Neves e Ulpiano Bezerra de Meneses).

Examinando a Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional

José Bittencourt
Lia Silvia P. Fernandes
Vera Lúcia Bottrel Tostes

O QUE É POLÍTICA DE AQUISIÇÃO.

Desde o século XVII, quando surgem os museus modernos, essas instituições dedicam-se a recolher, preservar e expor objetos das mais variadas classes e categorias possíveis. Encarados seja como relíquias, seja como documentos, como elementos educativos ou mesmo como simples meios de diversão ou deslumbramento das pessoas, os objetos museológicos constituem a espinha dorsal das atividades desenvolvidas pelos museus.

Como instituições cuja origem está ligada a demandas políticas e/ou sociais¹, os museus estão situados num lugar bem determinado nas sociedades. Assim, apesar das proposições de alguns teóricos atuais², as sociedades não são imensos museus e nem todos os seus produtos materiais, potenciais objetos museológicos. Numa abordagem mais prudente, podemos dizer que um objeto se torna objeto museológico depois de ser identificado por um especialista, ou grupo de especialistas e passar por algumas formalidades. A partir desse momento, passa a integrar um universo de objetos que, afastados de sua função original, se tornam índices de sua classe. Representam a si mesmos e a outros objetos que lhes guardem alguma similitude ou podem ainda representar um valor, além do próprio, que lhes é adicionado pelo fato de estarem associados, por exemplo, a algum vulto histórico.³

Qualquer objeto pode, eventualmente, tornar-se um objeto museológico. Para tanto, é necessária uma decisão de incorporação, tomada pelos diretores do museu ou pelos curadores de área ou coleção, geralmente com base em indicações de equipes especializadas⁴. Essas indicações devem basear-se num conjunto de regras que, levando em conta o campo temático do museu, estabeleçam quais são suas necessidades, no que diz respeito às suas diversas atividades, às suas propostas e à sua projeção de crescimento. Tal conjunto de regras pode ou não ser formal (ordenado segundo regras ou normas), pode ou não estar redigido e até mesmo não ser do conhecimento de toda a equipe. Mas ele sempre existe, pois todo museu possui algum critério que lhe permite identificar e selecionar objetos ou grupos de objetos que lhe interessam. Tal critério constitui aquilo que é geralmente chamado política de aquisição ou de recolhimento.

Neste momento, cabe distinguir entre aquisição - a ação desenvolvida pelo museu no sentido de identificar e incorporar novos objetos museológicos às suas coleções - e política de aquisição - se trata de um princípio doutrinário que caracteriza e ordena a busca e identificação de

objetos museológicos potenciais com relação ao campo temático e proposta de trabalho do museu. A política de aquisição é anterior à “aquisição”, pois esta trata de um conjunto de procedimentos práticos, que envolvem inclusive equipes treinadas, enquanto aquela é uma elaboração intelectual.

Existem diversas formas possíveis de aquisição de objetos, mas todas gravitam em torno de duas que são básicas: a coleta e a doação, que também podem ser chamadas aquisição direta e aquisição indireta. Estas duas definições relacionam, essencialmente, formas de abordagem do museu com relação ao objeto. No caso da coleta, o museu vai buscá-lo e, no caso da doação, recebe o objeto de uma terceira entidade⁵. De um ponto de vista formal, cada museu pode criar tantas categorias de aquisição quantas forem necessárias para o bom andamento de suas atividades⁶, visto que a essência das duas permanecerá inalterada.

A política de aquisição e sua consequência de campo, a aquisição, estão muito ligadas à conjuntura que deu origem ao museu que se examina. Isto quer dizer que fatores como o momento histórico, o caráter da produção científica da época em que o museu foi criado, ou mesmo a posição política dos diretores ou curadores irão influenciar fortemente o conjunto de critérios que constitui a política de aquisição⁷. O exame desta questão pressupõe um prévio conhecimento da história da Instituição. A composição dos universos de objetos depositados nos museus relaciona-se, por intermédio da política de aquisição, com a problemática mais ampla citada acima e, de modo geral, é um reflexo dela.

A FUNDAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E A PRIMEIRA FASE DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, 1922-1924

Em 1922, a idéia de se criar um museu “de história nacional”, já não era nova. Existiam diversas instituições voltadas para esse tema, como era o caso do Museu Histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Museu Nacional, este último uma entidade centenária. No entanto, os objetos perdiam-se ou deterioravam-se com muita facilidade e, na maioria dos casos, ficavam permanentemente fora das vistas do público. Outra questão é que, muito embora os museus fossem considerados como elementos representativos da modernidade, o modelo de museu existente no Brasil ainda era, no início do século XX, o museu enciclopédico, voltado para a coleta, classificação e estudo de itens que pudessem constituir um papel sintético e representativo dos diversos aspectos do saber e do país⁸. O resto do mundo dado como moderno já havia passado para o modelo de “museu público”, inspirado no ideário liberal e voltado para o

aperfeiçoamento cultural dos povos. Neste sentido, o Museu Histórico Nacional constitui um marco dentro do movimento museológico brasileiro: é o primeiro museu brasileiro cujo projeto constrói-se em torno da instrução pública. Isto se faria por intermédio de objetos que documentassem os grandes momentos da história nacional, bem como seus vultos representativos⁹. O fundador, Gustavo Barroso, imaginava resgatar as relíquias que se empoeiravam em diversos lugares para um "verdadeiro Museu Histórico, no qual se pudessem reunir, para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda sorte que ele representa"¹⁰. Esta afirmação explicita um princípio básico, que irá orientar a identificação e busca dos objetos que constituíram o núcleo original do acervo.

Mas se, por um lado, o Museu Histórico Nacional surgia escorado em uma proposta modernizadora, surgia também como órgão de uma formação política em crise. Em 1922, a ordem instaurada em 1889, cujo centro era a idéia de Nação Republicana já não dava mais conta dos problemas que se colocavam. Os fundadores da República tinham sua hegemonia questionada por um coro cada vez maior de dissidentes. A Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil foi concebida como uma espécie de apoteose do projeto republicano de 1889, na qual a classe dirigente pretendia reafirmar sua vitalidade¹¹. Inserido no contexto da Exposição, o novo museu buscava a celebração da Nação Republicana, por intermédio da divulgação de seu glorioso passado. A tradição, que Barroso dá por abandonada¹², deveria ser recuperada e preservada, pois era a prova definitiva da existência do Estado, fiador da ordem e base da hegemonia das elites, no tempo. Os objetos esquecidos são capazes de "documentar" (palavra usada de maneira insistente nos escritos dos conservadores), ou seja, testemunhar o passado.

As diretrizes dessa primeira política de aquisição, embora nem formalizadas nem redigidas, confirmam-se quando confrontadas com os escritos de alguns dos conservadores da primeira geração do Museu Histórico Nacional. Adolpho Dumans, por exemplo, cita diversas classes de objetos "que se poderá recolher (...), verdadeiros tesouros referentes á vida antiga no campo e na cidade (...) louças de Macau ou de Campolide, faianças da Índia (...) porcelanas (...) trazidas pelos que acompanhavam D. João VI; jóias velhas, baixelas de prata portuguesa (...) armas raras, (...) empoeirados uniformes dos Dragões das Minas e da briosa Guarda Nacional"¹³. As listas de objetos incorporados ao Museu em seus primeiros anos de existência não incluem objetos ligados ao mundo do trabalho, a não ser os que trazem incorporados algum valor que lhes foi agregado por terem pertencido a alguma personalidade: é o caso dos instrumentos

de dentista que pertenceram a Tiradentes. Outras categorias de instrumentos de trabalho foram também incorporadas ao acervo em grandes quantidades - armamentos e equipamentos de escritório (tinteiros, canetas, esquivaninhas portáteis, areeiros e mata-borrões, por exemplo), não como tais, mas como índices da importância e/ou poder dos vultos que os possuíram e, por extensão, do Estado¹⁴.

A primeira fase da política de aquisição estabeleceu uma primeira diretiva de coleta, para a qual a nova instituição contou com a colaboração do poder executivo. A regulamentação do Decreto 15.596, que criou o Museu Histórico Nacional, em seu capítulo IX, relacionava uma série de repartições que lhe deveriam entregar coleções de objetos. O documento refere-se especificamente a moedas, medalhas, selos e "quadros históricos", e, genericamente, a "objetos de caráter histórico"¹⁵.

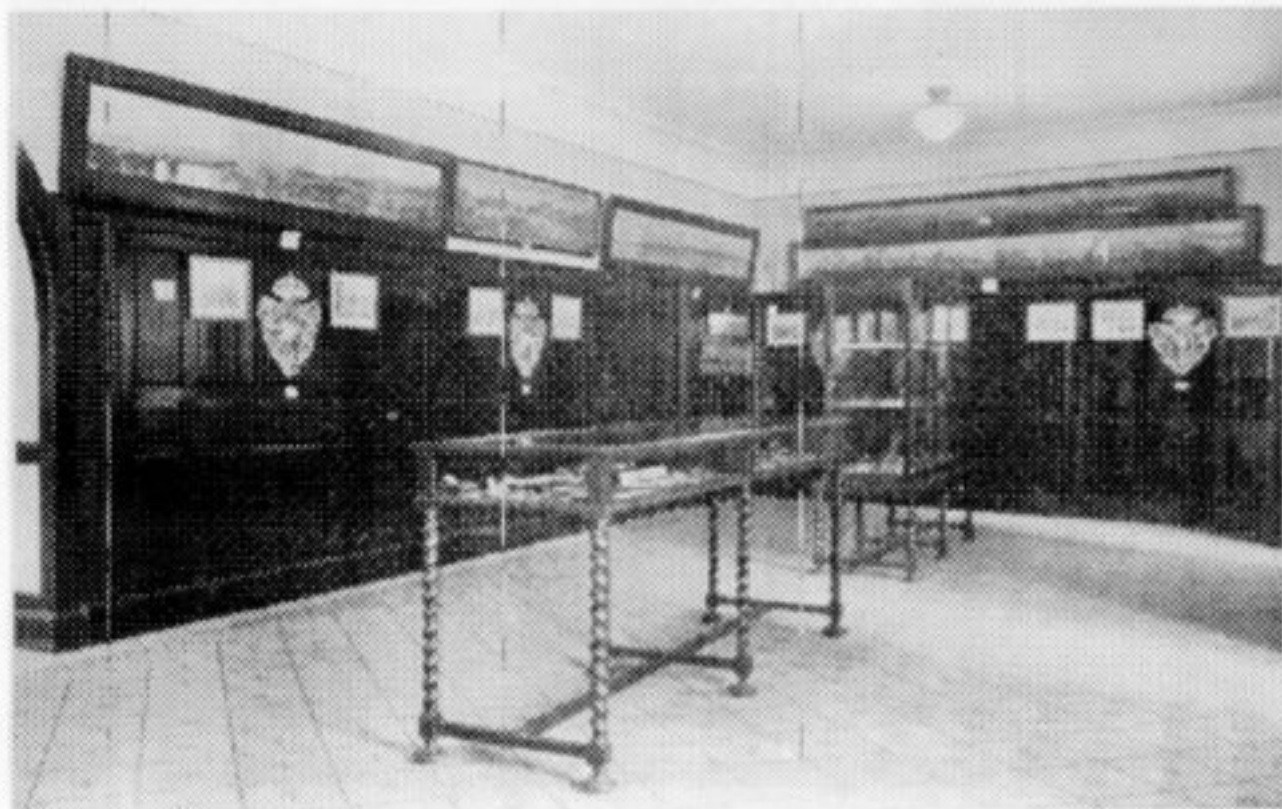
Nesta primeira fase, o Museu atua como recolhedor ativo, visto que tomava a iniciativa, na maior parte dos casos, de buscar os objetos que estivessem de acordo com seu projeto e de incentivar doações deste caráter.

Em 1924, dois anos após a fundação do Museu, vem a público o **Catálogo geral do Museu Histórico Nacional**¹⁶. Os números analisados até agora não incluem a coleção de numismática do Museu, que não consta do Catálogo por constituir uma seção separada, dentro do organograma do Museu - a 2ª Seção(Numismática).

A EXPANSÃO DO ACERVO 1925-1956

O encerramento da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência significou a institucionalização do Museu Histórico Nacional. Não representou, entretanto, o aporte de recursos que pareciam esperar seus funcionários, Barroso à frente. O Museu passou a ocupar a Casa do Trem e a ala direita do Arsenal de Guerra. Mas foi só. Os governos seguintes não chegaram a interessar-se pela Instituição e, em 1924 cogitou-se de seu fechamento, por não corresponder, segundo as autoridades da época, aos gastos feitos com ela¹⁷. Mas o projeto de Barroso, dadas suas características, logo conquistou apoios consideráveis, do ponto de vista político e social. O Museu justificava-se por constituir, ao mesmo tempo, signo da modernidade e signo da tradição¹⁸. Os apoios cristalizaram-se principalmente através das doações, que começaram a afluir em grande quantidade a partir de 1924.

Podemos citar alguns exemplos como, as doações Guinle que ampliaram o acervo regularmente entre 1924 e 1944. Ao longo desse tempo, a rica família do Rio de Janeiro doou aproximadamente 3.000 objetos às coleções do Museu Histórico, de todas as classes. Em contrapartida, o Museu prestava homenagem aos doadores batizando as salas de exposição com seus nomes. No caso dos Guinle, nada menos do que três salas mereceram nomes de membros da família: Guilherme Guinle, Otávio Guinle e Arnaldo Guinle. Outra aquisição significativa é a doação Miguel Calmon. Tratava-se este de um político de intensa atuação durante a República Velha, descendente de uma família de fazendeiros e políticos que incluía o Marquês de Abrantes. Calmon morreu em 1930, e sua viúva fez, em 1936, uma grande doação ao Museu, constituída por mais de 700 itens de alto valor. A contrapartida exigida à Instituição é que a coleção ficasse para sempre reunida em uma sala, que passaria a chamar-se Sala Miguel Calmon. Em última análise, as salas de titulares constituíam-se em monumentos à memória dos doadores e de suas famílias, que, dessa forma, integravam-se ao passado da Pátria.



Vista da Sala Guilherme Guinle, no Museu Histórico Nacional

Essas grandes aquisições, cujo afluxo vai de 1924 a 1945, caso consideradas isoladamente, quase dobram o acervo. As doações Guinle, excluídos os objetos de numismática, montam a 133 itens de alto valor; a doação Calmon

alcança 743 objetos; o espólio de José Wanderley de Araújo Pinho, incorporado ao Museu em 1943, relaciona 118 objetos, e a doação José Ferreira Alves, segundo Antônio P. Winz a última grande aquisição feita pelo Museu¹⁹, é constituída por 11 objetos de grandes proporções. Muito embora não seja possível comprovar o número, esse autor afirma que Getúlio Vargas teria feito "mais de 700 ofertas ao Museu Histórico". Temos, pois, um total de 1.705 unidades, incorporadas a partir de 5 fontes, sem despesas para a Instituição.

A década de 20 é citada pelos autores que escreveram sobre o Museu Histórico como um período em que faltava quase completamente o apoio oficial. Este problema parece resolver-se com a subida ao poder de Getúlio Vargas. A partir de 1930, o prestígio da Instituição cresce e isto é notável não apenas pelo afluxo de verbas (várias obras são feitas), mas principalmente pelo fato de que o governo investe na aquisição de acervos. Alguns exemplos são altamente significativos dessa tendência.



Vista da Sala Miguel Calmon, no Museu Histórico Nacional

Em 1937, o Ministério da Educação e Saúde adquiriu o espólio do escritor Henrique Coelho Neto, em torno de 100 itens, entre desenhos, esculturas, pinturas e peças de mobiliário e após algum tempo a coleção foi repassada ao Museu Histórico. Em 1941, registrou-se a aquisição da coleção Fonseca Hermes. Esta aquisição gigantesca, foi dividida entre

três museus nacionais, e ao Museu Histórico foram encaminhados 1.070 objetos de todas as classes. Ainda em 1941 completou-se a aquisição, por ordem do governo federal, da coleção Souza Lima, de imaginária cristã, com 525 itens. Em 1943, foi adquirido, por compra, o serviço do Barão de Massambará, constituído por 193 itens. Essa três aquisições, feitas com verbas públicas, fazem com que o acervo mais do que dobre²⁰. Além disso, é bastante comum, nos anos 30 e 40, que o Museu encomende acervos, ou seja, compre objetos a pintores e escultores, segundo suas necessidades. Foi exatamente o caso das compras a Alfredo Norfini, pintor italiano que vendeu ao Museu cerca de 50 trabalhos de desenho e pintura, e de Hans Nobauer, autor de aproximadamente 15 trabalhos registrados no acervo.

Também são regulares as transferências de objetos a partir de outras instituições públicas, com base na regulamentação do Decreto 15.596. O Arquivo Nacional foi responsável, entre 1927 e 1951, por 91 entradas de objetos tridimensionais; já a Biblioteca Nacional, Ministério da Guerra, Ministério da Agricultura e Escola Nacional de Belas Artes aparecem como responsáveis por 276 entradas. Finalmente, é importante assinalar a transferência em bloco do acervo do Museu Naval, instituição fundada em 1870, mas que nunca chegou a funcionar plenamente. Dissolvida pelo governo Vargas em 1932, seu acervo de aproximadamente 587 objetos, alguns extremamente significativos, foi totalmente incorporado às coleções do Museu Histórico Nacional²¹. As transferências realizadas por outros órgãos públicos totalizam, no período, 1.271 itens.

Referidas as “grandes aquisições”, examinaremos agora aquelas que poderiam ser chamadas “pequenas aquisições”, mas somente por seu porte, visto que são tão, ou mais, significativas que as anteriores. Foram feitas por cidadãos comuns, sensibilizados pela proposta do Museu. O levantamento preliminar realizado junto ao Setor de Controle do Patrimônio do Museu Histórico Nacional mostra que o período em que tais aquisições se realizam regularmente é o mesmo já citado - entre 1924 e os meados da década de 50. Neste período foram levantados 721 doadores individuais, que encaminharam 1.821 objetos à Instituição, numa média de 2,54 objetos por doador. A maior parte dos processos registra um único objeto por doador, mas algumas dessas pessoas quase podem ser classificadas como “grandes doadores”, por terem encaminhado 20 ou mais itens ao Museu²². O exame das cartas de doação desses itens indica que os visitantes percebiam os objetivos da Instituição, e com eles concordavam. O caráter dos objetos doados é o mesmo daqueles relacionados nas “grandes doações”: objetos entendidos como “históricos”, ou seja, ligados de alguma

forma a fatos ou figuras “históricas”, ou que, mesmo não tendo ligação perceptível com um destes dois eixos, expressassem a “erudição” e o “bom gosto” do doador e/ou de seus antepassados²³. Podemos dizer que, até recentemente, eram estes os dois eixos sobre os quais caminhava a política de aquisição: os objetos ou eram históricos ou preciosos. Via de regra, eram as duas coisas.

A ESTABILIZAÇÃO DO ACERVO E A ESTAGNAÇÃO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO 1956 - 1985

Até a segunda metade da década de 50, a dinâmica da aquisição de objetos mantém-se, como acabamos de examinar, inalterada. De um total inicial de 2.496 objetos, relacionados no Catálogo de 1924, o acervo evoluiu para 9.713 itens, em 1956. Embora tal contagem não seja absoluta, pois muitos dos itens não têm documentação (o que significa que não podem ser localizados a partir dos documentos conservados no setor de Controle do Patrimônio), ela espelha o comportamento institucional com relação à aquisição. Este já apresentava, nessa época, sinais de estagnação.

Isto se relaciona ao fato de que o Museu Histórico Nacional em pouco modificou seu projeto ao longo de 35 anos, mantendo-se, em decorrência, a política de aquisição inalterada. Este fato pode ser atribuído a diversos motivos, dentre os quais a longa gestão de Gustavo Barroso, que se estenderia até 1959. A existência do Curso de Museus vinculado ao Museu Histórico contribuiu para que os conservadores das segunda e terceira gerações refletissem o pensamento daqueles integrantes da primeira²⁴. Mas se a gestão de Barroso, por um lado, deu à Instituição uma notável estabilidade, por outro contribuiu para torná-la hermética às modificações que se observavam nas ciências humanas e sociais. O Museu aferrou-se a um discurso cuja matriz era a historiografia orgânica do início do século que, desde o final da década de 40, vinha sendo fortemente criticada.

A posição do Museu começa a se alterar, com relação ao Estado e à sociedade. O apoio do governo federal, sob a forma de recursos, diminuiu sensivelmente, após 1945. Depois de 1950 não ocorrem mais grandes compras de acervos, e o Museu deixa de freqüentar leilões. A partir de 1951, muito embora as compras continuem acontecendo, esta forma de aquisição já não incorpora enormes quantidades de objetos²⁵. Entre 1956 e 1975, o número de itens adquiridos por compra

sobe a 132 objetos. O valor monetário das compras também se reduz acentuadamente.

A modificação sensível dá-se com relação às doações individuais. Estas continuam a acontecer, mas limitam-se tanto em gênero, como em quantidade. A documentação passa a dar conta de muitas aquisições de objetos de uso privado (uniformes, medalhas, objetos pessoais), itens relativos a eventos contemporâneos (medalhas, diplomas e louça comemorativa) e documentos (principalmente fotografias). Entre 1956 e 1975, registram-se 675 entradas de objetos por doação. Mas, destas, pelo menos 380 eram coleções destinadas ao então recém-fundado Museu da República²⁶. É significativo que o caráter dos objetos doados continua o mesmo - itens entendidos pelos doadores como históricos (segundo um discurso ainda sintonizado com a historiografia de caráter oficialista) e portanto dignos de figurarem num museu de história. Algumas doações ainda são objetos de alto valor intrínseco, histórico ou artístico²⁷, mas a maioria dos objetos encaminhados ao Museu começava a ter pouco significado.

Uma exceção é a doação Sofia Jobim Magno de Carvalho²⁸, encaminhada ao Museu Histórico Nacional após a morte da titular, uma especialista em indumentária. O núcleo da doação é constituído por uma grande coleção de indumentária, composta por trajes típicos e imitações de roupas de diversas épocas. Também havia centenas de livros e documentos (estes gerados pela própria doadora). A coleção SJMC constitui um caso que exemplifica a mudança do caráter das doações encaminhadas ao Museu. Este grupo de objetos estaria mais ligado à ergologia, disciplina que Barroso colocava fora do campo dos museus de história. O que se pode depreender do exame global das aquisições dessa época é que o Museu transita de recolhedor ativo para recolhedor passivo, pois perdeu a capacidade de buscar acervos e de selecionar doações articuladas a seu projeto. A estagnação institucional é, a princípio, sutil. Em 1970 foi feita uma grande reforma no circuito de exposição permanente, a primeira desde os anos 40. Orientada por museólogos e historiadores, especialistas nas áreas de que foram encarregados, essa reforma resultou em um circuito bastante diferente daquele que tinha sido concebido por Barroso nos anos 20 e 30. As salas-monumento foram desmontadas, dando lugar a um desenvolvimento orientado cronologicamente e centrado em grandes eventos. Esse esforço representou significativo avanço, em termos museográficos, mas não em termos estruturais. A temática do Museu continuou centrada, com poucas modificações, nos grandes vultos e

acontecimentos. Não se observam referências a questões como a diversidade nacional, e a problemática econômica permanecia sendo abordada com base na teoria dos ciclos econômicos. Também não se observa nenhuma forma de intercâmbio com a universidade. A política de aquisição não mudou, mas o Museu estava decididamente na posição de recolhedor passivo. Com exceção de uma tentativa feita pelo então diretor Léo Fonseca e Silva, no sentido de conseguir doações de equipamento militar desativado, em 1968²⁹, nenhuma outra iniciativa foi registrada.

DECADÊNCIA E REVITALIZAÇÃO

O decênio que cobre os anos de 1975 a 1984 viu o agravamento dos problemas que já se vinham colocando desde os anos 60. As dotações orçamentárias da Instituição são alocadas pela direção da época, em obras de algum porte, realizadas nas áreas administrativas, mas quase nenhum investimento é feito no acervo³⁰. Neste período, as aquisições por doação e compra atingem 204 objetos tridimensionais, o nível mais baixo desde a fundação do Museu. Também foram incorporados 144 documentos, em quatro ocasiões distintas.

Apesar da crise, pode-se observar, entretanto, que a política de aquisição continua basicamente a mesma, muito embora não seja mais sequer referida, devido à interrupção da publicação, em 1975, dos *Anais do Museu Histórico Nacional*³¹.

Em 1979, a incorporação do Museu Histórico Nacional à Fundação Nacional Pró-Memória trouxe à Instituição novas possibilidades. A criação do Programa Nacional de Museus, órgão ligado aquela Fundação, visava estabelecer políticas de atuação coordenada para os museus colocados sob sua administração. Não é este o espaço para discutir se os objetivos do PNM foram ou não alcançados. O que vale assinalar é que os técnicos alocados no Programa tentaram incentivar a discussão conceitual em torno da questão dos museus, àquela altura já percebida como muito grave. No que tange ao Museu Histórico Nacional, foi a partir do PNM que começou a ser discutido, em 1984, o projeto de revitalização institucional.

Tratava-se de uma ampla reorganização de todos os setores da Instituição, que visava sobretudo à reforma da exposição permanente. O circuito planejado implicava profunda mudança de concepção, a primeira pensada para o Museu Histórico Nacional, desde sua fundação. Optou-se por abandonar a noção de história como produto da

ação de grandes personagens, cristalizada em eventos destacados. Buscou-se uma abordagem histórica onde as noções de estrutura e de movimento histórico orientassem a construção do circuito de exposição. Muito embora não tenha sido feito nenhum estudo específico, esta mudança de concepção aponta para uma mudança na política de aquisição da Instituição³².

O exame da documentação, a partir de 1985 até 1990, dá conta da entrada de 1.140 objetos tridimensionais. Dentre esses vale apontar duas grandes doações: a coleção Luís Felipe de Figueiredo Cipré, com 341 itens, de caráter etnográfico, e a coleção Farmácia Homeopática Teixeira Novaes, com 651 itens. O Museu também realizou algumas compras, num total aproximado de 40 objetos.

Cabe aqui apontar dois fatos significativos. O primeiro é a entrada de objetos que, pelos critérios até então adotados pela Instituição, não caberiam nela. É o caso, por exemplo, de uma coleção de ferramentas para trabalho em madeira, comprada em 1986, de uma coleção de equipamentos para beneficiamento de café, depositada no museu por uma instituição paulista, com o fim de figurar na exposição permanente, e de objetos de imigrantes europeus e japoneses. São itens ligados ao trabalho e à vida cotidiana e, até então, os registros de aquisição por compra, por doação e por transferência não registram qualquer caso precedente³³. Também começam a ser registrados no acervo objetos como brinquedos, itens ligados ao lazer, instrumentos de comunicação e de transportes e de uso doméstico (alguns são comprados pelo Museu). Recentemente técnicos do Museu Histórico Nacional experimentaram incorporar itens que, até o momento da aquisição, tinham sido equipamento de uso diário do próprio museu.

RUMO A UMA NOVA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO?

A primeira observação que podemos fazer, à guisa de conclusão, é que o acervo do Museu Histórico Nacional monta, atualmente, a 14.785 objetos tridimensionais. A grande maioria de tais objetos foi adquirida até meados dos anos 60. De lá para nossos dias, as aquisições diminuíram dramaticamente.

Nos últimos anos, uma boa parte dos doadores registrados são servidores do próprio Museu ou pessoas de suas relações. A sociedade em geral que, durante 45 anos, constituiu a maior fonte de ampliação do acervo, parece ter-se retraído; também é sensível a falta de recursos públicos para investimentos em acervos. Articulado à sociedade que o for-

mou, o acervo do Museu registra, por sua dinâmica - seus momentos de expansão e de estagnação - os momentos por que passa a sociedade mesma.

Por outro lado, os critérios que analisamos no início do texto, formulados desde a fundação do Museu, parecem não valer mais, até porque a própria concepção de história mudou. Em 1922, o vulto e o fato relevante dominavam, absolutos. Hoje em dia, são obrigados a dividir as salas dos museus com as grandes massas e os acontecimentos da "vida vulgar" (segundo a terminologia da filósofa húngara Agnes Heller). Os objetos daqueles grandes homens, e os testemunhos de seu tempo, certamente não serão expulsos do acervo, mas já têm recebido nova leitura. E os testemunhos da cultura material de épocas antigas e não tão antigas receberão igual atenção e igual tratamento que os acervos preciosos que hoje lotam as Reservas Técnicas do Museu Histórico Nacional.

A última doação que registramos incorporou ao Museu Histórico Nacional um prosaico barbeador Phillishave, item de produção em massa que se destaca por ser equipamento de conforto pessoal presente em lares atuais.

No intuito de traçar as bases para uma ação ativa de coleta de acervo, sobretudo do século XX, foi organizado um grupo de estudo. O resultado deste trabalho permitirá o início do recolhimento de itens, que complementarão as coleções já existentes e renovarão o acervo, inserindo objetos pertencentes aos diversos segmentos sociais.

Não poderia haver, em nossa opinião, melhor indicativo da permanente dinâmica do conjunto de procedimentos intelectuais e práticos, que aqui convençionamos chamar política de aquisição.

Notas:

1. KAVANAGH, G.-**History curatorship**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1990, p.4 e seguintes.
2. V. por exemplo, JEUDY, H.-P.-**Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense, 1990, p. 15.
3. Sobre a questão do valor, ético, cultural ou econômico agregado ao objeto, v. JEUDY, H.-P.- *Op. cit.*, pp. 64-65.
4. E também observando recomendações relativas à ética da aquisição, formuladas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1970, estabelecendo que a origem de todo objeto, seja qual for sua natureza, deve ser devidamente documentada.
5. Sobre o assunto, v. ROGERS, L. E.-**Museums and related institutions: a basic program survey**. Washington, D.C.: Office of Education, 1969, pp. 74 e seguintes; v. tb. LEWIS, R. H.-**Manual for museums**. Washington, D.C.: National Park Service, 1976, pp. 108 e seguintes.

6. O Museu Histórico Nacional adota 10 categorias de aquisição, estabelecidas durante os anos 70, com base nas práticas adotadas pela instituição desde sua fundação. Tais categorias dizem respeito à relação estabelecida com o agente gerador do objeto material adquirido, e com o tipo de documento legal que formalize tal relação. São elas: 1- coleta, 2- compra, 3- depósito, 4- doação, 5- empréstimo por prazo determinado, 6- empréstimo por prazo indeterminado, 7- incorporação, 8- legado, 9- permuta e 10- transferência.
7. Sobre o assunto, v. KAVANAGH, *op. cit.*, p. 5; v. tb. JEUDY, *op. cit.*, P. 15.
8. BITTENCOURT, J. N. Algumas observações sobre os acervos museológicos no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, (mimeo), p 9.1992.
9. O modelo atual de museu surgiu com as Exposições Internacionais, que se tornaram um modismo a partir de 1851, com a inauguração da primeira, em Londres. A partir de então, tais eventos se sucederam. Quase todos eles incluíam um museu dentre suas atrações, e, geralmente, o museu institucionalizava-se após o encerramento. Sobre o assunto v. NEVES, M. de S.- As vitrines do progresso. Rio de Janeiro: PUC/Depto de História, 1990(mimeo); v. tb. BURCAW, G. E.- Introduction t museus work. Nashville, American Association for State and Local History, 2ª ed., 1983, p. 20 e seguintes.
10. Citado p. DUMANS, Adolpho- A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. Em DUMANS, Adolpho. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional*, nº 3(1942). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Museu Histórico Nacional, 1942.
11. FERREIRA Nº, E. L.- O improviso da perenidade. Em: *Cadernos de Pesquisa nº 1* (reedição, 1992). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 18. 1992.
12. BARROSO, G.- O culto da saudade. Em: BARROSO, G.- *Idéias e palavras*. Rio de Janeiro: Leite, Ribeiro e Maurílio, 1917, p. 33.
13. DUMANS, A.- *Op. cit.*, p. 12.
14. BRASIL, Ministério da Justiça e Negócios Interiores - **Regulamento do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 19. 1922.
15. Barroso fazia uma divisão clara entre objetos históricos e outros, também passíveis de preservação, mas não em um museu de história. Denominava a disciplina que deles deveria tratar de ergologia, e seu campo, tudo o que dissesse respeito aos "valores de utilidade". Uma boa parte dos sub-campos, segundo a proposição barroseana, relacionava-se ao trabalho e à vida cotidiana. BARROSO, G.- Museu ergológico brasileiro. Em *Anais do Museu Histórico Nacional* nº3. 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Museu Histórico Nacional, 1945.
16. BRASIL, Museu Histórico Nacional- Catálogo revela os seguintes modos de aquisição de objetos: 1- transferência, 2- oferta, 3- recolhimento, 4- aquisição, 5- remessa, 6- dádiva e 7- legado. O que caracteriza cada uma das formas não fica claro, mas através do exame de documentos de aquisição é possível determinar que cada uma refere-se a dada forma de relação com o agente gerador do objeto.
17. *Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1924; *Novidades*, 24 de agosto de 1924.
18. ABREU, R. de- Tradição e modernidade- o Museu Histórico Nacional e seu acervo. Em: *Cadernos de Pesquisa* nº 1 (reedição, 1992). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1992, p. 34 e seguintes.
19. WINZ, A. P.- *História da Casa do Trem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Museu Histórico Nacional, 1962.

20. BRASIL, Museu Histórico Nacional- Aquisição do espólio de Henrique Coelho Neto. Proc. 12/37; Leilão Djalma da Fonseca Hermes, Proc. 16/41; Transferência da coleção Souza Lima para o Museu Histórico Nacional Proc. 12/39; Serviço de mesa do Barão de Massambará. Proc. 12/43. Setor de Controle do Patrimônio, Museu Histórico Nacional.
21. BRASIL, Museu Histórico Nacional- Transferência do acervo do Museu Naval. Proc.18/32(transferência de 587 objetos), Setor de Controle do Patrimônio, Museu Histórico Nacional. Existe outro processo, de número 24/27(transferência de 317 objetos).
22. Como, por exemplo, o contador Agostinho Dias Nunes d'Almeida, que, entre 1933 e 1945, encaminhou 26 objetos ao Museu Histórico Nacional.
23. "(...) as doações incluíam também objetos de uso doméstico das famílias dos doadores, principalmente obras artísticas utilizadas na decoração das residências, tais como (...) estatuetas, pratarias, pinturas, (...) Neste caso, as doações cristalizavam um padrão estético, condizente com as regras de civilização e bom gosto das elites ocidentais. O museu passava(...) a reproduzir o discurso estético associado a segmentos das elites que geralmente tendiam a valorizar bens herdados da aristocracia, (...)" (ABREU, R. de- *Op. cit.*, p.36.)
24. O Curso de Museus, fundado em 1932, destinava-se a prover técnicos especializados para o MHN e outras instituições do gênero. Seus professores eram, em boa parte, conservadores do próprio Museu.
25. Em 1956 são comprados 10 objetos a Franz Hermann Hipp, negociante especializado (Proc. 4/56); no ano seguinte, 13 objetos a Manoel Ribeiro de Almeida (Proc. 4/57). É significativo que tais compras não constituem grupos homogêneos, mas objetos isolados.
26. Com a mudança da capital federal para Brasília, foi levantada por Josué Montello, então diretor do MHN, a idéia de transformar o palácio do Catete num museu dedicado ao período republicano. Foi esta a origem do Museu da República, criado pelo decreto nº 47883 de 8 de março de 1960. Parte de seu acervo era constituída pelos próprios objetos do palácio (móveis, quadros, equipamentos, etc.), outra compunha-se por objetos transferidos do Museu Histórico e uma terceira por doações particulares, no início bastante volumosas. Na medida em que os dois acervos constituíam corpos separados, não iremos examinar as características deste universo. Algumas informações podem ser obtidas no catálogo do Museu. (BRASIL -Museu Histórico Nacional-Museu da República. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura /Museu Histórico Nacional, 1966).
27. Por exemplo, uma caneta de ouro e dois retratos a óleo (Procs. 08/69 e 05/70- Setor de Controle do Patrimônio do Museu Histórico Nacional), mas são exceções. A partir dos anos 40, a ampliação e diversificação do mercado atribuiu às antiguidades um valor que até então elas não tinham. Objetos antigos passam a constituir investimento de apreciável retorno. Os doadores privados começam então a desaparecer, pois torna-se mais interessante vender objetos antigos, só que, dada a falta de apoio oficial, o Museu não pode mais comprá-los.
28. Coleção Sofia Jobim Magno de Carvalho- Proc. 02/68- Setor de Controle do Patrimônio do Museu Histórico Nacional.
29. A lista anexa ao processo 5/68 relaciona mais de 100 itens pretendidos pelo Museu, mas não foi inteiramente atendida.

30. É também na década de 70 que começa a se estabelecer a metodologia para o controle efetivo do acervo, via documentação. O arquivo administrativo do Museu Histórico Nacional começou a ser reorganizado, com os documentos referentes à aquisição de acervo sendo separados. Os técnicos da época formaram com o material reunido, os Processos de Aquisição de Objetos Históricos, abrangendo o período de 1922 a 1970. A partir deste ano, os processos passam a receber o nome dos doadores. A metodologia de controle do acervo foi definitivamente implantada a partir dos anos 80, quando foi constituído o Setor de Controle do Patrimônio.
31. Publicação científica pioneira no Brasil, os Anais apareceram regularmente entre 1940 e 1975, em periodicidade anual. Seus artigos versavam sobre diversos assuntos, relacionados à história do Brasil, história da arte, armaria, numismática, filatelia, heráldica, arqueologia e, muito mais raramente, museologia. É possível avaliar a dinâmica de aquisição através deles, pois quase sempre eram escritos com base nos objetos do acervo, além de permitirem uma projeção do tipo de acervos que o Museu adquiriria, se tivesse oportunidade.
32. BRASIL, Museu Histórico Nacional - Proc. 97/88, Setor de Controle do Patrimônio do Museu Histórico Nacional
33. Diversas aquisições anteriores podem ser classificadas por exemplo, como objetos de trabalho, como é o caso de alguns itens que foram incorporados a partir da transferência do acervo do Museu Naval, em 1932. Mas até 1983, quando foi doada uma máquina de costura (proc. 191/83), nunca tinha sido registrada a entrada de um item ligado por exemplo, ao trabalho, ao lazer ou aos esportes, que não tivesse a chancela de um possuidor ou de um fato histórico.

Referências:

- ABREU, Regina de - Tradição e modernidade - o Museu Histórico Nacional e seu acervo. Em: *Cadernos de Pesquisa n° 1* (reedição, 1992). Rio de Janeiro, MHN, 1992.
- BARROSO, Gustavo - O culto da saudade. Em: BARROSO, G. - **Idéias e palavras**. Rio de Janeiro: Leite, Ribeiro e Maurílio, 1917.
- BITTENCOURT, José Neves - Algumas observações sobre os acervos museológicos no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro, MHN, 1992 (mimeo).
- DUMANS, Adolpho - A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, n° 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- FERREIRA N°, Edgard L. - O improviso da perenidade. Em: *Cadernos de Pesquisa n° 1* (reedição, 1992). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1992.
- JEUDY, H.-P. - **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- KAVANAGH, G. - **History curatorship**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1990.
- LEWIS, R. H. - **Manual for museums**. Washington, D.C.: National Park Service, 1976.
- ROGERS, L. E. - **Museums and related institutions: a basic program survey**. Washington, D.C.: Office of Education, 1969.
- WINZ, A. Pimentel - **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / Museu Histórico Nacional, 1962.

O Arquivo Histórico do
Museu Histórico Nacional-
trajetória e metamorfoses

Denise Portugal

José Bittencourt

Rosângela Bandeira

Com a colaboração de
Eliana Balbina Salles

Um texto publicado em 1984 pela Sociedade dos Arquivistas Americanos define o arquivo de um museu como sendo "os registros não-correntes, de valor permanente, preservados devido à sua importância continuada"¹. Segundo o mesmo texto, os documentos são preservados num museu por intermédio de programas de implantação e desenvolvimento de arquivos, pois têm importância para estabelecer a identidade institucional e permitir a recuperação da sua história.

Por este ângulo, o Museu Histórico Nacional atualmente possui, em sua estrutura administrativa, um arquivo organizado de forma a preservar os registros gerados pela dinâmica institucional, não apenas relativamente ao acervo museológico, mas também à sua vida administrativa². Atualmente, este arquivo permanente administra milhares de documentos. Sua importância é inquestionável, e o acervo, sob sua responsabilidade, tem servido de base a diversas atividades administrativas e de pesquisa.

Mas não é desse arquivo que trata este artigo. Isto porque possui o Museu Histórico Nacional um outro arquivo, que não cabe na definição citada anteriormente. Não é, entretanto, um arquivo que lide com fundos ou séries documentais; tampouco é um arquivo que busca preservar os registros da vida cotidiana institucional. Seu elo de semelhança com outros arquivos é sobretudo o fato de que preserva documentos registrados sobre suporte papel. Trata-se esse outro arquivo do Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.

AS ORIGENS DO ACERVO - A INDISTINÇÃO CONCEITUAL

O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922 com o objetivo de centralizar, em uma única instituição, as relíquias legadas pelo passado nacional e articuladas, especificamente, à história do país. Relíquias são objetos que podem "muito bem representar um personagem sagrado ainda que não se lhe assemelhe de forma alguma. Este é, por exemplo, o caso das relíquias, que tiram sua virtude santificante do fato de terem estado em contato com os santos ou serem partes de seu corpo. Todavia, as relíquias representam não só o sagrado, mas também o passado"³. Os objetos tridimensionais recolhidos pelo Museu Histórico, desde sua fundação, parecem reunir virtudes de santidade⁴; os registros sobre suporte papel, a iconografia, em particular, são capazes de aprisionar o passado e representar um tempo desaparecido. Mas os objetos que começaram a ser recolhidos em 1922 eram entendidos também como documentos, ou seja, testemunhos legados pelos grandes vultos e pelos grandes acontecimentos que, segundo o entendimento da época, eram os

“produtores” da história⁵. Os objetos eram, assim, provas (testemunhos) da existência real dos vultos e dos acontecimentos.

Nesta fase de formação do acervo do Museu Histórico Nacional, pode-se falar de uma completa indistinção conceitual entre as noções de objeto tridimensional e documento. É muito pouco provável que tal indistinção resultasse de qualquer incapacidade teórica dos primeiros técnicos em formular qualquer dos conceitos; esses especialistas estavam preocupados em marcar o espaço a ser ocupado pela nova instituição, e justificar a transferência de acervos até então depositados em outras repartições como, por exemplo, o Arquivo Nacional. Ainda que certas espécies documentais estivessem mais corretamente alocadas naquela repartição, a existência de uma instituição cujo objetivo era reunir e expor testemunhos da história brasileira justificava tal transferência.

Nos primeiros grupos de objetos incorporados ao acervo do novo museu, assinalam-se muitos itens classificados como arquivísticos. Por sinal, o catálogo⁶ aparecido em 1924 dá conta de que uma das primeiras grandes aquisições feitas pelo Museu, a coleção J. J. Raposo, comprada pela instituição em 1923, continha mais de duzentos registros sobre suporte papel.

A EXPANSÃO DO ACERVO - MUSEU DE DOCUMENTOS, 1924-1940

O período que vai do final da década de 20 até os anos 50 é uma época de grande expansão do acervo sob guarda da Instituição. De 2.476 objetos relacionados no catálogo de 1924, o acervo de objetos tridimensionais passa, ao final dos anos sessenta, dos dez mil itens. Por outro lado, cabe observar que em 1924 não havia distinção entre objetos e documentos, mesmo quando considerados museograficamente. Os documentos sobre suporte papel, independente de serem manuscritos ou iconográficos, eram expostos junto com outros objetos tridimensionais, recebendo exatamente o mesmo tratamento que estes últimos. Fotografias das salas de exposição nas décadas de 30 e 40 mostram documentos iconográficos emoldurados e expostos, e documentos dentro de vitrinas, situação a que, por sinal, os relatórios anuais se referem.

Nesta época, o Museu Histórico Nacional era um museu de documentos. Não apenas por seu acervo, no conjunto, testemunhar a existência real do passado, mas também porque os registros sobre suporte papel, manuscritos ou iconográficos, eram expostos como para ilustrar certos aspectos dos vultos e fatos históricos que os objetos tridimensionais não poderiam apresentar, principalmente no que tange a personalidade civil e pública das figuras históricas e aspectos da sociedade do passado. Numa curiosa metamorfose

conceitual, documentos, provas e/ou *testemunhos*, portadores de certa objetividade, transformam-se em *monumentos*, que têm como “características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”⁷.

As doações que chegam ao Museu Histórico Nacional em grande número no período entre 1930 e 1955 incluem sempre grande quantidade de itens que podem ser classificados como documentos sobre suporte papel. A coleção Miguel Calmon, incorporada ao Museu em 1936 e inventariada por Gustavo Barroso⁸, relacionava uma categoria denominada Diplomática. Esta incluía os itens definidos como documentos, mas de caráter privado, como, por exemplo, diplomas acadêmicos, títulos de sociedades intelectuais e científicas, documentos pessoais e até títulos de clubes. Essa documentação vem evidenciar o personagem como vulto histórico. Uma seleção criteriosa afasta do Museu a vida privada e familiar de Miguel Calmon, que aparece apenas como homem público e membro da elite. Todos esses objetos estavam expostos numa sala-monumento em homenagem ao titular.

Esta situação é explicável por diversos motivos. Em primeiro lugar, a proposta programática do Museu, que enfeixa todas as questões relacionadas acima: reunir e expor ao público relíquias que documentassem a história brasileira, de maneira a despertar o patriotismo por meio do amor pelo passado⁹. A instituição não era, nas suas duas primeiras décadas de existência, pensada para atender a pesquisadores, mas a visitantes, que deveriam ser colocados em contato com todo o acervo. Em segundo lugar, a falta de espaço. Desde sua fundação, o Museu lutou com grandes dificuldades, do ponto de vista de suas instalações. Começando com duas salas, expandiu-se aos poucos, disputando espaço com outras repartições públicas no prédio do Arsenal de Guerra. Não havia espaço para a instalação de áreas técnicas. Havia objetos expostos até mesmo na Secretaria e na Sala de Conferências e a biblioteca especializada era instalada no gabinete do diretor e na secretaria. Desde o final da década de 30, os relatórios anuais citam dificuldades de conservação de registros sobre suporte papel¹⁰.

O novo governo, que assumiu o poder a partir de 1930, passou a dar apoio crescente à Instituição, que se manifestou, dentre outras formas, pela cessão de maior área no prédio. Assim, a partir de 1942, os documentos começaram a ser retirados das vitrinas e das molduras e entregues à secretaria do Museu Histórico Nacional. Não há, nesta época, nenhuma referência a um arquivo, mas, pelo que podemos deduzir, essas transferências, as aquisições que se realizavam com constância e as transferências de documentos não expostos que faziam parte de outras seções foram constituindo um acervo

documental e, paralelamente, uma identidade conceitual a partir da criação de tal universo.

O SURGIMENTO DO ARQUIVO E A GÊNESE DO CONCEITO DE DOCUMENTO - 1945 -1954

O termo "arquivo" apareceu pela primeira vez no relatório de 1945. Referia-se ainda a um local, onde se "acumula a documentação que foi transferida das salas de exposição.(...) O arquivo central constitui verdadeira seção autônoma, subordinada à chefia do Museu"¹¹. O motivo da transferência é a reforma das salas, que acontece durante a década de 40. Os relatórios sempre citam o estado de deterioração de documentos manuscritos e iconográficos como motivo principal de sua retirada da exposição. A existência de uma identidade conceitual para os registros sobre suporte papel parece, já nesta época, estar consolidada, uma vez que, em 1945, foi incorporado ao quadro técnico do Museu um arquivologista, imediatamente encarregado da organização da coleção documental. O inventário que este técnico realizou marca o momento em que o conceito de documento separa-se definitivamente do de objeto museológico, pois segue um método de trabalho considerado mais adequado para o tratamento de itens arquivísticos. O relatório de 1945 dá conta de uma série de providências que indicam a formalização do tratamento diferenciado dos registros sobre suporte papel: constituição de instrumentos de referência, uma divisão do universo em espécies documentais¹² e localização topológica.

Estes dados permitem estabelecer uma questão importante no que tange ao surgimento e institucionalização do Arquivo do Museu Histórico Nacional. Desde a fundação do Museu, o conceito de relíquia associado ao de testemunho define todo o acervo, independente de seu tipo. Dada a existência destes conceitos, que se aplicam a todos os itens preservados, a distinção entre objetos tridimensionais e registros sobre suporte papel só é possível pela via do método através do qual se fará o tratamento técnico. A partir de tal distinção, determina-se não apenas o lugar do item no Museu - conclui-se que a exposição não seria a localização mais adequada -, mas até sua relação com o visitante.

Neste sentido, o relatório de 1949 apresenta um dado muito significativo: pela primeira vez é citada a possibilidade de consulta ao acervo documental em separado com relação ao acervo tridimensional¹³.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A EXPANSÃO DO CONCEITO - 1954-1984

Embora institucionalizado, o Arquivo não existia formalmente até 1954, quando foi aprovado um novo regimento interno para o Museu Histórico Nacional. Este novo regimento promoveu alterações significativas na estrutura administrativa da instituição. Dentre outras alterações, criava a Divisão de Documentação¹⁴, repartição do Museu encarregada de todos os registros sobre suporte papel, inclusive livros, visto que a biblioteca constituía uma de suas três seções; as outras eram a primeira- Seção de Arquivo, e terceira- Gabinete de Fotografia.

O regimento de 1954, que iria vigorar durante um decênio, indica uma notável expansão do conceito de documento, entendido a partir de então como todo registro sobre suporte papel, independente do tipo. A partir de então, estabelece-se uma divisão do acervo que deveria vigorar pelos trinta anos seguintes: acervo histórico e artístico, acervo numismático e acervo documental¹⁵. Note-se que o conceito de documento, quer dizer, registros sobre suporte papel, uniformiza todos os acervos com essa característica (objetos bibliográficos e arquivísticos).

Os regimentos de 1960 e 1961 não trazem nenhuma alteração, com relação ao conceito de documento ou à estrutura organizativa encarregada dessa parcela do acervo. Em 1975, um novo regimento¹⁶ introduz alterações significativas na organização do Museu Histórico Nacional. As divisões passam a ser definidas pelas ações que lhes dizem respeito e não mais por área de acervo. O arquivo passa, junto com a biblioteca e o arquivo fotográfico, a ser da alçada da Divisão de Documentação e Divulgação.

No regimento de 1975, o Arquivo recebeu o adjetivo histórico, denominação que conserva até hoje.

A ABORDAGEM TÉCNICA E A RECONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DOCUMENTO- 1982-1990.

Em 1982, em função da criação da Fundação Nacional Pró-Memória, um novo regimento é elaborado. Uma das inovações apresentadas por este novo regimento é o aparecimento de uma área de coordenação, responsável pela realização de pesquisas dentro dos campos de atuação do Museu e também pela execução de atividades de caráter científico e técnico e de estudos para aquisição de bens culturais¹⁷. O tratamento técnico, entretanto, continua sendo atribuição de áreas especializadas. Apesar dessas mudanças organizacionais, o conceito

de documento, entendido como registro sobre suporte papel, continuou a definir o acervo depositado no Arquivo.

A partir de 1982 iniciou-se a aplicação de conceitos e práticas que visavam modernizar a noção de documento em uso na Instituição, bem como o tratamento técnico do acervo. Em 1983, um texto gerado pela equipe técnica¹⁸ formaliza um novo conceito de documento que terá profunda influência sobre a abordagem do acervo em geral e do arquivístico em particular, bem como seu tratamento técnico. Trata-se da noção de documento como suporte de informações.

O acervo do museu, independente do seu caráter (objeto tridimensional, arquivístico ou bibliográfico), passa a ser visto como base sobre a qual estão registradas informações. O Museu passa a ser pensado como estrutura de um sistema de informações. Ainda que respeitadas as especificidades do tratamento técnico das respectivas áreas (museológica, arquivística e biblioteconômica), tal sistema é construído visando garantir o acesso do público em geral à informação. Juntamente com o conceito de cultura, o conceito de documento como suporte de informações passa a definir todo o acervo, substituindo os de relíquia e documento enquanto registro sobre suporte papel.

O regimento de 1987 vem formalizar práticas técnicas que já estavam institucionalizadas, por meio de uma estrutura administrativa e organizacional que respeitava os novos padrões. Dentre outras inovações, introduzia a departamentalização, atribuindo a um Departamento de Acervo “as atividades de documentação, que consistem em reunir, selecionar, armazenar, classificar, catalogar, indexar, recuperar e disseminar o acervo das mais diversas naturezas.(...) vistos como importantes fontes de pesquisas,[os acervos] vêm impondo à organização do departamento um verdadeiro sistema de informação (...) desenvolvendo metodologia e instrumentos que permitem recuperar a informação de forma mais eficiente”¹⁹.

A nova Divisão de Arquivo Histórico já vinha se organizando segundo tais diretrizes desde 1983, elaborando instrumentos de pesquisa e recuperação de informação que atendiam a essa nova filosofia de trabalho.

O Arquivo Histórico controla, atualmente, um acervo estimado em cerca de 50.000 itens. Estes estão organizados por coleções, delineadas por titular (o produtor e/ou receptor do documento), por assunto ou por espécie documental. Constituindo importante parcela do acervo preservado no Museu Histórico Nacional, a documentação

arquivística constitui um dos universos mais consultados pelo público especializado, quer dizer, pesquisadores profissionais, acadêmicos ou não, empenhados no levantamento de fontes para suas pesquisas. Algumas das coleções são de alta qualidade e originalidade, particularmente no que tange à iconografia, em seus diversos tipos de suporte. Muito embora o tratamento técnico esteja em constante aperfeiçoamento, já estão consolidados instrumentos de busca e recuperação de informações, que são os catálogos gerais. A existência de tais instrumentos, associada ao conhecimento aprofundado sobre o acervo que os técnicos dominam, tornam bem fácil, ao usuário, o acesso para levantamento ou consulta direta. Esta acessibilidade, que foi sempre o objetivo buscado não apenas pelo Arquivo Histórico, mas pelo Museu Histórico Nacional como um todo, pode muito bem servir de exemplo da função social de Instituição de preservação de patrimônio histórico-cultural.

Notas:

1. DEISS, W. A. **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 1984, p. 8.
2. Trata-se do Setor de Apoio Administrativo, criado pelo Regimento Interno de 1987. Este divide-se em duas áreas distintas: Arquivo Corrente e Arquivo Permanente. Parte da documentação deste último, aquela diretamente relacionada com o acervo museológico, encontra-se alocada em um setor especializado, o Setor de Controle do Patrimônio.
3. POMIAN, K.- Coleção. Em: ROMANO, R.(org.)- **Enciclopédia Einaudi**. vol.1. Lisboa: Imp. Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 64.
4. Para a aplicação do conceito, v. BARROSO, G., apud DUMANS, A. **A idéia da criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Gráfica Olímpica, 1947. Por exemplo: "O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis, - espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas (...); lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos (...), e golpearam, com Andrade Neves, os quadrados paraguaios do Avaí (pp. 4-5).
5. "O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e início do século XX, ser o fundamento do fato histórico (...) parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica." (L.F. GOFF, J. Documento/Monumento. in ROMANO, R. (org.)- Op. cit., p. 96.) Pode-se acreditar que os "documentos tridimensionais", tanto quanto os documentos de arquivo, uma vez localizados, passavam por alguma espécie de crítica. Esta lhes certificava a autenticidade, quer dizer, legitimava sua incorporação ao acervo do museu.

6. BRASIL, Museu Histórico Nacional- **Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, 1924. O Catálogo trata todos os itens expostos como objetos, não fazendo nenhuma distinção entre objeto tridimensional e registro sobre suporte papel. Entretanto, todos os itens relacionados na Secretaria, Sala do Diretor e Sala de Conferências, com três ou quatro exceções, constituem itens do último tipo.
7. LE GOFF, J.- *Op. cit.*, p.95.O grifo é nosso.
8. BARROSO, G.- **A coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional/Imprensa Nacional, 1944. Trata-se de um catálogo no qual a aquisição Miguel Calmon é dividida em categorias e os itens são estudados de maneira bastante minuciosa.
9. A proposta programática do Museu Histórico Nacional pode ser examinada em DUMANS, A.-*Op. cit.*, pp.3-15.
10. "Apesar da limpeza cuidadosa e constante, algumas preciosas relíquias têm sido atacadas pela umidade e por insetos de todos os tipos. Resulta daí sua deterioração, em alguns casos irremediável. (...) Algumas litografias e fotografias se encontram em muito mau estado." BRASIL, Museu Histórico Nacional- Relatório da Direção para o ano de 1938., p. 6. pp.3-15. Acervo do Setor de Apoio Administrativo/ Arquivo Permanente.
11. BRASIL, Museu Histórico Nacional- Relatório da Direção para o triênio 1945-1947. Acervo do Setor de Apoio Administrativo/ Arquivo Permanente.
12. São relacionadas oito espécies documentais: diplomas, cartas particulares, mapas e plantas, publicações impressas, cartas patentes e documentos oficiais, fotografias e litografias e diversos.
13. "Possuindo hoje o Museu uma seção de Arquivo, para lá foram encaminhados os documentos retirados das salas, onde poderão ser consultados a qualquer momento pelos interessados." (BRASIL, Museu Histórico Nacional - Relatório da Direção para 1949. Acervo do Setor de Apoio Administrativo/ Arquivo Permanente).
14. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura- Regulamento do Museu Histórico Nacional, cap. II, art.2.
15. Idem, ibidem, cap. III, art. 9.
16. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura- Regimento interno do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1975.
17. A criação da FNPM deu-se em 1981, como coroamento de uma série de estudos e experiências que visavam à modificação do conceito de patrimônio histórico no Brasil. O conceito que passa a ser adotado é o de bem cultural, ou seja, qualquer bem, material ou não, que represente, de alguma forma, a dinâmica e a tradição cultural do povo brasileiro. No caso dos museus, e particularmente do Museu Histórico Nacional, tal conceito substitui os de relíquia e de documento.
18. BRASIL, Museu Histórico Nacional- **O que deve ser entendido por Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo**. Rio de Janeiro, 1983 (mimeo).
19. BRASIL, Museu Histórico Nacional- O Museu Histórico Nacional. São Paulo, Banco Safra, 1989, p.17.

Referências:

- BARRÓSO, G. A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Regulamento do Museu Histórico Nacional**
____. **Regimento interno do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, 1975.
- BRASIL, Museu Histórico Nacional. Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional.**
Rio de Janeiro: 1924
- ____. **O Museu Histórico Nacional.** São Paulo, Banco Safra, 1989.
- ____. **O Museu Histórico Nacional.** São Paulo, Banco Safra, 1989.
- ____. **O que deve ser entendido por Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo.**
Rio de Janeiro: 1983. (mimeo)
- ____. **Relatório da Direção para 1938.**
- ____. **Relatório da Direção para triênio 1945-1947.**
- ____. **Relatório da Direção 1949.**
- DEISS, W.A. Museum archives: an introduction.** Chicago: Society of American Archivists, 1984
- DUMANS, A. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento.** Em: Romano, R. (org.) **Enciclopédia Einaudi**, vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- POMIAN, K. Coleção.** Em: ROMANO, R. (org.) **Enciclopédia Einaudi**, vol.1 Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

UMA GRANDE COLEÇÃO DE MOEDAS
NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL?

Rejane Maria Lobo Vieira

Com a colaboração de

Maria Lúcia Faria Rodrigues

Norma Botelho Portugal

NUMISMÁTICA - CONCEITUAÇÃO E OBJETO

A Numismática foi definida de diversas maneiras. Muito simplesmente, como "a ciência das moedas", por diversos autores; ou de forma mais complexa, como a adotada por José Leite de Vasconcelos no final do século passado: "ciência que tem por objetivo o estudo morfológico e interpretativo das moedas; morfológico porque as moedas hão de apreciar-se quanto ao seu metal, ao seu aspecto, a suas figuras, sinais e letreiros; interpretativo porque se tem de dar a razão de tudo o que o estudo morfológico revelou nas moedas. É como que um estudo anatômico e fisiológico, ou estático e dinâmico, ou da forma e da função."¹

Hoje, ela se define como "uma disciplina científica através da qual podem ser estudados muitos aspectos de uma determinada sociedade".² Já não reivindica o *status* de ciência. Aceita-se comumente que as leis que determinam o comportamento da moeda procedem da Economia - que engloba a moeda como um elemento participante do conjunto das atividades econômicas.

A Numismática caracteriza-se como uma disciplina científica porque desenvolveu métodos e técnicas próprios e porque fundamenta seus trabalhos de interpretação numa observação rigorosa dos objetos, confrontando-os com diversos outros tipos de fontes e dados.

O principal objeto de estudo da Numismática é a moeda, que consiste geralmente em um disco achatado de metal com peso e valor determinados e garantidos mediante marcas ou imagens nele impressos pela autoridade emissora.

A moeda assim definida, que surgiu na Lídia na segunda metade do século VII a.C., apresenta algumas características: é um produto de sociedades organizadas; é um objeto produzido em série e tem um caráter oficial, pois emana do poder. Entre diversas outras funções, representa um padrão de valor (ou unidade de conta), um meio de pagamento de bens e serviços em substituição à troca direta e também uma maneira de entesourar (reserva de valor).

A Numismática interessa-se, por outro lado, pelas moedas primitivas ou moedas-mercadoria, pelas moedas particulares, não oficiais, e por formas mais recentes do dinheiro.

Também são estudados por ela os objetos ligados à fabricação das moedas; as peças monetiformes, assim chamadas em virtude de sua semelhança física com as moedas, apesar de terem funções diferentes, e as medalhas, comemorativas de eventos ou personagens.

A Numismática pode ser considerada “uma disciplina das Ciências Humanas”.³ Ligou-se tradicionalmente ao estudo da História (de que foi considerada uma ciência auxiliar), sobretudo à História Política, ajudando a estabelecer a cronologia de reinados e a datar fatos marcantes da política; à Economia, informando sobre o valor das moedas dentro dos diferentes sistemas monetários, sobre desvalorizações e períodos de crise, sobre os comportamentos em relação à moeda, “permitindo examinar, no passado, a aplicação das leis econômicas”⁴; à Arqueologia, contribuindo para auxiliar a datação de estratos e sítios arqueológicos; e à História da Arte, permitindo, através de seus tipos, uma análise da evolução dos estilos e o conhecimento de obras desaparecidas ou conhecidas somente por meio de fontes literárias.

AS COLEÇÕES DE MOEDAS E O DESENVOLVIMENTO DA NUMISMÁTICA

As coleções de moedas antigas, conservadas por amadores como objetos de curiosidade ou por seu valor artístico e intrínseco, remontam à Antigüidade. Segundo alguns autores, ao período helenístico, no século III a.C.

Desde a época do imperador Augusto - que oferecia aos membros de seu círculo mais próximo moedas raras ou muito bonitas por ocasião de grandes festas - nasceu em relação a moeda a idéia de um valor que não se prendia apenas ao seu poder de compra.⁵ A partir de então foram “inúmeros os personagens que viram nas moedas se não uma fonte de informação, pelo menos objetos dignos de interesse”.⁶

Mais tarde, nos mosteiros medievais, ao lado de bibliotecas e coleções de manuscritos, objetos antigos e curiosidades naturais, formaram-se também coleções de moedas antigas que posteriormente seriam incorporadas a fundos maiores, públicos ou privados.

Pode-se afirmar, com segurança, que desde o Renascimento as moedas passaram a ser estreitamente vinculadas à história. Surgiu nessa época a idéia de que toda biblioteca devia ser complementada por um medalheiro. As moedas antigas - sobretudo as romanas, neste período de redescoberta da Antigüidade - passaram a ser consideradas como objetos de estudo e como documentos comprobatórios da existência de governantes. Eram examinadas e confrontadas com outras fontes antigas e séries monetárias foram sendo estruturadas de modo a constituir verdadeiras galerias metálicas. O valor das moedas como testemunhos do passado foi reconhecido e demonstrado por muitos eruditos. Também neste aspecto Petrarca -

historiador e arqueólogo, além de poeta - foi um precursor, tendo-se dedicado ao estudo das moedas, entre outras fontes e documentos antigos.

O exemplo de Petrarca foi seguido na Itália, em primeiro lugar, por outros humanistas - mecenas, amadores ou eruditos - à proporção que se difundia o gosto pelas coisas do passado e pelas moedas antigas. Nessa época, predominou o interesse pelo aspecto iconográfico das moedas, numa espécie de curiosidade concentrada nos traços fisionômicos das personagens antigas reproduzidos nos tipos monetários, que, sem dúvida, ainda persiste até nossos dias.

O gosto pelas moedas antigas não tardou a difundir-se por toda a Europa. Na segunda metade do século XVI, medalhões esculpidos, copiados de moedas romanas, passaram a fazer parte da decoração de palácios e castelos, principalmente na Itália, na França e na Espanha.

Na mesma época, coleções de moedas, entre outros objetos antigos, começaram a ser formadas não só nas cortes principescas da Itália (dos Medici, dos Este, de papas e cardeais), da Inglaterra, França, Hungria, mas em diversos outros ambientes.

Na Alemanha, em Augsburgo, os poderosos banqueiros Fugger preocuparam-se em reunir, em sua biblioteca, coleções abertas aos estudiosos do período.

No século XVII, as coleções reais francesas, inicialmente instaladas no castelo de Blois e depois no de Fontainebleau, foram organizadas, no Louvre, em 1666, e, mais tarde, em Versailles, em 1683, onde foram muito ampliadas e eram visitadas quase diariamente por Luís XIV⁷. Após a morte deste rei, foram transferidas para Paris, para a Biblioteca Real, de modo a que, conforme Jean Babelon, "os artistas ou os sábios pudessem tirar proveito desses tesouros".

No século XVIII, uma parte da coleção do erudito Pellerin (que contava aproximadamente 32.500 moedas), foi comprada para o gabinete do rei. Depois da Revolução Francesa, o gabinete recebeu diversas coleções mantidas até então em mosteiros e, no século XIX, incorporou, através de doações ou de compra, coleções de renome, como o excepcional conjunto de moedas gregas antigas legado pelo duque de Luynes em 1862.

"Até a metade do século XVIII, pelo menos em França, são as *medailles*, isto é, as moedas antigas, as peças de coleção por excelência. A partir desta data, serão suplantadas pelos objetos de história natural"⁸ A formação das grandes coleções nacionais européias seguiu aproximadamente o exemplo francês.

No decorrer do século XIX, grande parte dos Estados, ou seja, o poder, pressionado pelos "produtores da arte e do saber", a intelectualidade

preocupou-se “em tornar possível o acesso a estes bens (as coleções e bibliotecas de modo geral) daqueles que não podiam comprá-los nem o prazer estético, nem os conhecimentos históricos, nem o prestígio”⁹.

Assim, através de compra, de doações feitas por grandes mecenas ao Estado e também do financiamento de trabalhos arqueológicos, foram constituídas muitas das grandes coleções de moedas que compõem o acervo de museus e, ainda hoje, de bibliotecas.

Quando surgiu e começou a estruturar-se, no século XVI, a Numismática preocupou-se com o aspecto iconográfico das moedas, como mencionamos anteriormente, e com a formação de séries cronológicas que reconstituíssem a seqüência dos governantes. Sob essa ótica foram publicadas inúmeras obras. Uma das primeiras foi a *Illustrium imagines* (Retratos dos ilustres), de Fulvio Orsini, editada na Itália em 1570.

Numa linha científica muito precoce para a época, Guillaume Budé, professor do Collège de France na segunda metade do século XVI, escreveu a sua *De asse et partibus ejus* (Do as e de suas Divisões), em que se dedicava à metrologia romana.

No final do século XVIII, Joseph Hilarius Eckel, diretor do Gabinete de moedas antigas de Viena, estabeleceu em sua *Doctrina numorum veterum* (Doutrina das moedas dos antigos) a metodologia da Numismática na época.

A partir do século XIX, os conservadores de museus e bibliotecas responsáveis por coleções de moedas empreenderam, sob o patrocínio dos Estados, um imenso trabalho para a publicação de catálogos descritivos, cronológicos e detalhados, das séries de moedas nacionais e antigas que constituíam o acervo dos grandes museus europeus.

O Museu Britânico, através de seus especialistas, sob a coordenação de Reginald Stuart Poole, e o Cabinet des Médailles de Paris, através de Ernest Babelon, destacaram-se nessa tarefa, produzindo catálogos que até hoje são obras de referência preciosas para a classificação correta de moedas.

Também nessa época foram publicadas obras de teoria, tratados e manuais que se tornaram elementos de base para o trabalho da Numismática.

O final do século XIX foi fecundo para a disciplina. Foram fundadas diversas sociedades, realizados congressos e criados periódicos. Surgiram leiloeiros especializados e mesmo catálogos de coleções particulares.

No mesmo período, “os estudos numismáticos assumiram um caráter científico, dentro do quadro de desenvolvimento das Ciências Humanas”¹⁰. Foram desenvolvidos, ou ampliados, métodos como a

caracteroscopia¹¹, a metrologia¹², as técnicas de análise de metais e os procedimentos para a interpretação rigorosa dos tesouros monetários¹³.

O métodos acima mencionados têm sido especialmente úteis para a investigação da moeda da Antiguidade e da Idade Média, períodos para os quais são raros os documentos escritos.

Além do desenvolvimento de seus métodos, a Numismática acompanhou, já no século XX, a tendência manifestada pelas Ciências Humanas, redefinindo seus objetos e ampliando o leque de seus estudos.

A análise dos tipos e das legendas das moedas, por exemplo, tem produzido trabalhos importantes sobre o poder e suas manifestações, sobre as idéias políticas e a ideologia oficial em diversas épocas¹⁴.

COMEÇO DA NUMISMÁTICA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DA COLEÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL

No Brasil, o processo de formação das grandes coleções de moedas foi semelhante ao europeu, embora mais tardio. Os primeiros fundos foram também constituídos por governantes (a família imperial), por mecenas e por eruditos.

O Estado Imperial, no final do século XIX, e o republicano, nas primeiras décadas do século XX, preocuparam-se em proporcionar ao povo o acesso à cultura através da criação e do fomento a instituições culturais, visando também à formação de uma consciência nacional através do resgate dos acontecimentos do passado¹⁵.

Em relação aos primórdios da Numismática brasileira, a obra de um suíço, Julius Meili, é pioneira. Como cônsul da Suíça e comerciante, Meili estabeleceu-se em Salvador, em 1870, conseguindo reunir uma das melhores coleções de moedas do Brasil de sua época¹⁶.

Publicou, a partir de 1897, **As moedas do Brasil colônia (1897)**, **Moeda fiduciária do Brasil (1903)** e **Moedas do Brasil independente (1905)**. Foi, na realidade, o primeiro grande estudioso da moeda brasileira¹⁷.

A primeira e a terceira dessas obras, escritas em alemão, foram traduzidas para o português por outro grande colecionador e numismata, Pedro Massena, que não chegou a publicar obras de sua autoria.

O grande colecionador português Antônio Pedro de Andrade também não deixou obra escrita além de catálogos parciais de sua coleção.

Outro colecionador português estabelecido no Rio de Janeiro, Augusto de Souza Lobo¹⁸, amigo e correspondente de Julius Meili e Pedro Massena, publicou, em 1908, o **Catálogo da collecção numismatica bra-**

sileira, que ainda constitui uma obra de consulta obrigatória para a classificação de moedas do Brasil.

Uma mulher, Amélia Machado Coelho de Castro, viscondessa de Cavalcanti, foi a primeira a dedicar-se à classificação das medalhas em nosso país. Sua obra, o **Catálogo das medalhas brasileiras e estrangeiras referentes ao Brasil**, foi editada em Paris, em 1910. A coleção por ela reunida faz parte do acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora.

Coleções particulares importantes como a de Bernardo d' Azevedo da Silva Ramos foram adquiridas por governos estaduais, neste caso o do Amazonas, formando a base de coleções públicas¹⁹.

Em São Paulo, a coleção do Museu Paulista, inaugurado em 1895, originou-se da coleção Sertório, que englobava, além de moedas e medalhas, diversos outros tipos de objetos²⁰.

Existem coleções de moedas espalhadas um pouco por toda parte em museus do Brasil. Interessa-nos especialmente a do Museu Histórico Nacional, que conta 112 anos desde o início de sua formação, na Biblioteca Nacional.

Não se pode falar sobre a coleção numismática do Museu Histórico Nacional sem mencionar o fundo reunido anteriormente na Biblioteca Nacional, que constituiu sua base.

Criada em 1810, durante a regência de D. João, a Biblioteca Nacional havia inaugurado, no início da década de 1880, sob a direção do erudito Ramiz Galvão, uma ofensiva para a reunião, no âmbito da Biblioteca, de uma coleção de moedas e medalhas, sobretudo brasileiras.

Em um relatório datado de 1881 e dirigido ao barão Homem de Melo, ministro do Império, Ramiz Galvão utilizou diferentes argumentos para alcançar seus objetivos, principalmente em relação à coleção mantida, em caráter transitório, no Museu Nacional.

“ A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, exmo sñr., não possuía moedas nem medalhas por um vício de organização que é fácil de explicar; quando creada, pensou-se que esses trabalhos eram antes objetos de curiosidade, e por isso os deixaram fazendo parte do Museu Nacional (...). É todavia incontestável que moedas e medalhas são antes de tudo documentos subsidiários da historia, e que por consequencia o seu logar próprio não é ao lado das colleções de historia natural (...); o logar da numismática é ao lado da historia, e o da historia é na Biblioteca Nacional. Pensando assim todas as grandes bibliotecas da Europa têm a sua secção de numismática (...).

Parece obvio que a bela coleção numismática do Museu Nacional deve vir para a Biblioteca Nacional; é mais fácil completar uma coleção do que duas, nem vejo razão para que o Estado se obrigue a duplicar despesas mantendo e enriquecendo dois mealheiros na mesma capital, pelo simples motivo de conservar um status quo, que foi filho de nossos antecessores²¹.

Segundo Luiz Marques Poliano²², com quem concordamos, é bem possível que Gustavo Barroso tivesse usado, 41 anos mais tarde, uma argumentação semelhante para conseguir a transferência da coleção da Biblioteca Nacional para o Museu Histórico.

Ramiz Galvão não conseguiu que o fundo numismático do Museu Nacional viesse para a Biblioteca durante a sua administração. Mas foi ele, de fato, o iniciador da coleção de numismática naquela instituição.

O primeiro núcleo de peças - composto de 406 moedas e 6 medalhas - foi doado à Biblioteca pelo então chefe da Seção de Manuscritos, J. A. Teixeira de Melo, em setembro de 1880. O segundo, de 1.606 moedas, pelo colecionador Francisco Ferreira Soares e o terceiro, de 114 moedas e 10 medalhas, ainda no mesmo ano, pelo próprio Ministro Homem de Melo.

Nos anos subseqüentes, a coleção continuou a crescer por meio de compra, permuta ou doações, inclusive de grandes colecionadores como Miguel Arcanjo Galvão e Antonio Pedro de Andrade. Ao terminar o exercício de 1895, o medalheiro da Biblioteca Nacional reunia 6.321 moedas e medalhas.

No termo de abertura do 1o. livro de registro da Biblioteca Nacional, assinado pelo chefe da 3ª. Seção (de numismática), Aurélio Lopes, e iniciado em 30 de setembro de 1895, lê-se que:

“Do inventario geral das coleções da Seção, começado em 1o. de outubro de 1894 e terminado em setembro de 1895, sendo diretor da Biblioteca o Dr. Raul d'vila Pompeo, constava até esta ultima data a existência de 22.863 peças numismaticas: moedas, medalhas, etc, papel moeda inclusive”.

Este número já englobava as 13.741 moedas e medalhas da coleção do Museu Nacional²³.

Em 1896, o diretor do Museu Nacional decidiu enviar para a Biblioteca Nacional a coleção de D. Pedro II, constituída desde o Primeiro Reinado e composta de 1.593 moedas e 545 medalhas (entre as quais 1.212 moedas brasileiras, sendo 52 de ouro e 107 de prata, além de uma barra de ouro), por ele doada, em 1891, ao Museu Nacional e ao Instituto Histórico juntamente com sua grande biblioteca e museu particulares²⁴.

Além de moedas e medalhas, e também de papel-moeda, a Biblioteca Nacional começou a reunir, sob a rubrica Miscelâneas, condecorações, distintivos, vales, ações e apólices.

Em 1915, o acervo da 3ª. Seção da Biblioteca - de Estampas e Numismática - compunha-se de 30.310 peças. Em 1918, com a compra da coleção do Conselheiro Sobragy, entre outras aquisições, o total de exemplares elevou-se para 33.045²⁵.

Em 1920, a Biblioteca Nacional solicitou ao governo a aquisição da extraordinária coleção composta por Julius Meili. A compra não pôde ser efetivada, e o conjunto²⁶ foi posto à venda em São Paulo, dispersando-se entre diversos colecionadores particulares. O núcleo de moeda fiduciária (1.059 exemplares) foi, mais tarde, resgatado pelo Museu do Banco do Brasil, onde ainda se encontra.

Em 1922, o colecionador Guilherme Guinle, que adquirira recentemente a coleção Souza Lobo, doou à Biblioteca Nacional 720 moedas brasileiras (123 de prata e 597 de cobre), que "interessassem à coleção oficial" e que foram selecionadas entre as peças de sua coleção particular pelos técnicos da Biblioteca²⁷.

No final do ano de 1922, depois de determinada a transferência do acervo numismático da Biblioteca para o Museu Histórico Nacional, a coleção perfazia um total de 34.430 exemplares, não computando ainda a coleção do comendador Antonio Pedro de Andrade, por ele legada em testamento à Biblioteca Nacional.

O comendador Antonio Pedro de Andrade foi o maior doador individual da coleção numismática da Biblioteca Nacional / Museu Histórico Nacional. Nascido em Funchal, na Ilha da Madeira, em 1839, emigrou para o Brasil com dezesseis anos. Trabalhou como jornalista no *Correio Mercantil* e no *Jornal do Commercio* e depois, como bancário, no Banco Comercial do Rio de Janeiro, de que foi gerente, diretor, e por fim presidente²⁸.

A coleção constituída pelo comendador, que se compõe, de acordo com os livros de registro existentes no Museu Histórico Nacional, de 13.941 peças (sendo 606 delas de ouro; 200 da série brasileira, inclusive uma peça da coroação), reúne moedas, moedas particulares, vales e medalhas. Seus núcleos mais importantes, orgânicos, distribuem-se entre moedas de Portugal e colônias (4.599 peças); moedas romanas e bizantinas (4.420 peças); moedas brasileiras (2.337 peças); medalhas portuguesas (1.101 peças) e brasileiras (950 peças).

Esta extraordinária coleção, apesar da morte de seu doador em 1921, só seria incorporada ao restante do acervo mais tarde, já no Museu

Histórico Nacional, em virtude de seu porte e da proximidade da transferência.

A COLEÇÃO NUMISMÁTICA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

O decreto 15.596 de 2 de agosto de 1922, que criou o Museu Histórico Nacional, também estabeleceu que fossem transferidos para a Instituição

“os objetos que constituem o museu histórico do Arquivo Nacional”; “o acervo da seção de moedas e medalhas da Biblioteca Nacional, inclusive as obras impressas que formam a biblioteca especial da seção”; e “as coleções de moedas, selos e peças similares existentes na Casa da Moeda, que conservará apenas os exemplares que lhe forem necessários dos trabalhos que houver executado e das peças que lhe servirem como modelos” (Artigo 83, 1, 2 e 3).

As disposições do decreto não foram cumpridas de imediato, pelo menos no que diz respeito às coleções de moedas.

Enquanto aguardava a transferência das coleções numismáticas para o Museu Histórico, o dr. Gustavo Barroso empenhou-se, junto ao governo, em obter recursos para a compra da coleção formada por Othon Leonardos²⁹, proposta ao Museu por seu filho, Thomas Francisco Leonardos. Tal como havia ocorrido anteriormente com a Biblioteca Nacional em relação à coleção Meili, o Museu não conseguiu adquirir o precioso fundo, que se fragmentou.

No primeiro semestre de 1923, a Casa da Moeda, de cujos trabalhos a Biblioteca Nacional vinha solicitando exemplares desde o início do século (além das medalhas, moedas ensaios e selos estrangeiros ali existentes), enviou para o Museu cerca de 50 medalhas de diversos metais, informando que “são as únicas que não fazem falta aos trabalhos deste Estabelecimento”³⁰.

Em setembro do mesmo ano, a coleção da Biblioteca Nacional foi transportada para a Casa do Trem.

De acordo com Luiz Marques Poliano³¹, a transferência:

“Foi uma tarefa trabalhosa, dada a natureza do material a se remover, e a conveniência de se não perder o esforço de tantos anos de arrumação e classificação.

Todas as lâminas, cerca de 1.500, foram envoltas em papel e colocadas nas mesmas gavetas em que se achavam, e, após numeração, guarda-

das nos cofres correspondentes, ficando assim perfeitamente inalterada a disposição geográfica e cronológica”.

Acompanharam a coleção da Biblioteca Nacional seis espaçosas vitrinas, dez medalheiros de aço blindado fabricados na Inglaterra (chamados cofres na época), duas grandes estantes de aço para livros com prateleiras reguláveis, um cofre de aço para a guarda de valores e uma casa-forte de grades de ferro, entre diversos outros móveis e instrumentos especialmente destinados ao trabalho com moedas e medalhas.

A biblioteca especializada, composta de 974 volumes e indispensável ao trabalho técnico, também acompanhou a coleção. Muitas das obras que a compõem atingem hoje preços muito elevados em leilões.

Já instalados no Museu Histórico Nacional, os técnicos da 2ª Secção - de Numismática - chefiados pelo dr. Edgar de Araújo Romero, procederam ao trabalho de inclusão da coleção Andrade no conjunto estruturado anteriormente “num trabalho metuculoso de confronto, visando, além do preenchimento de claros, à verificação das variantes”³².

Também em 1924, o governo de Epitácio Pessoa adquiriu, por compra, a coleção do grande numismata mineiro Pedro Massena, menos valiosa do que a coleção Andrade, mas importante porque era constituída, em quase sua totalidade, de peças relativas ao Brasil. A coleção Massena compunha-se, de acordo com os livros de registro da 2ª Secção, de 22.608 peças, sobretudo moedas brasileiras, mas também medalhas do Brasil e de Portugal. Entre as 452 peças de ouro, destacavam-se uma moeda de III florins da ocupação holandesa (1645) e três barras de ouro do reinado de D. João Regente e D. João VI. Acompanharam-na 492 livros e 22 periódicos da biblioteca especializada do numismata.

Conforme Poliano³³:

“A incorporação da coleção Massena teve de obedecer àquele mesmo critério/ adotado para a inclusão da coleção Andrade/. A idéia dominante de quantos até hoje tiveram a responsabilidade do gabinete numismático, foi sempre a de formar uma *grande coleção*, qualitativa e quantitativamente. Temos ouvido de alguns a opinião de que seria mais razoável manter separados os conjuntos recebidos. Além do inconveniente da exposição de numerosas duplicatas, obrigaria um tal critério a catálogos especiais e, pois, a uma grande dispersão de trabalho, sem qualquer finalidade prática. Além disso, furtava à Secção um dos seus mais fáceis meios de aquisição - o das permutas, que as duplicatas tem mantido, com grande proveito para o enriquecimento das séries”.

Este foi, de fato, o pensamento que norteou a organização das coleções de moedas do Museu Histórico Nacional -uma opção pelo todo em detrimento do particular.

A política de permutas, já utilizada desde a época da coleção na Biblioteca Nacional e que vigorou no Museu até a década de 1940, visava a uma apuração das peças da coleção e ao preenchimento de lacunas, embora acarretasse, muitas vezes, a diminuição do número de exemplares. Neste caso, uma opção pela qualidade em detrimento da quantidade.

Ainda em 1924, vieram do Arquivo Nacional 1.541 moedas referentes ao Brasil, 463 medalhas e condecorações e dois medalheiros, um dos quais havia pertencido ao conde d'Eu.

Neste mesmo ano, o colecionador Guilherme Guinle enviou ao Museu Histórico 119 condecorações em ouro, prata dourada, esmalte e pedras finas das ordens de d. Pedro I, Avis, Cruzeiro, Rosa e Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, entre outras.

Em 2 de setembro, o dr. Gustavo Barroso, em carta dirigida ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, assim se referia à doação e aos seus próximos desdobramentos, fazendo um balanço das atividades do Museu:

“Mandando avaliar o valor total da dádiva pelo chefe da 2ª. Seção (Numismática, Filatelia e Sigilografia), o mesmo apresentou-me seu parecer, calculando-a em 31:420\$000/ trinta e um contos e quatrocentos e vinte mil réis/. Acresce informar a V. Ex. que o Exmo. Sr. dr. Guilherme Guinle já comunicou pessoalmente a esta Diretoria estar catalogando sua grande e maravilhosa coleção de moedas brasileiras, na maioria de ouro, contendo as barras de ouro com os cunhos coloniais mais raros e de grande peso, afim de fazer doação da mesma ao Museu Histórico. Já providenciei no sentido de se preparar sala especial e segura para guardar esse régio presente, calculado pelos entendidos em mais de mil contos de reis.

Cumpre-me informar a V. Ex. (...) que a 2ª. Seção (...) tem 60 mil peças diferentes de inestimável valor. Acresce ainda que o Museu já organizou tres bibliotecas para o seu serviço (...) e na 2ª. Seção, de Numismática, etc., sendo esta a mais numerosa e rica”³⁴.

Com efeito, no ano seguinte, o dr. Guilherme Guinle fez ao Museu outra doação excepcional. Os técnicos da Seção de Numismática foram convidados a escolher, entre os exemplares da coleção Guinle”, todas as peças que interessassem ao mealheiro oficial”. Entraram assim para o acervo de

moedas do Brasil mais 2.310 peças, sendo 481 de ouro, entre as quais 13 barras³⁶. Este conjunto foi avaliado na época em 200 contos (milhões) de réis.

Guilherme Guinle doou também ao Museu todas as vitrinas de imbuia da sala da coleção brasileira, instalada no segundo andar da Casa do Trem, e que recebeu o seu nome.

Em 1927, proveniente do antigo Museu da Marinha, foi anexado ao acervo um conjunto de 230 peças, sobretudo medalhas militares, comemorativas, condecorações e moedas³⁶. Ao findar o ano de 1928, o fundo da Seção de Numismática totalizava 76.121 peças. A coleção filatélica (iniciada mais tarde, depois de 1901, na Biblioteca Nacional) contava então com 7.000 exemplares classificados.

Já nesta época, a coleção do Museu Histórico Nacional era considerada como a mais importante do Brasil. No primeiro número da *Revista Numismática da Sociedade Numismática Brasileira* (S.P.), Carlos d'Almeida Braga³⁷, redator-secretário, assim a qualificava:

“A coleção brasileira contem nas suas series, as mais belas moedas do mundo, e, para isso provar, basta citar as do segundo império. Já possuímos, felizmente, importantes monetários. De todos, o mais notável é a coleção do Museu Histórico, recentemente acrescida pela aquisição das coleções de Pedro Massena (...). Também contribuíram para augmentar o valor da seção de numismática do Museu Histórico, a patriótica doação do milionário Guilherme Guinle, assim como outras doações e aquisições preciosas”.

Em 1934, foram transferidas do Ministério das Relações Exteriores para o Museu 1.338 peças - 922 medalhas, 33 condecorações e 383 moedas.

Na noite de 23 de julho de 1937, foram roubadas da coleção 17 barras e 117 moedas de ouro, avaliadas pelo dr. Romero em mais de 250 contos de réis³⁸. De todas as peças roubadas, uma única barra de ouro foi recuperada, já na década de 1980.

Gustavo Barroso não mediu esforços para proporcionar condições para o crescimento das coleções da Seção de Numismática. Conforme Adolfo Dumans³⁹, o diretor do Museu referiu-se desta maneira à Numismática em uma entrevista concedida em 15 de junho de 1929:

“A Numismática ou ciência das medalhas e moedas, tem merecido de todos os países uma proteção especial. Nas nações européias ela constitue a preocupação de muitos sábios. Raros ignoram a importância que se dá em França ao famoso Cabinet des Médailles, carinhosamente fundado por Luis XIV, e o valor extraordinário das coleções reais da Itália, que dão ensejo a publicações de inestimável preço. E só assim se justifica o aparecimento de obras maravilhosas como o **Tratado de Babelon**.

As moedas, medalhas e sinetes são documentos de alta valia para os estudos de arqueologia e história. Foi a sigilografia bizantina que guiou a mão de mestre de Gustavo Schlumberger nas suas majestosas epopéias da Constantinopla do século X. Por moedas e medalhas, um autor célebre já conseguiu fazer a história do poder temporal dos papas. E bastará acrescentar o concurso prestado pela numismática à egiptologia, à assiriologia, à história das civilizações da Hellade, do Latium, da Etrúria, da Judéia, da Síria e da Armênia.

Entre nós tal ordem de estudos não tem sido de todo desprezada e, embora poucos, os seus cultores se distinguem pelo amor ao assunto. Deles ressaltam, sem dúvida, os nomes de Meili, Andrade, Góis, Massena e Guilherme Guinle, além de outros”.

Neste mesmo artigo em que cita Gustavo Barroso, intitulado “O Museu Histórico através dos seus 19 anos de existência”, Dumans⁴⁰ faz uma avaliação das atividades do Museu. Interessa-nos aqui a parte referente ao acervo da Numismática:

“Possuímos, desde o Brasil Reino, uma bela coleção de moedas e medalhas que até agosto de 1922 fez parte da Biblioteca Nacional (...).

As coleções numismáticas encerram cerca de 75.000 peças, inclusive moedas e medalhas de quase todos os países antigos e modernos. Assim, possui interessante “série grega”, que se não refere apenas às moedas dos gregos, mas também àqueles povos que os imitavam. A coleção romana, abrangendo o período dos reis, a república e o império, é também vultosa, possuindo mais de 6.000 moedas. Dos países modernos destacam-se pela sua importância as coleções de Portugal, França, Espanha, Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Colônias, Argentina, Peru e outros países.

A parte mais notável do acervo da 2ª Seção é a do Brasil: moedas, medalhas, condecorações, *jetons*, carimbos, sinetes, ensaios, provas de cunho, ponções, etc., não esquecendo a parte relativa à moeda fiduciária que encerra igualmente muitas preciosidades. A parte do Brasil é completa, ali se poderá ver a moeda nacional desde os primeiros tempos até hoje (...).

Em 1940, o total das peças da Seção de Numismática era de 102.283 exemplares nas diversas categorias. Em 1943, de 103.148.

Decorridos 47 anos, o inventário do acervo do Departamento de Numismática feito para a Comissão de Acervos Museológicos instituída pela Fundação Nacional Pró-Memória, já em processo de extinção, registrou 127.344 peças, incluindo as recém-adquiridas e excluindo as depositadas. A biblioteca especializada reunia 4.511 volumes e 491 periódicos.

Verifica-se, pelo acompanhamento das totalizações do acervo, que o maior crescimento da coleção principal - de moedas e medalhas do Brasil -

ocorreu na década de 1920. O quadro atual não se distancia muito daquele inserido no artigo de Adolfo Dumans mencionado acima⁴¹.

Apenas a coleção filatélica registrou um grande crescimento desde então, passando de 21.713 peças em 1943 para 42.699 em 1990. Ela reúne hoje conjuntos importantes e raros como cartas com carimbos precursores nacionais e estrangeiros (1.321 peças), os primeiros selos brasileiros e suas provas, e quase todos os comemorativos brasileiros até a década de 1980.

Numa época em que as aquisições e doações tornam-se cada vez mais raras, é forçoso mencionar a doação de 415 moedas da Itália feita pelo dr. Eugênio Vergara Caffarelli em 1990 e 1991. A doação do dr. Caffarelli, economista e numismata italiano radicado em São Paulo, engloba todas as emissões regulares e comemorativas da República da Itália de 1966 a 1991 e compreende também moedas dos últimos reinados.

Entre os técnicos que trabalharam na Numismática, destacam-se, em primeiro lugar, os nomes do dr. Edgar de Araújo Romero, de d. Yolanda Marcondes Portugal e de d. Dulce Ludolf, que dedicaram toda sua vida profissional ao trabalho e ao estudo das coleções. Devem também ser mencionados Saturnino de Pádua, Luiz Marques Poliano, Alfredo Solano de Barros, Antonio Pimentel Winz, Jenny Dreyfus e Fortunée Levy, entre outros.

A produção intelectual desses técnicos ultrapassou a esfera dos *Anais* do Museu Histórico Nacional, gerando obras independentes e disseminando-se através de periódicos especializados como a *Revista Numismática da Sociedade Numismática Brasileira* (S.P.) a *Revista da Sociedade de Numismática do Rio de Janeiro*; a *Revista da Casa da Moeda* e a *Revista do Clube da Medalha*, para citar somente alguns.

Os chefes da Seção e depois Divisão de Numismática, dr. Romero, d. Yolanda Portugal e d. Dulce Ludolf, foram também os titulares da cadeira de Numismática no Curso de Museus, estruturado em 1932, e mais tarde na Escola de Museologia, transferida em 1979 para a Universidade do Rio de Janeiro

É interessante observar que, desde 1911, eram necessários conhecimentos de Numismática brasileira para o acesso ao quadro de funcionários da Biblioteca Nacional.

Atualmente, o ensino da Numismática, restrito como sempre o foi às capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, é ministrado, a nível de graduação, pelas prof^{as}. Regina Elisia Bibiani e Vera Lúcia Lima

na Escola de Museologia da UNIRIO e nas Faculdades Integradas Estácio de Sá, e, a nível de pós-graduação, pela dr^a Maria Beatriz Florenzano, na Universidade de São Paulo⁴².

Instituída como a 2^a Seção - de Numismática, Filatelia e Sigilografia - pelo Regimento Interno do Museu Histórico Nacional em 1922, a Numismática manteve o mesmo nome e condição no de 1934. Em 1954, passou a ser a Divisão de Numismática, Sigilografia, Condecorações e Filatelia, conservada pelo regimento seguinte, de 1961. Deixou de existir regimentalmente em 1975, sendo então mencionada apenas como campo de pesquisa da Seção de Pesquisa e Organização. Foi restaurada em 1987, a nível de Departamento com três Divisões - de Moedas, Medalhas e Filatelia - na administração da prof^a Solange de Sampaio Godoy.

No final do ano anterior, sob a mesma direção, as coleções de numismática haviam sido transferidas para duas grandes salas do segundo pavimento do edifício principal do Museu, para que se pudesse dar início a obras urgentes de restauração da Casa do Trem.

Segundo o planejamento da direção para o Museu, ali seriam mais tarde instaladas as coleções, a biblioteca especializada e exposições permanentes e temporárias com núcleos das diferentes categorias do acervo do departamento.

As obras de recuperação da Casa do Trem - o prédio mais antigo do conjunto arquitetônico do Museu Histórico Nacional - foram iniciadas com o apoio do Governo da República Federal da Alemanha. Encontram-se suspensas no momento, aguardando verbas do governo brasileiro para a sua conclusão.

A coleção numismática do Museu Histórico Nacional foi e ainda é considerada como a mais importante do Brasil e atualmente tende a ser superada, pelo menos em número de peças, pela coleção que começou a ser formada no Banco Central do Brasil a partir de 1972.

Hoje, só as coleções de instituições financeiras, entre as coleções públicas, registram um grande crescimento. Nesta categoria, deve-se ressaltar, no Rio de Janeiro, a atuação do Museu do Banco do Brasil⁴³ na divulgação da numismática, sobretudo brasileira.

Mas, para que serve, afinal, uma grande coleção de moedas num Museu de História Nacional (ou em quaisquer outros museus)?

As moedas são documentos originais, acessíveis devido à sua multiplicidade. Como os outros objetos de coleção, elas podem, simplesmente, ser usadas para oferecerem-se ao olhar através de exposições, uma das finalidades dos museus.

No entanto, quando utilizadas como documentos e confrontadas com outras fontes de época, elas podem gerar, em vários níveis e para diversas áreas, conhecimentos sobre as sociedades que as produziram, independentemente da abordagem teórica, metodológica ou da disciplina que as estabeleceu.

O estudo das moedas tem prestado uma grande contribuição à Arqueologia, à Economia e à História. Emitidas pelos governos e portanto documentos de caráter oficial, as moedas prestam-se notavelmente ao estudo do poder e da ideologia política através do tempo.

As coleções do Museu Histórico Nacional têm servido para estudos, pesquisas e exposições importantes, a nível nacional e internacional. Continuam assim a cumprir a sua função - a de nos ajudar a conhecer um pouco melhor a história do homem em sociedade.

Notas:

1. VASCONCELOS, J. Leite de. Objecto da Numismática. Em: **O archeologo português**. Lisboa: Imprensa Nacional, vol.1, p. 305,1895.
2. FRERE, Hubert. **Numismática - uma introdução aos métodos e à classificação**. Tradução e adaptação de COSTILHES, Alain e FLORENZANO, Maria Beatriz. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, p. 11.1984.
3. FLORENZANO, Maria Beatriz B. Numismática e História Antiga. Em: *Anais do 1º Simpósio Nacional de História Antiga*. João Pessoa, p.49.1984.
4. FRERE, Hubert, *op. cit.*, p. 14.
5. BABELON, Jean. Numismatique. Em SAMARAN, Charles(org.). **L'Histoire et ses méthodes**. Bruges: Encyclopédie de la Pléiade (vol. 11), Imprimerie Sainte Catherine, p. 373,1973.
6. FRERE, Hubert, *op. cit.*, p. 12.
7. BABELON, Jean, *op. cit.*, p. 374 / PETIT, Karl. **Numismatique - Monnaies et Médailles**. Verviers: Nouvelles Editions Marabout, p. 61.1981.
8. POMIAN, Krzysztof. Coleção. Em: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Memória - História*, Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 77.
9. Idem, *ibidem*, pp. 78, 54.
10. FLORENZANO, Maria Beatriz B., *op. cit.*, p. 49.
11. A caracteroscopia é um método da Numismática que, através da comparação dos cunhos do maior número possível de reproduções de moedas de uma mesma emissão, procura estabelecer a seqüência da utilização desses cunhos de anverso e reverso para chegar a uma cronologia relativa das séries monetárias. Essa cronologia possibilita delimitar os períodos em

que ocorreram variações qualitativas e quantitativas nas moedas e avaliar a importância de uma cunhagem quanto ao volume provável de peças emitidas.

V.FLORENZANO, *op.cit.*, p.52.

12. A metrologia é o estudo do "comportamento dos pesos das moedas dentro das emissões" e dos sistemas monetários em que foram cunhadas e de "como estes foram manipulados pelo Estado emissor". Permite, além da reconstituição dos sistemas monetários, "apontar para situações como a área de influência de uma cidade emissora de moedas, através da expansão de seu padrão monetário (...), transformações das relações de uma cidade observadas através da modificação dos padrões monetários (...) e assim por diante". FLORENZANO, *idem*, pp. 52-53.
13. A análise dos "tesouros monetários" - grupos de moedas enterradas juntas - informa sobre a circulação monetária da região em que foram encontradas no momento do enterramento, sobre a área de difusão das espécies e sobre o tempo em que as moedas permaneceram em circulação, entre outros dados.
14. Um exemplo é o estudo de NEWMAN, Robert. "A dialogue of power in the coinage of Antony and Octavian (44 - 30 B.C.). Em: *American Journal of Numismatics* - 2. Nova Iorque: American Numismatic Society, 1990.
15. BITTENCOURT, José Neves. *Vitamina para as Musas - sobre o papel da reflexão no interior do Museu Histórico Nacional* (1989). / ABREU, Regina de. *Tradição e Modernidade: O Museu Histórico Nacional e seu acervo* (1991). / FERREIRA NETO, Edgard Leite. *O improviso da perenidade* (1991). Artigos não publicados produzidos no âmbito da Divisão de Pesquisa do Museu Histórico Nacional.
16. Dados biográficos obtidos através de PUPO, Alceu de Campos. Julius Meili. Em: *Revista Numismática*. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, (Ano 1, no. 1), pp. 6-8. 1933.
17. A coleção Leonardos, avaliada na época em 300 contos de réis, constituía-se de 15.470 moedas e 870 medalhas. Englobava conjuntos de 800 moedas gregas, 3.710 moedas romanas antigas e 2.462 moedas alemãs entre outros. Era formada, em grande parte, de exemplares de prata e ouro, em ótimo estado de conservação segundo o Dr. Romero, que a examinou, e continha muitas moedas consideradas raras. Foi vendida, em parte pelo menos, pelo leiloeiro Schulman, de Amsterdã, em 1927.
18. Segundo carta datada de 1^o de maio de 1923 de seu diretor, Honório I Hermeto, Ao Dr. Gustavo Barroso - Divisão de Controle do Patrimônio/MHN, processo 6/23, documentos 16-17.
19. POLIANO, Luiz Marques, *op. cit.*, pp. 19-20.
20. *Idem*, *ibidem*, p. 20.
21. POLIANO, L. M., *op. cit.*, p. 2.
22. Divisão de Controle do Patrimônio/MHN, processo 3/24, documento 1.
23. Conforme relação manuscrita do Dr. Gustavo Barroso existente no Departamento de Numismática.
24. POLIANO, L. M., *op. cit.*, p. 22.
25. BRAGA, Carlos d'Almeida. A Numismática. Em *Revista Numismática*. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, (Ano 1, no. 1), p. 43. 1933.

26. A relação completa das peças roubadas foi publicada pela *Revista Numismática* em 1937 (nos. 3/4), pp. 246-248.
27. DUMANS, Adolfo. O Museu Histórico através dos seus 19 anos de existência. Em *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: MHN / Imprensa Nacional, (vol. 1), p. 216. 1940.
28. Idem, *Ibidem*, pp. 211-230.
29. Idem, *Ibidem*, p. 226.
30. O núcleo de pesquisa constituído recentemente pela dr^a Maria Beatriz Florenzano no Museu de Arqueologia e Etnologia / USP (o único do Brasil na área de Numismática), dedica-se ao estudo da numismática antiga e também da brasileira, com o objetivo de "conhecer mais da história do homem usando a moeda como documento".
31. O Museu do Banco do Brasil, inaugurado em 1955, está hoje ligado ao Centro Cultural da Instituição, no Rio de Janeiro. Detém um acervo de 36 mil peças, sob a supervisão de Heleny Pires de Castro e a curadoria de Carlos Passos Perez.
32. Idem, *ibidem*, p. 20.
33. POLIANO, L. M., *op. cit.*, p. 2.
34. Divisão de Controle do Patrimônio / MHN, processo 3/24, documento 1.
35. Conforme relação manuscrita do Dr. Gustavo Barroso existente no Departamento de Numismática.
36. POLIANO, L. M., *op. cit.*, p. 22.
37. BRAGA, Carlos d'Almeida. A Numismática. Em *Revista Numismática*. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1933 (Ano 1, no. 1), p. 43.
38. A relação completa das peças roubadas foi publicada pela *Revista Numismática* em 1937 (nos. 3/4), pp. 246-248.
39. DUMANS, Adolfo. O Museu Histórico através dos seus 19 anos de existência. Em *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: MHN / Imprensa Nacional, 1940 (vol. 1), p. 216.
40. Idem, *Ibidem*, pp. 211-230.
41. Idem, *Ibidem*, p. 226.
42. O núcleo de pesquisa constituído recentemente pela Dr^a Maria Beatriz Florenzano no Museu de Arqueologia e Etnologia / USP (o único do Brasil na área de Numismática), dedica-se ao estudo da numismática antiga e também da brasileira, com o objetivo de "conhecer mais da história do homem usando a moeda como documento".
43. O Museu do Banco do Brasil, inaugurado em 1955, está hoje ligado ao Centro Cultural da Instituição, no Rio de Janeiro. Detém um acervo de 36 mil peças, sob a supervisão de Heleny Pires de Castro e a curadoria de Carlos Passos Perez.

Referências:

ABREU, Regina de. *Tradição e Modernidade: O Museu Histórico Nacional e seu acervo*. MHN / 1991.

- BABELON, Jean. Numismatique. Em: SAMARAN, Charles (org.) *L'histoire et ses méthodes*. Bruges: Encyclopédie de la Pléiade (vol. 11), Imprimerie Sainte Catherine, p. 373.1973.
- BITTENCOURT, José Neves. Vitamina para as Musas - sobre o papel da reflexão no interior do Museu Histórico Nacional. MHN/1989.
- BRAGA, Carlos d'Almeida. Augusto de Souza Lobo (1852-1922). Em: *Revista Numismática*. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1933 (no. 2), pp. 85-90.
- _____, A Numismática. Em: *Revista Numismática*. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1933 (Ano 1, no. 1), p. 43.
- _____, Antonio Pedro de Andrade (1839-1921). Em: *Revista Numismática*. São Paulo, Sociedade Numismática Brasileira, 1933 (Ano 1, no. 3), pp. 193-195.
- DIVISÃO DE CONTROLE DO PATRIMÔNIO/MHN, processo 3/24, documento 1.
- DUMANS, Adolfo. O Museu Histórico através dos seus 19 anos de existência. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: MHN/Imprensa Nacional, 1940 (vol. 1), p. 216.
- FERRERIANO, Edgard Leite. O improviso da perenidade. MHN/1991.
- FLORENZANO, Maria Beatriz B. Numismática e História Antiga. Em: *Anais do 1º Simpósio Nacional de História Antiga*. João Pessoa: 1984, p. 49.
- FRERE, Hubert. *Numismática - uma introdução aos métodos e à classificação*. Tradução e adaptação de COSTILHES, Alain e FLORENZANO, Maria Beatriz. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984, p. 11.
- NEWMAN, Robert. A dialogue of power in the coinage of Antony and Octavian (44-30B.C.), Em: *American Journal of Numismatics* - 2. New York: American Numismatic Society, 1990.
- POLIANO, Luiz Marques. A Numismática no Museu Histórico Nacional. Em: *Revista Numismática*. São Paulo:, Sociedade Numismática Brasileira, 1946 (nos. 1-4), pp. 9-10.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. Em: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Memória - História*, Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 77.
- PUPO, Alceu de Campos. Julius Meili. em: *Revista Numismática*. São Paulo, Sociedade Numismática Brasileira, 1933 (Ano 1, no. 1), pp. 6-8.
- VASCONCELOS, J. Leite de. Objecto da Numismática. Em: *O Archeologo português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, vol.1, p. 305.

Fontes para a História do Correio
no Brasil entre 1798 e 1843;

As Correspondências Pré-Filatélicas
do Museu Histórico Nacional

Cícero Antônio F. de Almeida

A coleção de Filatelia¹ do Museu Histórico Nacional se destaca como uma das mais importantes do país, compreendendo não somente os selos postais emitidos no Brasil e em outros países do mundo mas, principalmente, diversos outros testemunhos dos serviços postais praticados desde os tempos da Colônia, abrangendo todo o império e início da república. Dentre os principais núcleos deste acervo, estão as provas e ensaios de emissões postais, muitas delas não circuladas oficialmente, inteiros postais² do império, e correspondências circuladas antes da criação do selo postal, conhecidas como *pré-filatélicas* ou *precursoras*. Este conjunto de correspondências - o maior até hoje reunido - retrata o período inicial da implantação dos serviços postais no Brasil, desde a criação, em Portugal, dos Correios Marítimos, em 20 de janeiro de 1798, até a reforma administrativa do Correio no Brasil, que criou o selo adesivo como comprovante do pagamento antecipado da taxa postal, em 1842, resultando na emissão dos primeiros selos postais brasileiros, em 1º de agosto de 1843, conhecidos como *olhos-de-boi*.

Este acervo de correspondências pré-filatélicas provém, basicamente, de dois conjuntos: a coleção particular do filatelista e pesquisador J. Batista da Mota, doada inicialmente à Biblioteca Nacional e, posteriormente, incorporada às coleções do Museu Histórico Nacional, e a coleção de cartas oficiais avulsas do Arquivo Nacional, ambas incorporações realizadas principalmente no ano de 1929, e ao longo das décadas de trinta e quarenta. Em sua maioria, são correspondências enviadas à comerciantes da cidade do Rio de Janeiro, provenientes de quase todas as províncias do império, correspondências oficiais trocadas entre repartições públicas e cartas consulares.

A importância das correspondências pré-filatélicas para o estudo da história dos serviços postais no Brasil reside, principalmente, no fato de constituírem o mais antigo testemunho da organização do correio enquanto instituição pública destinada ao transporte de cartas. A principal característica destas correspondências está nos valores manuscritos, relativos às taxas postais, anotados em sua face principal, junto ao carimbo identificador da cidade de origem. Vale esclarecer que antes da reforma postal de 1842 (definitivamente implantada no ano seguinte), cabia a quem recebia uma carta o pagamento das taxas de serviço do correio. E o valor do serviço era calculado pelo oficial do correio na agência de origem das correspondências (ocasião em que era anotado no exterior da carta). Para sua retirada, na agência de destino, o destinatário deveria pagar o valor correspondente, que poderia sofrer variações em relação ao estabelecido inicialmente, caso o percurso original fosse alterado.

Para entender esse sistema, em que cabia a quem recebia a carta, e não a quem enviava, o pagamento das taxas relativas ao serviço do correio, devemos nos remeter às condições relativas ao transporte de correspondência até meados do século dezanove, principalmente no caso brasileiro.

A precariedade dos meios de transporte e do sistema viário, aliada às grandes distâncias territoriais, que deveriam ser vencidas a pé ou a cavalo pelos estafetas, faziam do serviço de entrega de correspondências uma tarefa muito complexa e difícil de ser realizada. A garantia de sua execução, portanto, só era possível quando, de fato, a correspondência chegava às mãos do destinatário. A mesma garantia não era oferecida ao remetente.

O CORREIO EM PORTUGAL

A história do correio no Brasil está diretamente associada à história dos serviços postais em Portugal. Durante a Idade Média, o ofício de correio volante, para o serviço do Rei, nos limites do Reino ou mesmo fora deste, era responsabilidade dos escudeiros e moços das reais estrebarias. Em alguns casos, a atribuição de transportar mensagens cabia ao próprio enviado particular do monarca, que as transmitia oralmente pois, por questões estratégicas, não era prudente transportar mensagens oficiais por escrito:

"Nas missivas reais era freqüente a declaração de poder dar-se inteiro crédito ao que de viva voz transmitia o portador, dado que não se tinha nunca a certeza de que elas chegassem ao seu destino, pois os emissários régios estavam, amiúde, sujeitos a ser assaltados e roubados, ao longo dos caminhos mal definidos e perigosos que percorriam."³

Em 6 de novembro de 1520, D. Manuel I criou o cargo de Correio-mor do Reino, a quem cabia o privilégio da exploração dos serviços de transporte de correspondências, inicialmente outorgado a Luiz Homem. Pela carta régia de nomeação, cabia ao Correio-mor atender às necessidades da corte e "a todos os moradores e pessoas que quizerem enviar cartas de umas partes para outras (...)."⁴ O valor dos portes era ajustado diretamente com os interessados, tendo como referência o tempo de percurso e os locais de destino das cartas.

Em 1606, o ofício de Correio-mor foi vendido a Luiz Gomes da Matta, pela quantia de 70 mil cruzados, através de carta datada de 19 de julho. Em 1657 foi criado o ofício de Correio-mor das Cartas do Mar, anexado ao ofício de Correio-mor do Reino. Em 25 de maio de 1662, Luiz Gomes da Matta (neto) requereu a execução destes serviços para o Brasil. Foi então possível nomear correios-mores para os domínios ultramarinos portugueses, o que de fato se sucedeu em 1º de fevereiro de 1663, quando o então Correio-mor de Portugal nomeou o Alferes João Cavaleiro Cardoso para o cargo de Correio da Capitania do Rio de Janeiro. Alguns anos mais tarde, foram nomeados os Correios da Bahia (Bartolomeu Fragoso Cabral) e São Paulo (Sebastião Alves da Costa). No entanto, a nomeação de assistentes do Correio-mor do Reino no Brasil não contribuiu para uma implantação definitiva dos serviços postais: (...) "apesar de parecer positiva a nomeação

de Assistentes do Correio Mor no Brasil, eles, de fato, nunca foram aceitos pela população que poderia desfrutar desse serviço de Correios pelo simples fato de que os Assistentes nada mais faziam do que taxarem cartas que vinham de graça nos navios portugueses.⁵

A modificação dessa estrutura de administração postal foi iniciada com a ascensão de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos, responsável, a partir de outubro de 1796, pelas negociações com o então Correio-mor objetivando a reincorporação deste ofício à Coroa, através de uma indenização compensatória. Estas negociações culminaram com o Decreto de 18 de janeiro e Alvará de 16 de março de 1797:

"(...) sou servida por este Alvará com força de lei abolir, e extinguir o ofício de Correio-mor de meus Reinos e Domínios (...) Ordeno e estabeleço que o Ministro, e Secretário de Estado, (...), da Repartição dos Negócios Estrangeiros, tenha a seu cargo a administração das postas, Correios e Diligências de terra e mar, (...)".

As compensações recebidas pelo último Correio-mor do Reino foram de caráter pecuniário - uma renda anual permanente de 40.000 cruzados por ano, além de pensões vitalícias de 400.000 réis para sua mãe, irmão e duas irmãs - e de caráter honorífico, como o título de Conde e a conservação da Honra de Criado de Sua Majestade.⁶

Proprietários do ofício de Correio-mor em Portugal	
1520	Luíz Homem
1532	Luíz Afonso
1575	Francisco Coelho
1579 a 1598	Manoel de Gouvea
1606	Luiz Gomes da Matta
1607	Antônio Gomes da Matta
1641	Luiz Gomes da Matta (neto)
1674	Duarte de Souza Coutinho da Matta
1696	Izabel Cafaro* e Luiz Victorio de Souza Coutinho da Matta
1735	José Antônio de Souza Coutinho da Matta
1790	Duarte de Souza Coutinho* e Manoel José da Maternidade de Souza Coutinho da Matta

*Tanto Izabel Cafaro quanto Duarte de Souza Coutinho permaneceram no exercício da função de Correio-mor até a maioridade de seus tutelados, Luiz Victorio de Souza Coutinho da Matta e Manuel José da Maternidade de Souza Coutinho da Matta, respectivamente. O ofício de Correio-mor foi incorporado à Coroa portuguesa em 16 de março de 1797.

A IMPLANTAÇÃO DO CORREIO MARÍTIMO ENTRE PORTUGAL E BRASIL

A incorporação do privilégio da exploração privada do ofício de Correio-mor à Coroa foi definitivamente regulamentada com a criação dos Correios Marítimos entre Portugal e Brasil, pelo Alvará de 20 de janeiro de 1798, que no seu artigo 1º determinava:

"Pela Repartição da Marinha se expedirão em cada dois meses, principiando no primeiro de Março próximo, dois paquetes Correios Marítimos: o primeiro para o porto de Açú, que levará, e trará as cartas das Capitanias de Pernambuco, Paraíba, Parnaíba, Maranhão, Piauí, e Pará⁷, indo às Salinas, donde voltará a este Reino. O segundo irá à Bahia, e Rio de Janeiro, donde voltará também a esse Reino; e sendo praticável, fará o seu regresso pela Bahia, para trazer as respostas das cartas que ali deixou na sua passagem para o Rio."

O referido Alvará determinava também que a permanência dos paquetes em terras brasileiras não deveria ultrapassar quinze dias. Caberia aos governadores das capitanias tomar providências relativas a preparação dos malotes, ou sacos, bem como manter equipamentos necessários aos prováveis reparos das embarcações. Também deveriam implantar mecanismos que facilitassem o transporte de cartas do interior das capitanias até os portos mais próximos.

Valor das Taxas Postais (de acordo com o alvará de 20 de janeiro de 1798)	
Peso (onça*)	Valor
até quatro-oitavas	80 réis
até seis-oitavas	120 réis
até oito-oitavas	160 réis
acima de oito-oitavas	160 réis por onça
*Unidade de medida de peso, equivalente a 28,691 g.	

No Brasil, em consequência das determinações do Alvará de 20 de janeiro de 1798, foi estabelecida na cidade do Rio de Janeiro uma Administração do Correio, cabendo a Antonio Rodrigues da Silva a incumbência de dirigi-la. Esta repartição teria funcionado no Paço Real da cidade, atual Paço Imperial, junto às instalações do Tribunal da Relação e da Casa da Moeda.⁸

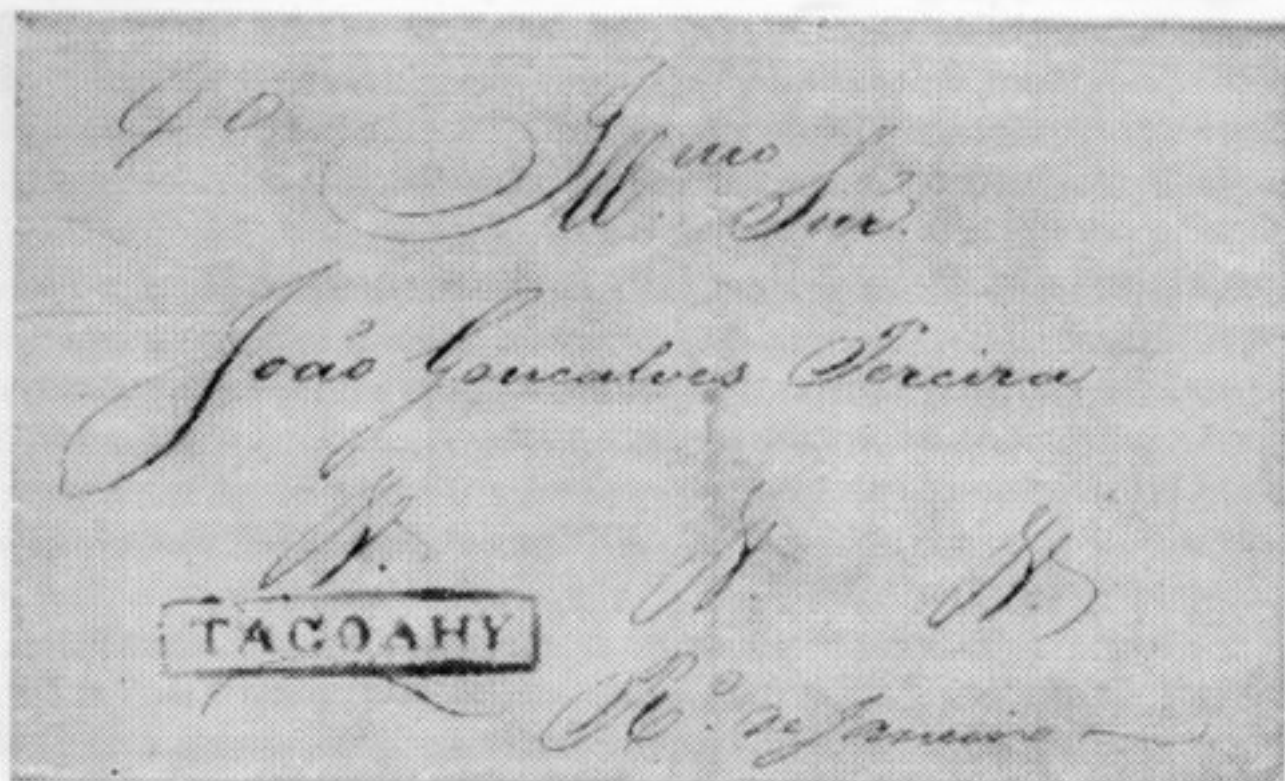
Como complemento ao Alvará, foram expedidas as *Instruções para os Correios da América*, em 26 de fevereiro de 1798. Os vinte e cinco artigos destas Instruções detalham procedimentos relativos aos serviços de correio, constituindo importante documento para a compreensão da fase inicial da história postal brasileira. O 1º artigo determinava que nas cidades e vilas capitais deveriam ser estabelecidos correios (as atuais agências postais). Estes correios eram formados por dois funcionários, um administrador e outro assistente. Quanto aos administradores, estes deveriam ser "pessoas de notória honra, e verdade, e tais, que pelos seus louváveis costumes, tenham merecido a confiança pública; eles, além disso, serão pessoas abonadas, e bem estabelecidas (artigo 4º)."

As agências do correio foram estabelecidas nas próprias residências dos administradores, localizadas - por recomendação contida no artigo 5º - no centro das cidades ou vilas: "O administrador destinará no edifício da sua morada uma sala, ou quarto, que tenha proximidade à rua; nesta sala estabelecerá o Laboratório do Correio, por isso é necessário que seja uma casa independente das demais e que deve estar fechada nas horas vagas (artigo 6º)."

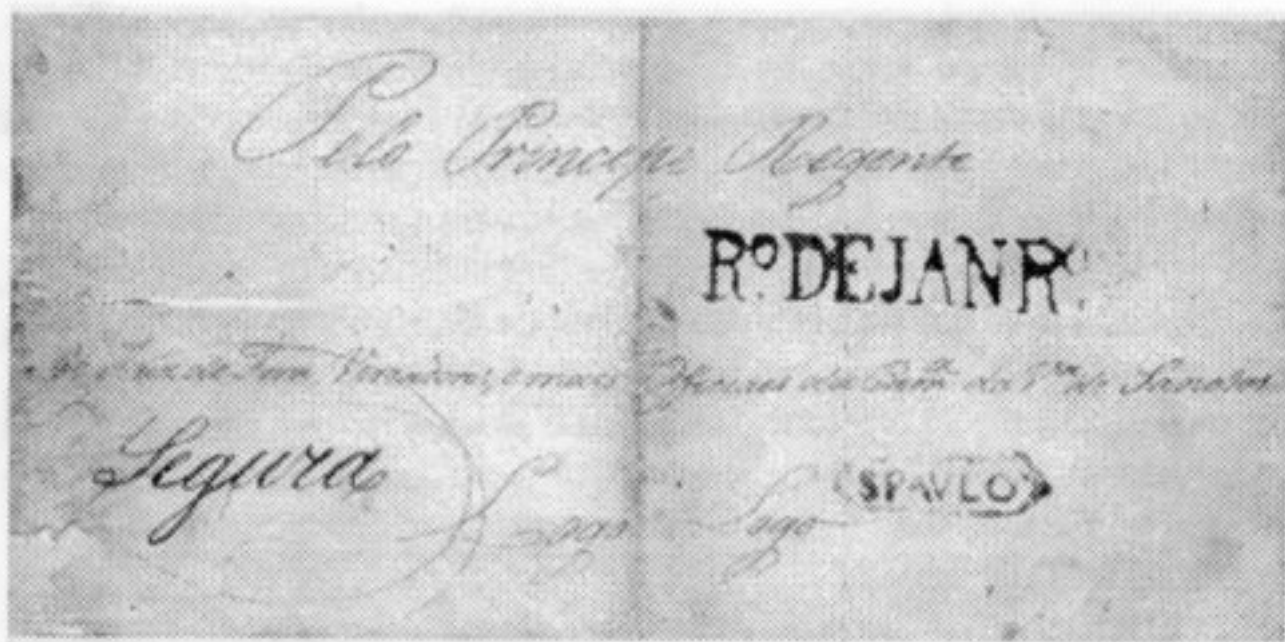
Como já referido anteriormente, o custo relativo ao transporte da correspondência deveria ser pago pelo destinatário, quando este fosse retirá-la na agência do correio. Assim sendo, caberia ao administrador da agência de origem assinalar sobre a face principal da carta a taxa correspondente. Ocorrendo das cartas chegarem ao seu destino sem este registro, caberia ao administrador anotar o valor: "Quando receberem cartas que não se achem já com seus portes designados nos sobrescritos esta será a primeira operação logo que se abrir a mala (artigo 14º)." Mesmo quando as cartas já vinham taxadas, após a conferência de seu peso, se o Administrador do correio de destino percebesse alguma incorreção no seu cálculo, esta taxa era alterada, sempre obedecendo o sistema de utilização de uma marca manuscrita. Esta, portanto, é uma das características fundamentais das correspondências pré-filatélicas (cf. ilustração 1).

O artigo 21º da *Instrução para os Correios da América* previa a possibilidade de segurar as correspondências: "Do seguro de cada carta, ou maço, receberão quatrocentos e oitenta réis, que serão logo pagos (ou seja, pelo remetente), e estes quatrocentos e oitenta réis são além do que a carta

ou maço houver de pagar em razão do seu peso. Para a identificação das cartas seguradas, era anotada, também sobre a face principal, a expressão *Segura*, manuscrita pelo Administrador (cf. ilustração 2).



1- Exemplar de correspondência pré-filatélica das coleções do MHN. Podemos observar duas das principais características deste tipo de correspondência: o carimbo indicador do correio de origem (TACOAHY - atual cidade de Itaguaí-RJ) e o porte manuscrito (40), anotado no canto superior direito.



2- Correspondência do Rio de Janeiro, enviada pelo Príncipe Regente D. João, para a Câmara da Vila de Santos, datada de 1813, com a indicação manuscrita *Segura*, no canto inferior esquerdo.

Outra importante característica das cartas pré-filatélicas é o carimbo indicador do correio de origem, aplicado também sobre a face principal. A utilização de carimbos foi estabelecida no artigo 17º: "Nas épocas respectivas aprontarão as cartas para o Reino, e as marcarão com a marca do nome da terra em cujo correio forem lançadas (...)." São conhecidos hoje cerca de cento e cinquenta diferentes carimbos do período *pré-filatélico* (1798 a 1843), provenientes de agências postais de cidades localizadas em praticamente todas as regiões do país, principalmente das províncias de Minas Gerais (40%), Rio de Janeiro (22%) e São Paulo (20%), ligadas, em sua maioria, à mineração e ao comércio.

Entre Portugal e Brasil, de 1798 a 1803, foram utilizados dezesseis paquetes destinados aos serviços do Correios Marítimos.⁹ Objetivando o estabelecimento dos correios terrestres, foram criadas agências em cidades do interior, interligadas aos portos. A primeira agência postal brasileira do interior foi estabelecida na cidade de Campos, na Capitania do Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1798. Na Capitania de Minas Gerais, ainda em março de 1798, foram criadas linhas de distribuição de correspondências, sendo a mais importante a que ligava Vila Rica (atual Ouro Preto) ao Rio de Janeiro, com uma extensão de 80 léguas (528 km.), que era percorrida em 15 dias. Na Capitania de São Paulo, foi criada em 28 de julho de 1798 uma linha postal ligando Santos ao Rio de Janeiro.¹⁰

Primeiras linhas postais da Capitania de Minas Gerais, criadas em 9 de março de 1798:

Rota	Distância	Tempo
Vila Rica (atual Ouro Preto) ao Rio de Janeiro	80 léguas	15 dias
Vila Rica à Vila de Sabará	14 léguas	4 dias
Vila Rica à Vila de São João del Rei	24 léguas	5 dias
Vila Rica à Vila do Príncipe (atual Serro)	50 léguas	10 dias
Vila de Sabará ao Arraial do Paracatu	117 léguas	42 dias

*Légua = 6.600 m.

O REGULAMENTO GERAL DOS CORREIOS DE 5 DE MARÇO DE 1829

Após a vinda da Família Real Portuguesa e sua comitiva para o Brasil, em 1808, foi necessário ampliar a capacidade operacional do correio no Brasil. Em 22 de novembro de 1808, D. Fernando José Portugal (vice-rei do Brasil entre 1801 e 1806), instituiu o Regulamento Provisional

para a Administração Geral do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro. Foi, no entanto, o Decreto de 5 de março de 1829, (Dá Regulação à Administração Geral dos Correios), o primeiro conjunto de medidas organizadoras do sistema de transporte de correspondências implantado especificamente para atender às necessidades do país, sendo também a primeira legislação postal inteiramente concebida após a independência.

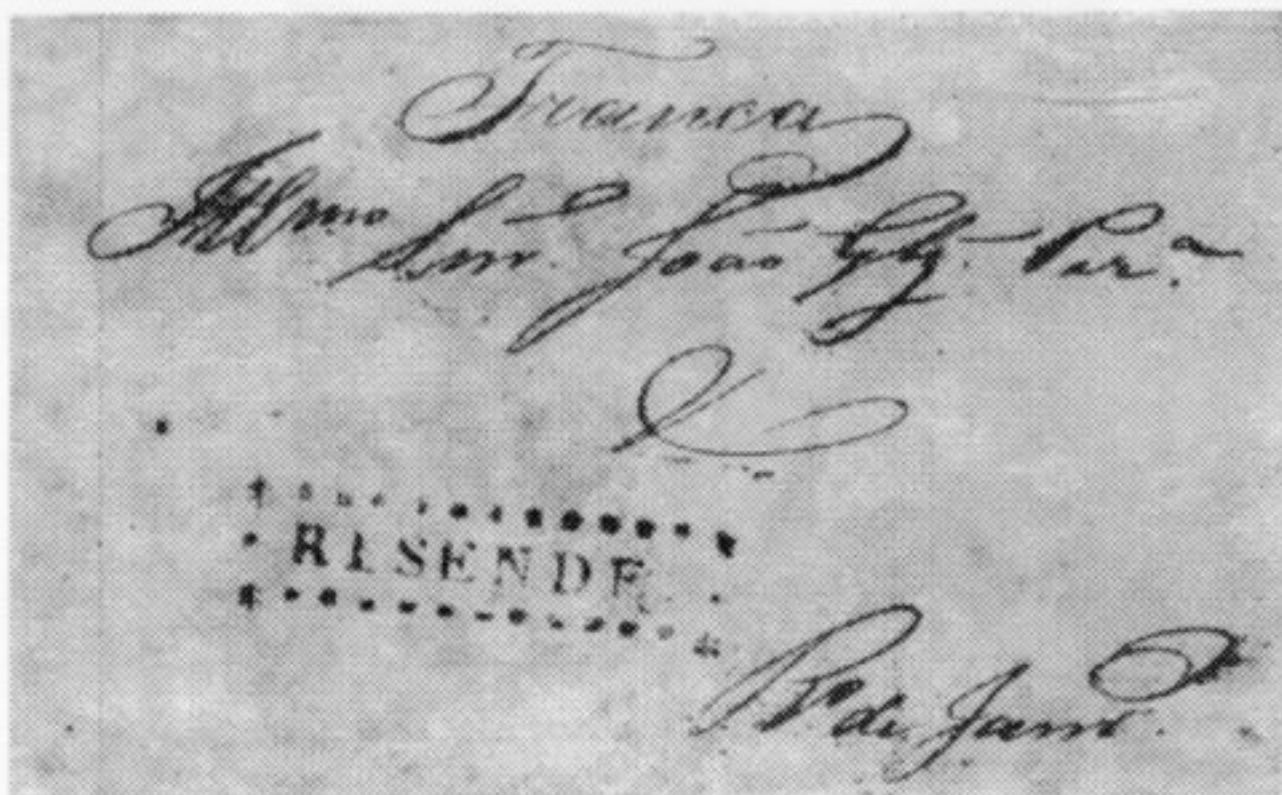
Até 1829, as administrações dos correios das províncias tinham total autonomia para organizar suas agências postais e estabelecer rotas de ligação com as demais províncias. Com o Regulamento de 5 de março, foi criado o cargo de Diretor Geral dos Correios, com o objetivo de fiscalizar, promover, e dirigir a administração geral de todos os Correios (art.1º). A partir de então, todos os Administradores e Agentes dos Correios das províncias estavam subordinados ao Diretor Geral. As próprias estruturas destas administrações foram uniformizadas.

Outra preocupação expressa no Decreto de 5 de março de 1829 estava centrada na criação de correios nas cidades e vilas ainda não servidas de agências postais. As Câmaras Municipais ficaram encarregadas de implantar agências experimentais, através do estabelecimento de três rotas mensais para outras cidades, correndo as despesas por conta dos próprios distritos ao longo do primeiro ano: (...) e no fim do mesmo ano farão novas participações (aos Administradores dos Correios das Províncias) acompanhadas de uma conta de receita e despesa, que tiver havido, para se tomarem por parte da Administração Geral, se assim convier, ou se mandar continuar o ensaio por mais outro ano, no fim do qual ficarão tais Correios indefectivamente a cargo da mesma Administração (art. 25).

Quanto aos procedimentos de taxação, estes continuaram sendo realizados de maneira semelhante ao determinado pelas Instruções para os Correios da América, de 26 de fevereiro de 1798, conforme podemos verificar pelo art. 61:

Todas as cartas serão pesadas à proporção que se forem recebendo, lançando-se nos sobrescritos o porte, que corresponder ao seu peso; e se este for pago no mesmo correio (pelo remetente) lhe será posta a seguinte marca: (franca).

Podemos notar que o pagamento da taxa postal continuava sendo responsabilidade do destinatário, mas havia agora a possibilidade do remetente efetuar este pagamento. A correspondência cuja taxa fosse paga no correio de origem recebia, de acordo com artigo 61, a anotação Franca (cf. ilustração 3).



3 - Correspondência de Resende para o Rio de Janeiro (28 de setembro de 1836), com a anotação *Franca* no canto superior.

Outro serviço regulamentado em 1829 foi o das cartas circuladas entre repartições do governo, que estavam isentas do pagamento de porte. Recomendava o art. 75 que tais correspondências deveriam mencionar o cargo da autoridade pública a quem se destinavam as correspondências, bem como o cargo da autoridade remetente. A fim de identificá-las, nas agências de origem os Administradores deveriam anotar em sua face principal as letras SP - serviço público - (cf. ilustração 4).

No acervo do MHN, encontramos uma carta do Secretário do Colégio de Alfenas (MG) ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império com as iniciais SN, cuja regulamentação não está presente no Decreto de 1829, mas que se pode atribuir como sendo a abreviação da expressão Serviço Nacional e que também servia como identificação das cartas trocadas entre repartições públicas, portanto, isentas do pagamento de porte (cf. ilustração 5).

Um serviço não regulamentado pelo Decreto (talvez implantado por portaria ou outro instrumento complementar), mas identificado no acervo de correspondências pré-filatélicas do MHN, referia-se a isenção das cartas circuladas entre autoridades eclesiásticas, identificadas pelas iniciais SE (serviço eclesiástico), conforme pode ser verificado na carta do cônego José Antônio da Silva Chaves, de Passa-Três (MG) ao Secretário da Câmara Episcopal do Rio de Janeiro (cf. ilustração 6).

S P

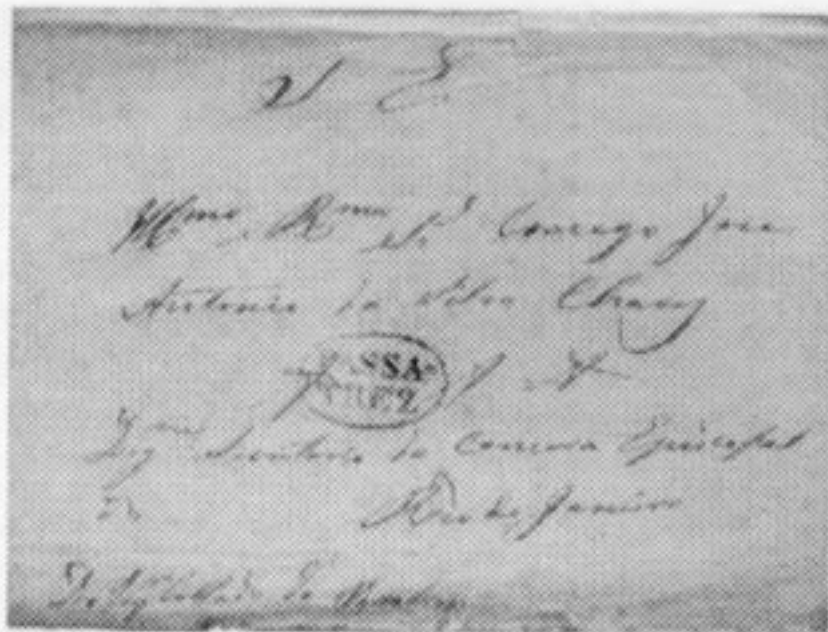
Aos Srs. Presidentes e Vereadores da Câmara Municipal da
 Vila da Princesa
 1º de Agosto
 1843
 Do Vice-Presidente da Província

4 - Correspondência do vice-presidente da província do Rio Grande do Norte ao presidente e vereadores da Câmara Municipal de Vila da Princesa. Podemos observar as iniciais SP a parte superior, que indicavam as cartas circuladas no serviço público. Outra curiosidade desta correspondência refere-se à sua data de emissão, 1º de agosto de 1843, dia em que entraram em circulação os primeiros selos postais brasileiros, marcando o fim do período pré-filatélico.

S. N.

Ilmo. Ex.^{mo} Senhor Antonio
 Pinto Chicoro da Gama:
 Ministro e Secretário dos Negócios do Império
 Do Secretário do Colégio de Alfenas

5 - Correspondência do Secretário do Colégio de Alfenas (MG) ao ministro e secretário dos Negócios do Império, onde se vê, ao alto, as iniciais SN (serviço nacional).



6 - Correspondência entre autoridades eclesiásticas, onde se pode observar as iniciais SE (serviço eclesiástico) ao alto.

No sentido de coibir o transporte de correspondências por particulares, pois tratava-se de um serviço exclusivo do estado, foi estabelecida a aplicação de multa aos que fossem vistos transportando cartas, aplicada metade para o agente, ou pessoa que der a denúncia, e outra metade entrará no cofre do Correio respectivo (art. 81). A única exceção prevista para o transporte de cartas fora das malas do correio tratava das correspondências conduzidas por escravos, desde que estas fossem de seus proprietários.

A precisão exigida pelo novo regulamento do correio no que se referia ao transporte de correspondências, com rígidos limites de horário estabelecidos para a entrega dos malotes, demonstrava que a capacidade de operação da instituição havia melhorado sobremaneira em relação à realidade apresentada no final do século dezoito. Devemos sempre levar em consideração as grandes distâncias territoriais do Brasil, além do fato de que muitas regiões do interior do país eram difíceis de serem vencidas, devido as próprias características topográficas e, por vezes, perigosas, principalmente pela ameaça de animais.

Em relação aos limites de horário de partida e chegada impostos pelo Decreto de 1829, transcrevemos, a seguir, o art. 95, que bem ilustra a questão:

"Os condutores de malas sairão das casas dos Correios a que pertencerem impreterivelmente às horas que estiverem marcadas, e andarão de modo que cheguem aos lugares de seu destino no dia e hora que estiver

determinada. Quando se demorarem por mais de quatro horas, além do tempo que estiver marcado, e não mostrarem que o fizeram por causa atendível, que não puderam vencer, como por motivo de grandes chuvas, enchentes de rios, ou moléstia, se lhes descontará no seu salário o que corresponder às horas da sua demora; se reincidirem, serão despedidos.

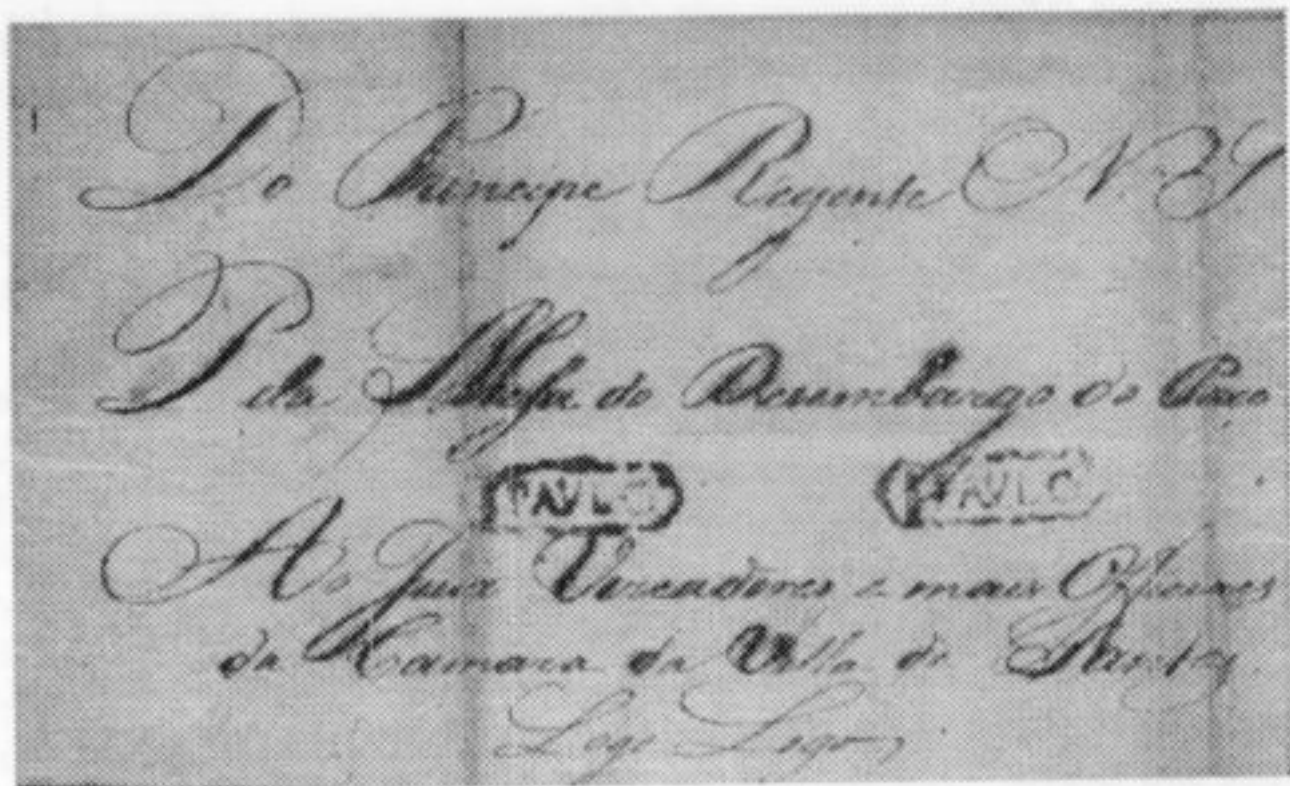
Levando-se em consideração a cidade do Rio de Janeiro como ponto de partida, estão relacionadas no quadro abaixo algumas distâncias e períodos aproximados de deslocamento de correspondências durante a primeira metade do século dezanove:

Destino	Distância	Tempo
Campos	279Km	7 dias
São João del Rei	348Km	9 dias
Ouro Preto	475Km	10 dias
São Paulo	429 Km	15 dias
Porto Alegre	1553 km	43 dias
Lisboa	7716 Km	55 dias
Londres	9279 Km	60 dias

O serviço *expresso* de entrega de correspondências, formalmente, só foi implantado através do Regulamento dos Correios de 10 de abril de 1894. No entanto, identificamos no acervo do MHN duas correspondências do Príncipe Regente ao Juiz de Fora, Vereadores e mais Oficiais da Câmara de Vereadores de Santos, datadas de 13 de outubro de 1810 e 19 de dezembro de 1811, onde se pode ver a inscrição *Logo Logo*, que determinava a imediata entrega da carta. cremos, portanto, que este serviço de entrega imediata era de exclusividade do Príncipe e de seus ministros (cf. ilustração 7).

A REFORMA DO CORREIO DE 1842 E A CRIAÇÃO DO SELO POSTAL

Com poucas modificações, a base administrativa implantada pelo Decreto de 5 de março de 1829 permaneceu até o início da década de quarenta. Na Inglaterra, ao longo das décadas de vinte e trinta do século dezanove, foram implementados estudos visando a modificação dos serviços do correio. Estas modificações buscavam, basicamente, dinamizar



7 - Correspondência do príncipe regente D. João VI ao juiz, vereadores e oficiais da Câmara da Vila de Santos, datada de 13 de outubro de 1810. No canto inferior, a expressão *Logo Logo*.

os serviços de transporte de correspondências, atendendo à crescente demanda das sociedades pós-revolução industrial, integrando as mais distantes regiões, com eficiência e custo reduzido. Em 1829, uma comissão do parlamento inglês apresentou os primeiros resultados de estudos realizados com o objetivo de modificar os serviços postais. Em 1837, Howland Hill, um professor inglês nascido em Kinderminster, publicou um trabalho intitulado **Post office reform: its importance and practicability**, onde apresentava sugestões para os serviços postais ingleses. Em 17 de agosto de 1839, estas sugestões foram aprovadas pelo parlamento, sob a alegação de que atendiam ao progresso comercial e ao desenvolvimento das classes mais favorecidas, cujos pontos principais eram dois: a regulamentação da taxa de serviços do correio segundo o peso, e a cobrança antecipada destes serviços - iniciativa copiada por inúmeros outros países e mantida até os dias atuais -, cujo comprovante seria um pequeno selo adesivo colocado sobre as cartas. Nascia, assim, o selo postal, e a chamada "era filatélica".

Na verdade, a proposta de Howland Hill consistia em uma nova regulamentação das taxas, que eram calculadas até então através de fórmulas bastante complexas, baseadas numa combinação entre a distância e o número de páginas das cartas, e que passariam a ser calculadas segundo o peso, medida acompanhada de um barateamento dos portes. Outro pon-

to essencial, já tratado anteriormente, referia-se ao pagamento antecipado das taxas postais, mediante o uso de um selo adesivo com o valor do porte impresso.

O pagamento antecipado foi uma solução importante para resolver os prejuízos causados pela recusa por parte dos destinatários em retirar suas cartas das agências do correio. Um episódio já lendário na história dos correios, e que teria motivado Howland Hill a propor modificações nos serviços postais, refere-se à uma experiência vivida pelo próprio Hill, quando estava na Irlanda, em 1836. Numa cidade do interior, conheceu a funcionária encarregada da limpeza do hotel onde estava hospedado, que lhe descreveu um meio de burlar o correio inglês. Semanalmente, esta recebia uma carta de seu noivo, que vivia em Londres. Através de códigos preestabelecidos, lançados no exterior da correspondência, eles mantinham uma eficiente comunicação sem que fosse necessário à jovem irlandesa abrir as correspondências recebidas por seu noivo: "Quando o carteiro lhe trazia uma missiva, a moça, aparentando enternecimento, contornava-a entre os dedos, levava-a carinhosamente ao rosto, destrinchando, nesse tempo, os sinais convencionais estampados na sobrecarta, com os quais o noivo lhe comunicava sucintamente que tudo corria as mil maravilhas etc"¹¹. Após toda a encenação, a jovem devolvia sua correspondência ao carteiro, alegando que não tinha condições de pagar a taxa postal.

Logo após a implantação da reforma dos correios na Inglaterra, iniciava-se no Brasil um debate no parlamento sobre a aplicação aqui destas modificações. As relações estabelecidas entre Brasil e Inglaterra, fundamentalmente centradas em acordos e tratados econômicos, viviam seu auge nas décadas de trinta e quarenta, quando foram intensificadas discussões acerca do fim do tráfico de escravos e em torno das tarifas aduaneiras. O domínio econômico inglês na vida brasileira permaneceu até a primeira grande guerra mundial.

O Decreto nº 254, de 29 de novembro de 1842, que tratava da nova regulamentação do porte das cartas transportadas pelo Correio do Império, já trazia, em seu artigo 16, a determinação de que "Os portes serão pagos adiantados, e em papel selado". Tal medida foi regulamentada pelo Decreto nº 255, também expedido no mesmo dia do anterior, que estabelecia o modo pelo qual o adiantamento dos portes das cartas seria efetuado. No artigo 5 ficava determinado que "Os portes serão pagos em papel selado, ou selo do valor de trinta, setenta, noventa réis, (...)"¹². Outro ponto importante do Decreto nº 255 tratava da entrega das cartas nas residências dos destinatários: "Haverá o número de carteiros necessários para entregarem as cartas nas casas das pessoas" (art. 12). Para facilitar a identificação do destinatário,

recomendava o artigo 15 que na face principal das cartas deveriam estar anotados os seguintes itens: nome do destinatário, a rua e o número. Podemos perceber neste ponto um significativo desenvolvimento da capacidade operacional do Correio, devido à adoção de mecanismos que facilitavam o recebimento de correspondências nas próprias residências, sem a necessidade do destinatário buscá-la na agência postal.

Os primeiros selos postais brasileiros entraram em circulação no dia 1º de agosto de 1843, nos valores de 30, 60 e 90 réis, conhecidos como *olhos-de-boi*, devido ao formato do tema central (cf. ilustração 8). O Brasil tornava-se o segundo país a adotar selos como comprovantes do pagamento antecipado de taxas postais. Entre o lançamento dos primeiros selos ingleses, em 6 de maio de 1842, nos valores de 1 penny e 2 pence - conhecidos, respectivamente como *penny black* e *two pence blue*, graças a cor predominante das impressões - e o lançamento dos *olhos-de-boi*, ocorreram experiências isoladas de implantação deste mesmo sistema, na cidade de New York, em 1842, e no Cantão Suíço de Zurique, em março de 1843.

A utilização de selos como comprovantes do pagamento da taxa postal, portanto, modificou inteiramente o quadro dos serviços de correio no Brasil. Com isso, a própria característica das correspondências se transformou, pois já não são mais vistas as taxas manuscritas no alto dos sobrescritos, cujos valores deveriam ser pagos pelos destinatários. No entanto, não se pode balizar a data desta transformação como sendo o dia 1º de agosto de 1843 (data da entrada de circulação dos primeiros selos), pois a transformação do sistema anterior para o novo só se processou na medida em que os selos chegavam às agências do correio. Por isso é freqüente a existência de correspondências datadas após a implantação dos selos ainda expedidas com a anotação manuscrita do porte, a ser pago pelo destinatário. Algumas correspondências do MHN testemunham outra situação freqüente nas agências onde, após a implantação das novas medidas, ocorria falta de selos em



8 - Série dos *olhos-de-boi*, nos valores de 30, 60 e 90 réis, primeiros selos emitidos no Brasil (1º de agosto de 1843).

estoque. Neste caso, o valor correspondente ao selo era anotado manuscrito - de maneira semelhante ao executado no período pré-filatélico - acompanhado da expressão pago, traduzida pelas iniciais PG (cf. ilustração 9).

Independente das resoluções contidas nos principais regulamentos sobre o funcionamento dos correios no Brasil entre 1798 e 1843, algumas práticas adotadas neste período fugiram aos preceitos e recomendações expressas na legislação. Algumas destas exceções podem ser verificadas no conjunto preservado pelo Museu Histórico Nacional. Um interessante exemplo disto são os chamados carimbos manuscritos. Estes eram empregados, provavelmente, quando ocorria algum dano aos carimbos utilizados pelas agências. Suprindo sua falta, os agentes postais lançavam a identificação da origem das cartas à mão (cf. ilustração 10).

Com o sucesso da implantação da reforma postal no Brasil, um novo capítulo na história dos correios se iniciou e que, de certa forma, mantém ainda hoje princípios semelhantes. Para se ter uma idéia do que significou para a administração do correio a antecipação do pagamento dos portes - medida também acompanhada de uma diminuição das taxas, em média, de 40% - basta verificar o aumento de receita. Segundo dados anotados por José Kloke¹³, no ano em que o Congresso votou a lei da reforma, a receita do correio foi de 63:724\$000 (réis), aumentando para 115:916\$000 no ano em que começaram a circular os olhos-de-boi.



9 - Correspondência de São Paulo (27 de setembro de 1843) para o Rio de Janeiro, onde podemos observar a anotação Pg 50, no canto superior.



10 - Correspondência de São Sebastião (10 de novembro de 1836) para o Rio de Janeiro, onde se observa a utilização de carimbo manuscrito.

Quadro geral das correspondências pré-filatélicas do Museu Histórico Nacional. Organizado a partir do inventário elaborado pela museóloga Norma Botelho Portugal.

Localização*	Procedência	Total
Livro 1	Alagoas	1
	Amazonas	2
	Bahia	8
	Ceará	3
	Espírito Santo	7
	Goiás	1
	Paraná	3
	Pernambuco	5
	Piauí	2
	carimbos ilegíveis	2
Livro 2	Minas Gerais	178
Livro 3	Rio de Janeiro	106
	Rio Grande do Norte	1
	Rio Grande do Sul	39
	Santa Catarina	10
	Sergipe	1
Livro 4	São Paulo	220
Total Geral		589

*Os livros de armazenamento das correspondências pré-filatélicas encontram-se na Divisão de Filatelia do Departamento de Numismática.

Notas:

1. O termo *Filatelia* origina-se das palavras gregas *Philos* (amigo) e *Ateleia* (isenção, franquia) e foi sugerido por George Herpin para designar os colecionadores de franquias postais ou selos postais, em artigo publicado em 1864 na revista francesa *Collectionneur de Timbres-Poste*. A expressão hoje abrange não apenas a atividade de colecionar selos do correio como também o estudo dos testemunhos da história postal.
2. Entende-se por Inteiros Postais os envelopes, bilhetes postais, cartas-bilhetes, cintas, entre outros, emitidos pelo correio, cujo valor da franquia aparece impresso na face principal do documento, dispensando o uso dos selos avulsos.
3. CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage. **Os Correios, os Selos e a filatelia**. Lisboa: edição do autor, 1984. p. 3.
4. RELATÓRIO Postal do Anno Economico de 1877-1878. Lisboa: Lallemat Frères, typ., 1879.
5. MACHADO, Luiz Guilherme Gonçalves. **Introdução ao estudo da pré-filatelia brasileira**. Lohmar: ArGe BRASILIEN, 1984. p 6.
6. CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage. *Op. cit.* p. 5.
7. Na realidade, estes dois paquetes circularam apenas entre os portos de Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Pará, voltando, após, para Lisboa.
8. ROSÁRIO, Irari de Oliveira. **Três séculos e meio da história postal brasileira (1500-1843)**. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1993. p. 37.
9. Estes paquetes chamavam-se Vigilante, Príncipe Real, Factonte, Alvacora, Voador, Postilhão da América, Gavião, Netuno, São José Espadarte, Pacote Real, Espadarte Brilhante, Lebre, Santo Antonio Olinda, Caçador, Diligente e Boaventura. MACHADO, Luiz Guilherme Gonçalves. *Op. cit.* p. 14.
10. ROSÁRIO, Irari de Oliveira. *Op. cit.* p. 42.
11. GUATEMOSIM, Dorvelino. **Catálogo Brasil**. Rio de Janeiro: 1933. p. 48.
12. Na verdade, os portes definidos para os primeiros selos postais brasileiros foram de 30, 60, e 90 réis.
13. KLOKE, José. **Os olhos-de-boi**. Bilbioteca do Filatelista, v.1. Rio de Janeiro: Clube Filatélico do Brasil, 1938.

Referências:

ALMEIDA, Cícero Antonio F. **Carimbos Postais - Século XIX; Um estudo da coleção de matrizes do Museu Postal e Telegráfico**. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1989.

_____. Os 150 Anos da Reforma Postal Brasileira e dos Olhos-de-Boi. *Brasil Filatélico*, n.216. Rio de Janeiro: Clube Filatélico do Brasil, 1993.

_____. **Legislação Postal Brasileira - Principais Documentos**. Rio de Janeiro: 1994.
Trabalho inédito.

CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage. **Os Correios, os selos e a filatelia**. Lisboa: edição do autor, 1984.

GUATEMOSIM, Dorvelino. **Catálogo Brasil**. Rio de Janeiro: 1933.

KLOKE, José. **Os Olhos de Boi**. Biblioteca do Filatelista, v.1. Rio de Janeiro: Clube Filatélico do Brasil, 1938.

MACHADO, Luiz Guilherme Gonçalves. **Introdução ao estudo da pré-filatelia brasileira**. Lohmar: ArGe BRASILIEN, 1984.

RELATÓRIO Postal do Anno Economico de 1877-1878. Lisboa: Lallemat Frères, Typ. 1879.

ROSÁRIO, Irari de Oliveira. **Três séculos e meio da história postal brasileira (1500-1843)**. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1993.

Coleções no Museu Histórico Nacional
a Coleção Souza Lima

Lucila Moraes Santos

COLECIONADORES E MUSEUS

São íntimas as relações entre colecionadores e museus. Vêm de muito longe e se mantêm.

A magia e o ritual, a religião, a festa, o luto criaram as condições propícias à atividade colecionista. Líderes grupais, sacerdotes, príncipes, chefes militares foram, em decorrência de suas particulares atribuições e atividades, os primeiros a formarem coleções.

Na pré-história européia, no antigo Egito, na Mesopotâmia e na antigüidade clássica greco-romana localizam-se as fontes mais remotas, os mais antigos implementos relativos à atividade dos colecionadores e à formação das primeiras coleções artísticas no Ocidente.

Responsáveis pela guarda dos tesouros pertencentes às divindades nos templos gregos, sacerdotes encarregados pela seleção de peças destinadas a acompanharem os mortos em sua vida tumular entre egípcios, gregos e etruscos, coleções que posteriormente sedimentariam os acervos dos museus da África, Europa e América. Os troféus pilhados pelos exércitos romanos em suas campanhas eram exibidos em desfile triunfal pelos chefes militares, quando do regresso das tropas vitoriosas à capital do Império. Posteriormente mantidos em locais especialmente destinados à visitação pública, desempenharam atividades geradoras das coleções e dos museus.

Os objetos e pertences encontrados no norte da Europa nos túmulos do período neolítico formaram coleções hoje expostas nos museus dos respectivos países desta região.

Na Idade Média - mais precisamente a partir do século VIII - quando, promovido pelo imperador Carlos Magno (742/814), ocorre o primeiro renascimento cultural, a atividade colecionista alcançará um grande impulso. Recolher, recuperar, preservar o que restara da cultura greco-romana abalada pelas invasões dos povos bárbaros tornaram-se atividades regulares firmando a atividade colecionista como atividade cultural.

O colecionador e imperador bizantino Constantino Porfirogêneto (905/959), grande amigo das artes, instituiu no século X, que, por ocasião das grandes festas religiosas e militares/políticas, fossem exibidas as coleções de propriedade real em espaços semelhantes a vitrinas.

Nos períodos românico e gótico, as coleções mantidas nos mosteiros e catedrais avolumam-se em quantidade e qualidade específicas e são as melhores fontes indicadoras da polarização de tendências culturais que segmentaram determinados períodos e regiões.

Rivalidades políticas, lutas de classes e competições acirradas do

período renascentista ampliam o campo de atividade dos colecionadores para além do eixo igreja / realeza. Ao lado dos papas e dos monarcas o mecenato é também promovido pelos príncipes, potentados, burguesia, comerciantes, artistas.

No século XVII, Roma será o centro mais importante do colecionismo. Contudo, a atividade expande-se por toda a Europa: a Espanha recolhe peças que farão ricas as coleções de Felipe III e Felipe IV.

Na França, o colecionismo regular tem início no século XIV com Carlos V, ele mesmo grande colecionador de obras de arte, especialmente de manuscritos medievais. Seguem-se Francisco I, Luís XIII, Luís XIV (que herdou a coleção do Cardeal Mazarino). Nos séculos XVIII e XIX, as coleções francesas são abarrotadas com os confiscos promovidos pelas guerras napoleônicas. Essas coleções, quase todas hoje no Museu do Louvre, são registros marcantes do gosto da corte e da autoridade.

Condicionando e sendo condicionadas, as coleções indicadoras e formadoras do gosto em determinados espaços culturais revelarão as tendências e a ideologia das épocas que lhes deram origem.

Na Europa, a criação dos primeiros museus como instituições de caráter permanente deve-se à iniciativa de papas, reis, nobres e mecenas, tornando públicas as suas coleções particulares.

Os objetos encontrados sob as cinzas do Vesúvio nas escavações de Herculano e Pompéia, a história recuperada, comoveram e revolucionaram o gosto do mundo europeu. A nostalgia do passado instituiu um novo estilo artístico - o neoclassicismo - e estimulou a recuperação das produções do passado, não só remoto como daquele mais próximo.

A Arqueologia - ciência que se desenvolveu a partir de fins do século XVIII, trará novas contribuições à atividade colecionista, buscando outros mundos além do greco-romano.

A partir do século XIX, multiplicam-se e diversificam-se os museus. Também as coleções e os colecionadores. Nobres, burgueses, filósofos, eruditos, aventureiros, curiosos serão responsáveis pela migração de coleções a nível regional, estadual, nacional e internacional.

Acompanhando a marca dominante dos tempos modernos, a diversificação dos museus buscou e estruturou-se na especialização. Em paralelo, esta tendência alcançou os colecionadores. E os temos de todos os tipos, dos mais diferenciados níveis e categorias sociais, culturais e econômicas. Coleciona-se tudo: de automóvel a rótulos de charutos; de porcelana oriental a caixas de fósforos. Bonecas, relógios, cinzeiros, postais. E quaisquer coleções, mesmo aquelas aparentemente banais, potencializam

quantidade e qualidade de insuspeitadas histórias silenciosas.

É neste material que os museus apoiam as histórias que contam em suas exposições.

COLEÇÕES NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

As tarefas de formação de acervo destacam-se entre os múltiplos encargos inerentes à criação do Museu Histórico Nacional em 1922.

A firme direção do professor Gustavo Barroso, que, observadas duas breves interrupções ocorridas em 1930 e 1937, se estende desde a fundação do Museu até a sua morte, ocorrida em 1959, batalhou pela conquista de objetos, peças e obras indispensáveis ao funcionamento da Casa.

Até 1956, as gestões que a direção empreende conseguem estruturar o acervo atraindo doadores de coleções particulares, fazendo permutas com instituições governamentais ou particulares, conseguindo transferências de coleções de instituições governamentais, bem como obtendo recursos para aquisição de importantes coleções em leilões e até em rifas.

O mais recente levantamento informatizado do acervo do Museu Histórico Nacional indica um total de 14.471 peças ou objetos excetuando as coleções da numismática, do arquivo histórico e da biblioteca. A quase totalidade deste algarismo se formou de trabalho metódico, cotidiano e ininterrupto desenvolvido ao longo destes anos.

Em termos de patrimônio, o êxito das atividades desenvolvidas pelo professor Gustavo Barroso dotou o Museu Histórico Nacional de condições para dar pleno cumprimento às propostas instituídas com a sua criação.

Parte expressiva da memória brasileira dera entrada no Museu, através de coleções com milhares de peças de importantes significados históricos e artísticos.

Entre essas coleções caracterizavam-se pela homogeneidade de seus respectivos gêneros de peças: a Coleção Sofia Jobim (de trajes típicos), a Barão de Massambará (de porcelana Mandarim), Joaquim Ferreira Alves (de carruagens), Coleção J. J. Raposo (de armas).

Entre as demais que deram entrada no período, destacam-se: Barão de Cotegipe, Coelho Neto, Guilherme Guinle, Hermes da Fonseca, José Wanderley de Pinho, Manoel Gomes Moreira, Miguel Calmon du Pin e Almeida, todas elas marcadas pela repetida diversidade dos objetos que as compõem: mobiliário, jóias, porcelanas, prataria, vidros, cristais, pinturas, gravuras, esculturas, documentos, livros, correspondência, objetos

de arte, curiosidades, etc.

O título Coleção, atribuído aos acervos acima relacionados, deriva e remete apenas aos seus titulares, na medida em que estes acervos formam conjuntos absolutamente heterogêneos e díspares de objetos. O elemento que as aglutina e estabelece uma relação homogênea entre elas decorre do fato de terem sido de propriedade e/ou uso de seus respectivos titulares, todos eles figuras da história, da literatura e da sociedade brasileira.

As adjudicações destes acervos resultaram de demorados contatos, processos burocráticos laboriosos, do prestígio pessoal da direção, de esforço e competição.

COLEÇÃO SOUZA LIMA: HISTÓRIA DE SUA AQUISIÇÃO

Nenhuma entre todas as entradas de acervos iguala os lances emocionais que geraram a posse da coleção Souza Lima, em tudo especial, em tudo uma bonita história.

E ela tem começo em 1931 quando o colecionador dr. José Luíz de Souza Lima procurou o professor Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional solicitando o seu parecer sobre coleção de esculturas religiosas em marfim mantidas em sua residência, e da qual pretendia se desfazer.

A impressão que a coleção causou ao professor Gustavo Barroso ficou documentada em carta endereçada ao colecionador, onde, entre outras apreciações, a classifica de "inigualável".

Ao lado do particular nível artístico, a homogeneidade da coleção repousava sobre suportes de relações orgânicas difíceis de serem obtidas:

- . todas as peças da mesma natureza - escultura
- . todas as esculturas da mesma espécie - religiosa
- . todas as esculturas do mesmo material - marfim
- . todas as esculturas de uma única procedência - o colecionador
- . todas elas adquiridas no Brasil.

Enfim, uma coleção no sentido estrito da palavra.

A partir daquele momento, o professor Gustavo Barroso tentou, sem esmorecimento, adquirir a coleção, cuja importância e significado já haviam alcançado áreas culturais e governamentais, graças ao trabalho de divulgação paciente e metódico desenvolvido durante dois anos pelo colecionador.

Penhorada pelo proprietário à Caixa Econômica do Rio de Janeiro em 1933, foi leiloada em 1934 e adjudicada à Caixa.

De 1934 a 1940, os nossos arquivos registram as incansáveis ges-

tões mantidas pelo professor Gustavo Barroso junto às áreas culturais, fazendária e mesmo à Presidência da República pela posse da coleção.

Em 1940, o presidente Getúlio Vargas, em decisão esclarecida e histórica, mediante abertura de crédito especial, autoriza o pagamento da coleção à Caixa, doando-a e fazendo-a transferir para o acervo do Museu Histórico Nacional.

Nove anos haviam transcorrido entre o primeiro contato com a coleção e o momento em que as 525 peças que a compõem deram entrada nesta Casa, em julho de 1940.

Quaisquer que sejam as motivações emocionais dos colecionadores, o que importa considerar no que diz respeito ao acervo dos museus e das possibilidades da museografia é o trabalho de garimpagem e de salvação que realizam. Com referência ao Brasil, onde só muito recentemente tomou-se algum interesse pelas coisas da memória nacional, grande parte, senão a totalidade daquilo que pode contar o nosso passado, os documentos, os bens móveis de nossa história teriam desaparecido, não tivesse havido a intervenção apaixonada dos colecionadores.

O trabalho amoroso e às vezes passional dos colecionadores preservou da destruição peças que hoje estariam perdidas para sempre, como para sempre estariam perdidas as histórias que contam no seu saber silencioso.

O COLECIONADOR: JOSÉ LUIZ DE SOUZA LIMA

Da biografia do colecionador José Luiz de Souza Lima, conhecemos pouco: era fluminense, bacharel e jornalista, casado, sem filhos. Faleceu em dezembro de 1942, aos 54 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro, onde vivia.

Sobre a formação da coleção, dispomos apenas dos dados contidos na documentação que integra o processo de aquisição. Em breve histórico são os seguintes:

No período da primeira grande guerra, entre os anos de 1914/1918, um grande número de estrangeiros, no Brasil, começou a adquirir de porta em porta, nas cidades, vilas e lugarejos, objetos ditos velhos e imagens religiosas. Em pouco tempo despovoaram-se igrejas, capelas e oratórios particulares. Foi naquele momento que o Sr. José Luiz de Souza Lima deu início ao seu trabalho.

Marcada por dupla especialização - de escultura religiosa e em marfim - as peças que a compõem foram todas recolhidas no Brasil entre os anos de 1914 a 1930.

De origem diversa - ibéricas, italianas, francesas, flamengas - as peças mais numerosas e instigantes são aquelas originárias da Índia portuguesa - denominadas indo-portuguesas - e as do antigo Ceilão - atual Sri-Lanka - as cingalo-portuguesas. Esta seletividade leva-nos a perceber o esforço do colecionador nas exigências do projeto que sustentava, articulando uma outra vertente de especialização dentro da coleção - a de arte indo-portuguesa e cingalo-portuguesa. Não o conseguiu, mas chegou perto.

De concreto, são estas as informações de que dispomos sobre o Sr. José Luiz de Souza Lima. Cumpre-nos, contudo, registrar o nosso respeito pelo legado que resultou para o Brasil em geral e para o Museu Histórico Nacional em particular o seu trabalho enquanto colecionador.

Ao apoiar-se no aval de órgãos culturais sobre o valor e significados das imagens e desdobrar contatos na área governamental, tentando negociá-la, parece-nos claro que o Sr. Souza Lima trilhou seu caminho seguro do que pretendia para a coleção e direcionou à sua destinação final.

Nesta linha de raciocínio entendemos que, ao penhorar a coleção, não tinha intenção de resgatá-la. E, ao fazê-lo sob um único lote, tornou-a indivisível, resguardou-a da comercialização, assegurou o seu merecido destino.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL - SUA PROPOSTA TEMÁTICA

Fundamentando-se na história, a abrangência dos temas abordados museograficamente no Museu Histórico Nacional procuram refletir a formação histórica do Brasil, por inteiro. É de História que trata.

Como, então, contextualizar a existência de uma coleção de arte religiosa num Museu Histórico? É a própria história que nos responde, informando que o Brasil e o cristianismo surgem de mãos dadas no bojo dos descobrimentos portugueses. O projeto oficial português de dilatar a fé e o império misturou soldados e padres dentro de uma mesma proposta e, lado a lado, a espada e a cruz avançaram juntas, uma legitimando a outra. Também se harmoniza com a proposta portuguesa, a presença da imagem de Nossa Senhora da Esperança na frota Cabralina. O marco de posse das terras brasileiras foi feito sob o signo da cruz e este chão, antes de se chamar Brasil, teve os nomes de Vera Cruz e Santa Cruz.

Nas incertezas que marcaram os primeiros tempos coloniais, as igrejas pequenas ou majestosas sinalizavam a estabilidade e as imagens religiosas corporificavam a esperança e a festa. Os cultos e devoções, solenes ou modestos, geraram povoados, calendários de celebrações, romarias e festas,

estruturaram cidades e as nomearam.

A quantidade de coleções de imaginária cristã ainda existentes em museus, dispersas ou em coleções particulares, são o melhor testemunho da ideologia da época, do significado histórico que tiveram. Não revelam o gosto ou tendências da história brasileira - ligam-se e expressam as necessidades fundamentais da vida. São páginas da História.

É dentro deste painel de avaliação que a categoria "escultura religiosa" inscreve-se na identidade das coleções do Museu Histórico Nacional.

O PORQUÊ DA IMAGINÁRIA LUSO-ORIENTAL EM MARFIM NO BRASIL

Esculturas religiosas em barro, pedra, madeira ou metal integraram as casas brasileiras desde os primeiros tempos de nossa história.

A essas esculturas, vieram juntar-se as de marfim, predominantemente as de origem luso-oriental e cuja existência entre nós está ligada ao avanço português na Ásia a partir do século XV, ao trabalho da catequese cristã e à condição colonial brasileira mantida com Portugal até o século XIX.

Além da forma regular como aqui chegavam - acompanhando as ordens religiosas, os emigrantes, ou trazidas por comerciantes -, temos as que vieram diretamente da Índia e do Ceilão. Isto porque, devido a temporais e acidentes graves com embarcações, bem como ao regime de ventos que as obrigava a fazer o percurso conhecido como "volta larga", as embarcações muitas vezes aportavam primeiro no Brasil e, não obstante freqüentes interdições, aqui deixavam carga.

O volume de produção dessas esculturas foi de tal ordem, que deu origem à promulgação de lei pelo Senado de Goa, proibindo os não-cristãos de as executarem.

A COLEÇÃO SOUZA LIMA - AS HISTÓRIAS QUE CONTA

No total da coleção, figuram os cultos e devoções tradicionais e aqueles que surgiram e se multiplicaram sob os influxos da política da Contra-Reforma e dos trabalhos de catequese.

Em quantidade de figurações, os crucificados lideram a coleção com 184 exemplares, seguindo-se as representações de Maria, a mãe de Jesus, com 153 peças sob as mais diversas invocações. As representações de Menino Jesus aparecem em terceiro lugar com 50 esculturas. As demais atendem a cultos diversos.

Excetuando os crucificados cujas medidas variam bastante - temos cru-

cificados com alturas máximas de 80 centímetros fixados em cruces com um metro e meio de altura -, a altura média das esculturas mais importantes é de 25/30 centímetros. Poucas com mais de 30 centímetros.

A coleção deu entrada nesta Casa em julho de 1940 e desde então vem sendo estudada. Contudo, a riqueza de seus conteúdos oferecem tais desdobramentos que ainda não foram e dificilmente serão esgotados. A fim de mapearmos o labirinto de mensagens que carrega, adotamos o critério de segmentá-la em núcleos afins, privilegiando aqueles de interesse mais amplo e mais instigantes que os puramente estéticos, tais como os históricos, sociológicos e sincréticos. Esta opção levou-nos a perceber o porquê da popularidade de certos cultos e as implicações (além das religiosas) que fundamentaram as suas instituições. Permitiu-nos desvendar em peças de origem luso-orientais obscuridades misturadas a um discurso que se pretendia claro, e avaliar o esforço despendido pela Igreja na catequese da Índia e do Ceilão. Verificamos muitos casos onde se perdeu o controle sobre o canônico das figurações e elas se tornaram puras anomalias.

O somatório de símbolos e significados, as sutilezas e o hermetismo contidos em algumas esculturas indo-portuguesas e cingalo-portuguesas frustraram até as primeiras décadas deste século a sua clara leitura iconológica, em frontal desacordo com a tradicional objetividade da iconografia cristã. Somente a partir de contatos mais recentes com a Índia e com as doutrinas orientais vão se dareando as verdades singulares de determinadas peças datadas do século XVII. Este é o caso específico da figuração intitulada Bom Pastor, em número de 17 exemplares na coleção. É a mais complexa entre todas as peças. Ao esvaziamento contemporâneo decorrente da perda de função da arte religiosa, os Bons Pastores sofreram um outro esvaziamento: o de não terem sido interpretados no seu tempo. Constituem-se, por todos estes motivos, em exemplares de excepcional interesse.

Nos programas da catequese, tornou-se conhecida uma recomendação da Igreja no sentido de que os artistas deveriam aproximar-se da linguagem plástica dos povos a serem evangelizados. Em lotes que segmentamos, constatamos onde e quando esta recomendação foi atendida e onde o nível de atendimento, privilegiando os catequizados, desarticulou a mensagem cristã. Permitiu-nos ainda, nos núcleos de arte oriental, apreciar a resistência cultural dos artistas orientais, quando imprimiram em santo europeu a androginia típica de divindades do panteão indiano.

O número de esculturas dos crucificados possibilitou-nos levantar a história de sua evolução formal, onde se aprisionam intenções teológicas, pesquisas científicas, visões de místicos, opções culturais. Observamos que se tornaram peças especiais aquelas onde a estrutura do pensamento religioso

oriental foi determinante no fazer artístico. São notáveis a calma e a plena aceitação da dor em determinados crucificados ibero-orientais.

Depois dos crucificados, as figurações mais numerosas são aquelas dedicadas a Nossa Senhora, sob os mais diversos títulos. Nenhum deles, contudo, iguala em quantidade à invocação devotada a Nossa Senhora da Conceição, a quem, em 1646, D. João IV consagrou o reino português, incluindo todas as colônias de além-mar. Há peças onde o exercício do fazer artístico alcança níveis excepcionais.

Outra figuração numerosa na coleção é a do Menino Jesus. Variando entre aquele que abençoa, aquele deitado sorridente ou com dedinho na boca, são testemunhos da política da Contra-Reforma retomando a doçura inicial dos primórdios do cristianismo.

Sendo incumbência de santos específicos socorrer e atender a assuntos específicos, poder-se-ia, com as figurações contidas na coleção, proceder-se a um levantamento das preocupações básicas da sociedade cristã daquele período. São marcas visíveis de um mundo em que todo o socorro “vinha do alto”, de um mundo de milagres cotidianos, cheio de esperança e forte na fé.

Os tipos de marfim utilizados nas esculturas são uma outra marca da coleção. Entre peças de destacado nível de beleza encontramos aquelas feitas com presas de morsa, mamífero dos mares do norte. Contudo sua quase totalidade são as esculturas feitas das presas de elefante, variando entre africanas, indianas e as do Sião (as mais brancas).

A encarnação e a policromia da escultura religiosa na Península Ibérica foram adotadas desde a Idade Média, quer se tratasse de barro, pedra ou madeira. A imaginária em marfim acompanhou a tradição. No século XIX e início do XX, devido à grande procura de esculturas em marfim, bem como ao acompanhamento das tendências neoclássicas (esculturas em mármore brancas), a remoção da pintura e encarnação dessas imagens tornaram-se usuais e as que escaparam ao modismo constituem-se raridades. A coleção, conta também, com expressivo lote de marfins policromados.

Tudo o que foi dito não esgota a complexidade cultural contida na Coleção Souza Lima, justo orgulho do acervo do Museu Histórico Nacional.

O título Souza Lima é familiar a todo o corpo de funcionários desta Casa em seus diversos níveis, ratificando a íntima relação entre colecionadores e museus, sejam estes públicos ou privados, nacionais, estaduais, municipais, regionais ou comunitários.

Por mais longa que seja a segregação imposta pelos colecionadores às peças colecionadas, ela resulta temporária, na medida em que, hoje como no passado, através dos museus, ao público caberá o usufruto final e permanente do jogo passional, do trabalho ciumento e apaixonado dos colecionadores. A tradição vem de muito longe e se mantém.

Autores e colaboradores, volume 27:

Abreu, Regina

Mestre e doutoranda em Antropologia social, pesquisadora da FUNARTE.

Almeida, Cícero Antonio F.

Museólogo, professor da Escola de Museologia da Uni-Rio, Coordenador de Integração das Ações Museológicas do DEPROM/IPHAN.

Bandeira, Rosângela

Arquivista, técnica do MHN.

Bittencourt, José Neves

Mestre e doutorando em História, técnico do MHN.

Chagas, Mário

Museólogo, licenciado em Ciências, professor da Escola de Museologia da Uni-Rio, mestrando em Memória social e Documentação, técnico do MHN.

Fernandes, Lia Sílvia P.

Museóloga, técnica do MHN.

Godoy, Solange Sampaio

Museóloga, bacharel e licenciada em História, técnica do MHN.

Neves, Margarida de Souza

Doutora em História, professora da Pontifícia Universidade Católica /RJ e Universidade Federal Fluminense e Membro do Conselho de História do MHN.

Portugal, Denise

Documentalista, técnica do MHN.

Portugal, Norma Botelho

Museóloga, técnica do MHN.

Rodrigues, Maria Lúcia Faria

Museóloga, técnica do MHN.

Salles, Eliana Balbina
Arquivista, técnica do MHN.

Santos, Lucila Moraes
Museóloga, professora da Escola de Museologia da Uni-Rio.

Tostes, Vera Lúcia Bottrel
Museóloga, Mestre em História social, professora da Escola de Museologia da Uni-Rio, técnica do MHN.

Vieira, Rejane Maria Lobo
Museóloga, Mestre em História, técnica do MHN.

Relação dos autores dos ANAIS do MHN, do volume 1 ao 26, e seus artigos.

A. S. M.

O museu histórico do Brasil. 1942. vol. 3

Alvim, Marco Paulo

Introdução ao estudo do mobiliário Modern Style e a sua época. 1971. vol. 22

Barata, Mário

Mapas antigos, o Barão do Rio Branco e catálogo publicado pelo Itamarati. 1953. vol. 14

O problema da primeira Casa da Moeda do Brasil. 1941. vol. 2

Barbosa, Valdemar de Almeida

A bandeira de Fernão Dias Pais e a integração nacional. 1974. vol. 25

Toponímia mineira. 1968. vol. 20

Barros, Alfredo Solano de

O Brasil colonial e seu meio circulante. 1945. vol. 6

Estudo crítico e doutrinário sobre Medalhas militares brasileiras. 1941. vol. 2

A gênese da Numismática brasileira. 1940. vol. 1

Gravadores e abridores de cunho. 1941. vol. 2

O "Regimento" do Conde de Óbidos diante da história e da legislação monetária; (regimento de 7 de julho de 1663 - séc. XVII). 1943. vol. 4

Barros, Sigrid Porto de

Armas que documentam a guerra holandesa. 1949. vol. 10

A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia. 1947. vol. 8

Introdução ao estudo das armas defensivas. 1968. vol. 19

A mensagem cultural do museu. 1952. vol. 13

O museu e a criança. 1948. vol. 9

Barroso, Gustavo

O álbum das lágrimas de ouro. 1949. vol. 10

As armas dos Góis no Museu Histórico. História e tradição. 1941. vol. 2

A arte cristã no Museu Histórico. 1943. vol. 4

O assassinio de Damião de Góis. História e tradição. 1941. vol. 2

Um capítulo de arte popular. 1941. vol. 2

A caricatura inglesa no Museu Histórico. 1941. vol. 2

A carreira de conservador. 1947. vol. 8

A casa de Marília. 1944. vol. 5

A cidade sagrada. 1944. vol. 5

Classificação geral dos móveis antigos. 1943. vol. 4

A defesa no nosso passado. 1943. vol. 4

Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. 1944. vol. 5

Documentário iconográfico de cidades e monumentos do Brasil. 1946. vol. 7

Esquemática da história militar do Brasil. 1942. vol. 3

Exame de consciência. 1943. vol. 4

A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo. 1940. vol. 1

A força do Tiradentes. História e tradição. 1941. vol. 2

A França Antártica. 1965. vol. 15

A heráldica dos vice-reis. 1942. vol. 3

As igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia. 1944. vol. 5

O Iluminismo bávaro no Brasil. 1948. vol. 9
O libertador de Anahuac. História e tradição. 1941. vol. 2
Mobiliário luso-brasileiro. 1940. vol. 1
Museu Ergológico Brasileiro; o desenvolvimento dos estudos folclóricos em nosso país - um esquema ergológico - outras notas. 1942. vol. 3
Os museus e a guerra. 1942. vol. 3
Oratórias coloniais. História e tradição. 1941. vol. 2
Plano de restauração em Ouro Preto; 1935. 1944. vol. 5
As pratas de Diamantina. 1947. vol. 8
A presença do Império em Buenos Aires. 1945. vol. 6
O Rei da Patagônia. História e tradição. 1941. vol. 2

Bornay, Clóvis

Estácio de Sá - primeiro conquistador e fundador desta terra e cidade. 1965. vol. 15
A personalidade marcante de José de Alencar. 1968. vol. 19
Victor Meireles. 1953. vol. 14

Botelho, Nilza Maria Vilela

Estudo sobre a Ordem do Cruzeiro. 1940. vol. 1
Evocações de Botafogo antigo. 1942. vol. 3
A medalha da Passagem de Humaitá. 1941. vol. 2
Serpentinas e cadeirinhas de arruar. 1943. vol. 4

Bragança, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e, dom

O ramo brasileiro da Casa de Bragança; apontamentos genealógicos. 1968. vol. 18
São Pedro, uma igreja do Brasil no Egito. 1969. vol. 21
Vultos do Brasil Imperial na Ordem Ernestina da Saxônia. 1951. vol. 12

Brandão, Ecila Castanheira

Um desenho de Parreiras. 1949. vol. 10
A vida e a arte de Thorwaldsen em um pequeno grupo de biscuit do M.I.N.. 1948. vol. 9

C.X.

Biografia do Marechal de Campo José Luiz Menna Barreto. 1941. vol. 2

Calmon, Pedro

Osório; síntese da palestra proferida no Museu Histórico Nacional, 8 de junho de 1966. 1967. vol. 17

Carrazzoni, Maria Elisa

Batina negra: alma branca?; a estranha personalidade do Padre Cícero Romão Batista e o triste episódio do Juazeiro. 1966. vol. 16
Estágio de Museologia na França. 1968. vol. 19

Carvalho, Afonso Celso Vilela de

Aspectos da conquista da capitania do Cabo do Norte no século XVII. 1971. vol. 22
Caminhos de sofrimento. 1974. vol. 25
O centenário natalício de Dom Pedro II, nos jornais do Rio de Janeiro, em dezembro de 1925. 1973. vol. 24
As comemorações do centenário de D. Pedro II em 1925. 1975. vol. 26
A Imperial Guarda de Honra. 1972. vol. 23

Carvalho, Gerardo A. de

Dez estatuetas baianas. 1949. vol. 10

Os instrumentos musicais primitivos afro-brasileiros no Museu Histórico Nacional. 1948. vol. 9

Um sistema de documentação didática para o Curso de Museus. 1968. vol. 19

Carvalho, Maria de Lurdes Rodrigues de

Coleção Nilo Peçanha. 1952. vol. 13

O Prefeito Pereira Passos; resumo histórico de uma grande administração. 1966. vol. 16

Museus no Japão. 1971. vol. 22

Carvalho, Nair de Moraes

O Barão da Vitória no Museu Histórico. 1942. vol. 3

O capitão-mor do Itú. 1943. vol. 4

A coleção Cotegipe. 1945. vol. 6

As comemorações do septuagésimo aniversário do fundador do M.H.N.. 1949. vol. 10

A jangada libertadora. 1940. vol. 1

Marcas de porcelana de Saxe. 1948. vol. 9

O nascimento da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. 1965. vol. 15

Os painéis dos antigos Passos da Baía. 1941. vol. 2

Papel educativo do Museu Histórico Nacional. 1947. vol. 8

Castro, Guerreiro de

As armas da Casa de Beire. 1943. vol. 4

Cortês, José

Comunicação sobre o serviço brasonado do Visconde de Beire. 1945. vol. 6

Costa, Angione

As aculturações oleiras e a técnica da cerâmica na Arqueologia do Brasil. 1945. vol. 6

Ainda sobre Lund e a Lagoa Santa. 1940. vol. 1

Ladislau Neto. 1941. vol. 2

Manifestações de arte na Arqueologia do Brasil. 1943. vol. 4

Significado e correlação da tanga com a arqueologia do Brasil. 1942. vol. 3

Del Negro, Nicolau

Relatório sobre a restauração do quadro "Sagração e coroação de D. Pedro I" Prof. Jean Baptiste Debret - 1828. 1973. vol. 24

Del Negro, Nicolau et alii

Museu Histórico Nacional; Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1968 relatório preliminar. 1971. vol. 22

Dreyfus, Jenny

O escudo d'armas de D. Teresa Cristina Maria de Bourbon. 1940. vol. 1

Esfragística medieval portuguesa. Sinais públicos e rodas. 1948. vol. 9

D. Pedro II através de sua iconografia. 1943. vol. 4

D. Sebastião Gabriel de Bourbon e Bragança. 1945. vol. 6

João Manso e sua suposta fábrica de louças. 1953. vol. 14

A lenda das Artes Menores. 1968. vol. 20

A louça brasonada no Museu Histórico Nacional. 1942. vol. 3

Louça da Independência do Brasil. 1972. vol. 23

Louça de D. Pedro II. 1974. vol. 25

Medalhões franceses; séculos XV a XIX. 1952. vol. 13
A Quinta da Boa Vista - uma dádiva generosa. 1965. vol. 15
A sigilografia no Museu Histórico. 1941. vol. 2
Sigilografia; síntese da Cadeira do Curso de Museus. 1969. vol. 21

Dumans, Adolfo

A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. 1942. vol. 3
O Almirante Visconde de Inhaúma. 1943. vol. 4
O Marechal Barão de Taquarí. 1941. vol. 2
O Museu Histórico Nacional através de seus 19 anos de existência. 1940. vol. 1

Dyer, Em

Catálogo informativo da Coleção Pedro II no Museu Histórico Nacional. 1975. vol. 26

França, Dirceu Pinho

Manuel de Araújo Porto Alegre e o quadro de sua autoria "Coroação de Dom Pedro II", restaurado no Museu Histórico Nacional. 1975. vol. 26

França, Mário Ferreira

A Arcádia Ultramarina. 1971. vol. 22

Freitas, Vicente de et alii

Museu Histórico Nacional - gabinete de Restauração. 1972. vol. 23

Freixeiro, Fábio

A documentação literária e paraliterária do Museu Histórico Nacional. 1974. vol. 25
O documento e o sonho. 1973. vol. 24

Galvão, Hélio

A capela de Canhaú. 1942. vol. 3

Gonçalves, Maria Bernardete Fernandes

Um monumento à memória de Dom Pedro II. 1974. vol. 25
Viagens do Imperador D. Pedro II na medalhística do Museu Histórico Nacional. 1975. vol. 26

Guerra, Lauriston

O Barão de Mauá e a crise de 1875. 1975. vol. 26
A mesa da Constituinte. 1972. vol. 22
Pedro II e os partidos políticos. 1974. vol. 25

Hobson, R. L.

Arte chinesa. 1943. vol. 4

Jansen, José

Introdução ao nobiliário maranhense. 1969. vol. 21
Subsídios para a história das telecomunicações, no Brasil e no mundo. 1969. vol. 21

Lacerda, Simão Woods de

Execução dos serviços. 1944. vol. 5

Levy, Fortunée

A Casa da Moeda da Baía. 1940. vol. 1

A circulação fiduciária no Distrito Diamantino. 1941. vol. 2
Crentes e bandidos. 1947. vol. 8
As minas, as lendas, a arte dos prateiros. 1945. vol. 6
Moedeiros. 1942. vol. 3
As mulheres e as armas. 1943. vol. 4

Leão Filho, Joaquim de Sousa

Humboldt e o Brasil. 1971. vol. 22
As tapeçarias das Índias. 1969. vol. 21

Lopes, Gilda Marina de Almeida

Apostamentos sobre a história da República; (sumário de um curso). 1969. vol. 21
A história que os pintores contaram... 1972. vol. 23
Um "homem" e duas canetas. 1968. vol. 19
A morte do Barão do Rio Branco. 1966. vol. 16
Uma rua chamada Marrecas. 1965. vol. 15
São Vicente de Fora e os nossos imperadores. 1947. vol. 8
Uma preciosa miniatura. 1948. vol. 9
Um presente régio. 1973. vol. 24
1º. compromisso constitucional. 1952. vol. 13

Ludolf, Dulce Cardoso

A Casa da Moeda do Rio de Janeiro; do desenvolvimento econômico e da necessidade da moeda metálica. O comércio. O meio circulante até 1695. 1968. vol. 19
Classificação geral da Numismática. 1953. vol. 14
Breve roteiro da Numismática brasileira. 1974. vol. 25
Estudo sobre uma moeda híbrida. 1945. vol. 6
Exemplar único de uma pequena cunhagem. 1947. vol. 8
Nova diretriz dos museus. 1952. vol. 13
Patações imperiais. 1972. vol. 23

Macedo, Epaminondas de

Relatório das restaurações. 1944. vol. 5

Mariano Filho, José

Influências muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira. 1943. vol. 4

Martins Filho, Enéas

As cartas de amizade do Marquês do Lavradio. 1969. vol. 21

Matias, Herculano Gomes

O comércio e a indústria no Segundo Reinado. 1975. vol. 26
Documentos da Independência do Museu Histórico Nacional. 1972. vol. 23
Machado de Assis e o jogo de xadrez. 1952. vol. 13
Fontes para a história do Segundo Reinado. 1975. vol. 26
A fundação de Nova Friburgo na imprensa da época. 1953. vol. 14
O Imperador D. Pedro II no Museu Histórico Nacional. 1975. vol. 26
A imprensa periódica no Brasil. 1974. vol. 25
Da Inconfidência à Independência. 1973. vol. 24
O Palácio do Catete. 1965. vol. 15
O Tiradentes e a cidade do Rio de Janeiro. 1966. vol. 16
Voltando às "Cartas Chilenas". 1969. vol. 21

Maurício, Augusto

A Coroa de Portugal. 1973. vol. 24

Escolas municipais; São Sebastião - a primeira. 1974. vol. 25

Largo do Paço; suas relíquias, suas lembranças. 1966. vol. 16

Melo Júnior, Donato

A abertura do rio Amazonas ao comércio mundial em Belém Pará a solenidade histórica em 1867. 1971. vol. 22

Miranda, Mário Cardoso de

Museu Imperial. 1944. vol. 5

Montelo, Josué

Apresentação. 1965. vol. 15

Bocage no Brasil. 1966. vol. 16

Museu Histórico Nacional

Arquitetura nacional. 1942. vol. 3

Colaboração com os Ministérios da Guerra e da Educação. 1944. vol. 5

O Curso de Museus. 1944. vol. 5

Uma doação preciosa. 1940. vol. 1

Dois canhões históricos. 1941. vol. 2

Dragões da Independência - Escola Militar - Batalhão de Guardas. 1944. vol. 5

Duas preciosidades iconográficas. 1940. vol. 1

Um enigma heráldico. 1940. vol. 1

Uma exposição do Primeiro Reinado no Museu Histórico Nacional. 1972. vol. 23

Exposições no estrangeiro. 1944. vol. 5

Igrejas e capelas em Ouro Preto; 1935. 1944. vol. 5

Inspetoria de Monumentos Nacionais. 1944. vol. 5

Museu da Aeronáutica. 1944. vol. 5

Ordem do Mérito Civil. 1944. vol. 5

Uma peça admirável. 1941. vol. 2

O que diz o guia de Ouro Preto. 1944. vol. 5

Regulamento da Ordem Nacional do Mérito Civil. 1944. vol. 5

Regulamento do Museu da Cidade do Rio de Janeiro. 1944. vol. 5

Relação da guerra da Nova Colônia do Sacramento. 1941. vol. 2

Relação dos objetos transferidos do Museu Histórico Nacional para o Museu Imperial de Petrópolis. 1940. vol. 1

Relatório ao Presidente Antônio Carlos. 1944. vol. 5

Relíquia dos tempos coloniais. 1941. vol. 2

Resumo de chafarizes e fontes existentes em Ouro Preto; 1935. 1944. vol. 5

Resumo das pontes existentes em Ouro Preto; 1935. 1944. vol. 5

Os Símbolos Nacionais. 1944. vol. 5

Tocante solenidade. 1942. vol. 3

O tombamento de Diamantina. 1944. vol. 5

Um valioso presente para o Museu Histórico. 1942. vol. 3

Olinto, Paulo

Aspectos do Rio Antigo; Jacques Arago e os desenhistas das expedições científicas francesas entre 1817 e 1840. 1942. vol. 3

Uma jóia da Armaria. 1941. vol. 2

Lenço comemorativo da República Rio-Grandense. 1940. vol. 1

Oliva, Meneses de

- Os falsos painéis de Leandro Joaquim. 1940. vol. 1
- A Santa do Pau Ôco. 1943. vol. 4
- Tentativa de classificação dos balangandãs. 1941. vol. 2

Oliveira, Otávia Correia dos Santos

- Archeiros do Paço. 1945. vol. 6
- A atuação de Gomensoro no combate naval do Riachuelo. 1940. vol. 1
- O baile da Ilha Fiscal. 1941. vol. 2
- "Ídolo gigante"; (monólito de Tiahuanaco). 1943. vol. 4
- O néo-roçocó no Museu Histórico. 1952. vol. 13
- Ourivesaria brasileira. 1948. vol. 9

Peregrino, Umberto

- Batalha de Tuiuti segundo testemunhos da época; (14 maio 1866). 1967. vol. 17
- O Exército através da formação brasileira. 1968. vol. 20
- A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis. 1966. vol. 16
- Militares escritores no Brasil; valores exponenciais. 1974. vol. 25

Poliano, Luís Marques

- A moeda da Independência. 1972. vol. 23
- Moedas da Soberana Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém. 1940. vol. 1
- Moedas do Brasil-República; 1889-1942. 1974. vol. 25
- Ordens honoríficas do governo provisório. 1941. vol. 2
- Uma pedra brasonada do Rio Antigo. 1943. vol. 4

Pondé, Francisco de Paula e Azevedo

- De Monte Caseros à Tuiuti; história, armas e fardamentos. 1967. vol. 17
- Os museus e emblemas do Arsenal de Guerra do Rio. 1971. vol. 22
- Os transportes no Segundo Reinado. 1975. vol. 26

Portugal, Iolanda Marcondes

- A cerâmica na Numismática. 1941. vol. 2
- O culto da Virgem Maria na Numismática. 1942. vol. 3
- A moeda na voz do povo. 1945. vol. 6
- Nossa Senhora da Glória do Outeiro. 1943. vol. 4
- Moedas comemorativas do Brasil. 1940. vol. 1

Raposo, Cursino

- Autógrafos de Vespasiano Ramos. 1973. vol. 24

Ribeiro, Luciano

- Onde nasceu Camões. 1943. vol. 4

Ribeiro, Maria Laura

- Estudo da moeda de 960 réis ou três patacas criada na regência do Príncipe D. João - 1799-1818. 1947. vol. 8
- Dom Pedro I e a maçonaria. 1972. vol. 23
- O mobiliário da sala D. João VI no Museu Histórico Nacional. 1966. vol. 16
- O testamento do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. 1968. vol. 19

Romero, Edgar de Araújo

- Catálogo das moedas do Museu Histórico Nacional; moedas da República 1889-1946. 1950. vol. 11
Circulação do ouro em pó e em barras. As casas de fundição. 1942. vol. 3
O estado do Maranhão e o seu meio circulante. 1941. vol. 2
O meio circulante no Brasil holandês. 1940. vol. 1
Numismática brasileira; reinado de D. Maria I - 1777-1805. 1945. vol. 6
Numismática brasileira; reinado de D. José I - 1750-1777. 1943. vol. 4

Rusins, Alfredo Teodoro

- Brigadeiro João Guilherme Bruce. 1940. vol. 1
As carruagens imperiais do Brasil. 1941. vol. 2

Rêgo, Orlando L. M. de Moraes

- Curiosidades do Museu Histórico do Pará; o canhão do Una. 1971. vol. 22

Santos, J. F. de Assunção

- Domingos Antunes Maciel; autos de nobilitate probanda. 1953. vol. 14

Sarmiento, Teresinha de Moraes

- Um auto-retrato no Museu da República. 1952. vol. 13
Breve relato sobre a igreja do Carmo. 1965. vol. 15
Caricaturas no Museu da República. 1966. vol. 16
Um preguiçeiro no Museu Histórico Nacional. 1969. vol. 21
Retrato de Silva Jardim. 1968. vol. 19

Schaeffer, Enrico

- Chineses no Brasil. 1971. vol. 22
Um pintor holandês no Brasil (1637-1644). 1968. vol. 20

Sequeira, João Manuel de

- Memória sobre a decadência das três capitanias de Minas e os meios de a reparar. 1968. vol. 20

Thut, Roberto

- Um enigma heráldico. 1942. vol. 3

Viana, Marfa Barbosa

- Antiga Fazenda Real de Santa Cruz; um pouco de história e de lendas. 1965. vol. 15
A estátua mais bonita da Guanabara nas coleções do Museu Histórico. 1952. vol. 13
A Galeota Imperial. 1945. vol. 6
Pátio Epitácio Pessoa: lição de nossa história ao vivo. 1968. vol. 19
O negro no Museu Histórico Nacional. 1947. vol. 8

Vieira, Rejane Maria Lobo

- Os primeiros selos brasileiros. 1975. vol. 26

Winz, Antônio Pimentel

- Bicentenário da Casa do Trem; como foi o mesmo comemorado no Museu Histórico Nacional. 1953. vol. 14
Conhecimentos. 1948. vol. 9
Considerações sobre a conservação da coleção fiduciária existente na Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional. 1953. vol. 14

O corso e a pirataria na América Espanhola. 1947. vol. 8
Iconografia do Rio de Janeiro segundo a coleção fiduciária existente no Museu Histórico Nacional. 1949. vol. 10
Metodologia de pesquisa; a dispersão de documentos referentes a um mesmo assunto. 1968. vol. 19
A moeda fiduciária da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional. 1952. vol. 13
Notas históricas sobre Nossa Senhora de Copacabana. 1965. vol. 15
Um pouco de poesia... 1968. vol. 19
A presença de Diogo Antônio Feijó no Museu Histórico Nacional. 1969. vol. 21
O problema da classificação da coleção fiduciária da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional. 1953. vol. 14
A prospectiva de Bobadela. 1966. vol. 16
Sugestões sobre a utilização cultural do acervo fiduciário da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional. 1953. vol. 14

Willeke, Venâncio

A primeira Ordem se estabelece no Brasil. 1973. vol. 24

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores não refletindo necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
Praça Marechal Âncora s/nº
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20021-200

 **J. DI GIORGIO & CIA. LTDA**
EDITORES • ARTES GRÁFICAS
TEL: 261-5042 - FAX: 201-4495



BRASIL
GOVERNO FEDERAL